



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

DAVID COSTA CORREIA SILVA

**MUDANÇA INSTITUCIONAL E DIVERSIDADE TERRITORIAL NA
AMAZÔNIA ORIENTAL BRASILEIRA:
O PAPEL DO MERCADO DE TERRAS COMO CAUSA ESTRUTURAL PARA O
FENÔMENO DO DESMATAMENTO**

BELÉM
2018

DAVID COSTA CORREIA SILVA

**MUDANÇA INSTITUCIONAL E DIVERSIDADE TERRITORIAL NA
AMAZÔNIA ORIENTAL BRASILEIRA:
O PAPEL DO MERCADO DE TERRAS COMO CAUSA ESTRUTURAL PARA O
FENÔMENO DO DESMATAMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA), como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Danilo Araújo Fernandes

BELÉM
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C824m Correia Silva, David Costa.
Mudança Institucional e Diversidade Territorial na Amazônia Oriental Brasileira : O papel do mercado de terras como causa estrutural para o fenômeno do desmatamento / David Costa Correia Silva. — 2018.
159 f. : il.
- Orientador(a): Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Tese (Doutorado) - , Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
1. Mercado de Terras. 2. Instituições. 3. Território. 4. Trajetórias Tecnológicas. 5. Desmatamento. I.
Título.

CDD 330.09811

DAVID COSTA CORREIA SILVA

**MUDANÇA INSTITUCIONAL E DIVERSIDADE TERRITORIAL NA
AMAZÔNIA ORIENTAL BRASILEIRA:
O PAPEL DO MERCADO DE TERRAS COMO CAUSA ESTRUTURAL PARA O
FENÔMENO DO DESMATAMENTO**

Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos (Universidade
Federal do Pará) para obtenção do título de
Doutor em Ciências Socioambientais.

Aprovação em 14 de novembro de 2018

Banca Examinadora

Dr. Danilo Araújo Fernandes
Orientador – NAEA/UFPA

Dr. Francisco de Assis Costa
Examinador Interno – NAEA/UFPA

Dr. Ricardo Teóphilo Folhes
Examinador Interno – NAEA/UFPA

Dr. Harley Silva
Examinador Externo – PPGE/UFPA

Dr. José Nazareno Araújo dos Santos
Examinador Externo – FACECON/UFPA

BELÉM
2018

Agradeço a Deus, a minha família e amigos,
aos professores, técnicos e colegas do NAEA.

Dedico este trabalho ao povo brasileiro.

RESUMO

O desmatamento é um dos principais problemas da Amazônia. A explicação das causas dessa degradação ambiental tende a ser feita sob as relações de mercado (oferta e demanda), isto é, com o uso da teoria econômica neoclássica. Por essa teoria, os problemas socioambientais são reduzidos a questões mercadológicas de modo que as questões são consideradas externalidades cuja solução é a definição dos direitos de propriedade e a regulação das formas de uso (comando e controle). No caso amazônico, o desmatamento estaria ligado à demanda por *commodities* que funcionariam como incentivo à devastação de novas áreas. Porém, a visão neoclássica atenta apenas para relações econômicas imediatas e focadas na economia real (produção, distribuição e consumo). Assim, a teoria neoclássica ignora possibilidade da terra ser um ativo com características específicas, com mercado e que pode ser transacionado no presente ou no futuro, transformando-se em uma razão para especulação. Nesse sentido, este tese levanta a hipótese de que o desmatamento é resultado da constituição mercado de terras “sem mata”. Para testar essa hipótese este ensaio segue as teorias da Nova Sociologia Econômica e Nova Economia Institucional, as quais apresentam potencial para explicar os processos históricos e as mudanças institucionais passadas pelo território amazônico que resultaram na expansão da fronteira agrícola, em ampliação das possibilidades de trajetórias tecnológicas e em transformações nos arranjos institucionais que auxiliaram na criação do mercado de fatores, entre os quais o mercado de terras, sendo este um dos indutores do desmatamento amazônico.

Palavras-chaves: Desmatamento, Mercado de Terras, Instituições, Trajetórias Tecnológicas.

ABSTRACT

Deforestation is one of the main problems of the Amazon. The explanation of the causes of this environmental degradation tends to be done under the market relations (supply and demand), that is, with the use of neoclassical economic theory. By this theory, socio-environmental problems are reduced to market issues so that issues are considered externalities whose solution is the definition of property rights and the regulation of forms of use (command and control). In the case of the Amazon, deforestation would be linked to the demand for commodities that would act as an incentive to the devastation of new areas. However, the neoclassical view focuses only on immediate economic relations focused on the real economy (production, distribution and consumption). Thus, the neoclassical theory ignores the possibility of the earth being an asset with specific characteristics, with market and that can be transacted in the present or in the future, turning into a reason for speculation. Thus, this thesis raises the hypothesis that deforestation is a result of the constitution of land market. To test this hypothesis, this essay follows the theories of the New Economic Sociology and New Institutional Economics, which have the potential to explain the historical processes and the institutional changes that have taken place in the Amazonian territory that have resulted in the expansion of the agricultural frontier, expanding the possibilities of technological trajectories and in transformations in the institutional arrangements that helped to create the market for factors, including the land market, which is one of the drivers of Amazonian deforestation.

Keywords: Deforestation, Land Market, Institutions, Technological Trajectories.

LISTA DE SIGLAS

C&C	Comando e Controle
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CF	Constituição Federal
BCB	Crédito da Borracha
ECOECO	Economia Ecológica
EAN	Economia Ambiental Neoclássica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEI	Nova Economia Institucional
NSE	Nova Sociologia Econômica
MI	Ministério da Integração Nacional
PIN	Plano de Integração Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PIL	Produto Interno Líquido
PILS	Produto Interno Líquido Sustentável
PGC	Programa Grande Carajás
SEMA	Secretarias de Meio Ambiente
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
TEG	Teoria do Equilíbrio Geral
TCT	Teoria dos Custos de Transação
VEI	Velha Economia Institucional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interesse, Ações e Resultados da Política de Terras	124
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de Área (Ha) Incentivada por Período no Pará	108
Gráfico 2 – Razão entre Volume de Terras (em ha) e a Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários (1970-2006).....	110
Gráfico 3 – Quantidade produzida de Madeira em tora (milhões de m ³) – nos Estados da Amazônia Legal.....	126
Gráfico 4 – Produção Bovina (Milhões de cabeças) – Amazônia Legal (1974-2017).	126
Gráfico 5 – Produção de Milho e Soja na Amazônia Legal (em toneladas) entre 1974 e 2017	127
Gráfico 6 – Desmatamento na Amazônia Legal – 1988 e 2017 (em Km ²)	128
Gráfico 7 – Evolução da importância da T2 nas mesorregiões entre 1995 e 2006 (% da T2 no total do VBP)	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de Projetos Incentivados por Mesorregião do Pará.....	107
Tabela 2 – Estabelecimentos Agropecuários - Estados da Amazônia Legal (1970-2006)	109
Tabela 3 – Área dos Estabelecimentos Agropecuários (Hectares) - Amazônia Legal (1970-2006)	109
Tabela 4 – Dinâmica de Concorrência de Trajetória nos Territórios T4 – Valor Bruto da Produção (1995 e 2006).....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Soluções e Consequências para um Problema de Externalidade.....	36
Quadro 2 – Elementos da Análise da Sociologia Econômica e da Economia Neoclássica	57
Quadro 3 – Diferenças entre a Sociologia Econômica e a Nova Sociologia Econômica	64
Quadro 4 – Trajetórias Tecnológicas e Estabelecimentos na Amazônia a Partir do Uso da Terra (1995 e 2006)	130

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A ABORDAGEM DOS MERCADOS, A DINÂMICA DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E O PAPEL DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NA TRADIÇÃO TEÓRICA NEOCLÁSSICA	24
2.1 A Abordagem dos Mercados e a Economia Ambiental Neoclássica.	25
2.1.1 A Abordagem dos Mercados na Tradição Neoclássica	27
2.1.2 A Abordagem dos Mercados e a Questão Ambiental.....	31
2.2 Tragédia dos Comuns, Instituições e a Dinâmica Agropecuária na Tradição Neoclássica	37
2.3 A Abordagem dos Mercados, a Dinâmica Agropecuária e o Debate sobre as Causas do Processo de Desmatamento na Amazônia	43
2.3.1 A Pobreza como uma das Causas do Desmatamento na Amazônia.....	45
2.3.2 O Estado, o Mercado e os Mecanismos do Desmatamento.....	48
2.3.3 Mecanismos de Controle do Desmatamento e a Abordagem Neoclássica.....	49
3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS ALTERNATIVAS À ABORDAGEM DOS MERCADOS	51
3.1 Prelúdio da Sociologia Econômica e Economia Institucional.....	54
3.2 Alternativas as Abordagens dos Mercados I: Sociologia Econômica e a Nova Sociologia Econômica	58
3.2.1 A Antiga Sociologia Econômica	59
3.2.2 Uma Transição até a Nova Sociologia Econômica	61
3.3 Alternativas as Abordagens do Mercado II: Os Institucionalistas e a Perspectiva Histórica de Construção de Mercados Socialmente Enraizados	68
3.3.1 Uma Breve Apresentação da Velha Economia Institucional.....	69
3.3.2 Funcionamento da Economia com Custos de Transação: a nova economia institucional e seus fundamentos	74
3.3.3 Instituições, Ambiente Institucional e Arranjos Institucionais.....	77

4 TERRITÓRIO, FRONTEIRAS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MERCADO DE TERRA NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DA DIVERSIDADE DO SISTEMA ECONÔMICO E INSTITUCIONAL NA AMAZÔNIA	81
4.1 Território, Territorialidade e a Noção de Fronteira no Brasil e na Amazônia.....	84
4.1.1 A Fronteira como Espaço de Transformações Internas e Externas	86
4.1.2 Abordagens Tradicionais sobre o Papel da Fronteira na Formação Territorial do Brasil e da Amazônia.....	89
4.2 O Processo de Mudança Institucional e a Formação da Diversidade Histórico-Territorial do Mercado de Terras na Amazônia no século XX	95
4.2.1 A Historiografia Econômica sobre a Amazônia e o Papel da Diversidade Territorial na Formação do Ambiente Institucional na Região	96
4.2.2 Aspectos Teóricos do Desmatamento como Mecanismos de Transformação Territorial e Instituição Asseguradora de Propriedade da Terra.....	101
4.2.3 A Mudança institucional e o Papel da Consolidação do Mercado de Terras como Componente Estrutural no Processo de Aprofundamento da Diversidade Territorial da Amazônia no século XX.....	104
5 A AMAZÔNIA COMO OBJETO DE ESTUDO ALTERNATIVO À ABORDAGEM DOS MERCADOS: O DEBATE SOBRE AS CAUSAS ESTRUTURAIS PARA O FENÔMENO DO DESMATAMENTO.....	112
5.1 Dinâmica Agrária, Trajetórias Tecnológicas e as Novas Perspectivas de Leitura sobre o Papel das Instituições e os Processos de Desenvolvimento da Amazônia no século XX.....	115
5.1.1 A Dinâmica Agrária na Amazônia Vista a partir da Noção de Trajetórias Tecnológicas.....	117
5.1.2 Instituições, Trajetórias Tecnológicas e Dinâmica Agrária na Amazônia	121
5.2 A Dinâmica Agrária, Questões Estruturais e as Causas do Desmatamento na Amazônia.....	122
5.3 Uma Alternativa as Explicações Tradicionais para o Desmatamento: a Constituição e Dinâmica de Funcionamento do Mercado de Terras	133
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
7 REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

O problema do desmatamento da Amazônia tem sido tratado recentemente na literatura acadêmica e nos grandes fóruns mundiais voltados as questões do aquecimento global e ao problema da manutenção da biodiversidade no planeta, como um fenômeno de forte apelo político, social e econômico.

Grande interesse de pesquisas de agências multilaterais tem sido direcionado neste sentido para a tentativa de compreender os efeitos do desmatamento da Amazônia sobre as condições climáticas globais, assim como em relação aos seus impactos mais imediatos sobre as condições de vida das populações locais.

Vários são os enfoques e os pontos de vista teóricos que têm sido utilizados para compreender o desmatamento da Amazônia e sua possível associação com a dinâmica territorial da região. Por esse motivo, muitos têm sido os trabalhos e estudos que, seguindo estes objetivos gerais, têm procurado explicar as causas do desmatamento na Amazônia e propor caminhos para o seu processo de contenção e/ou mitigação. Para isso, fazendo uso de diversas abordagens ou referenciais teóricos alternativos.

No entanto, a grande maioria desses estudos hoje em dia direcionados para a compreensão das causas do desmatamento, ainda se mantém voltados para uma avaliação mais imediata e mecânica do fenômeno, assim como para estudos empíricos de curto e de médio prazo que não levam em consideração aspectos históricos e estruturais de longa duração.

Em geral, os estudos mais recentes – mesmo aqueles inspirados em abordagens neoinstitucionalistas – têm abordado o problema olhando apenas para seus aspectos conjunturais, sem se ater de maneira mais acurada aos efeitos sistêmicos e estruturais de impacto de longo prazo, que poderiam servir como parâmetro para compreensão das dinâmicas específicas de formação atual da relação entre, por exemplo, o mercado de terras e o processo de desenvolvimento de vetores e trajetórias tecnológicas modernizadoras de grande peso e papel econômico cada vez mais influente na produção agrícola e agropecuária da região (COSTA, 2010a, 2012b).

Setores como a madeira, a pecuária e a soja, principalmente, além do crescimento da infraestrutura de transporte, têm sido apontados pela literatura como alguns dos principais responsáveis pelo crescimento nos níveis de desmatamento na Amazônia nas últimas décadas (MARGULIS, 2003; DINIZ, 2018). Sem que, para isso, no entanto, se avalie de maneira estrutural os fatores históricos e o processo de mudança institucional

mais profundo, os quais poderiam ajudar no processo de explicação das causas da consolidação dessas trajetórias de produção agropecuárias e sua relação estrutural com o fenômeno do desmatamento na região nas últimas décadas.

É tendo em vista o objetivo de tentar articular – de maneira alternativa ao *mainstream* acadêmico em economia – uma série de conexões de caráter institucional de longa e média duração, já previamente desenvolvidas por Costa (2010a), Costa e Fernandes (2016) e Andrade (2018), que esse trabalho de tese é proposto com o objetivo de avaliar, do ponto de vista teórico e histórico, a perspectiva de que a relação entre as atividades produtivas agropecuárias e a formação do mercado de terras na região amazônica representam componentes de mudança institucional e territorial capazes de explicar os avanços e recuos movidos por causas estruturais nos níveis de desmatamento da região nas últimas décadas.

A hipótese sustentada é a de que o crescimento irregular e cíclico dos altos níveis de desmatamento na Amazônia, é o resultado de um processo histórico de mudança estrutural e institucional de efeitos de média e longa duração, os quais tem impulsionado – em paralelo ao crescimento das atividades agropecuárias, e de seu vetor tecnológico de modernização baseado em monoculturas – a formação e consolidação de um amplo mercado de terras (formal e informal), favorável ao crescimento da oferta de terras de tipo “com” e “sem mata” para fins de especulação e posterior direcionamento para as atividades de produção agropecuária.

A hipótese aqui tratada, neste sentido, argumenta que as políticas desenvolvimentistas e de estímulo à compra (e/ou “doação”) de terras em grande escala para a expansão da atividade agropecuária entre as décadas de 1960 e 1980 na Amazônia, representaram, em verdade, um dos principais fatores de estímulo ao processo de mudança institucional que teve como consequência principal a transformação estrutural e a mudança nas regras do jogo do sistema econômico na região. Motivo pelo qual o crescimento ocorrido passou a ser compreendido como no sentido “pró desmatamento”, visto que passou a apresentar de maneira clara um caráter recorrente e cíclico de crescimento econômico associado ao crescimento simultâneo do desmatamento.

A hipótese aqui levantada seria a de que durante esse período, se consolida institucionalmente na região da Amazônia Oriental brasileira, um amplo mercado de terras para fins especulativos, o qual vem acompanhando, desde então, o ritmo de crescimento da produção agropecuária em um padrão tecnológico que se expande, em sua

maior parte, para atividades de monocultivo baseado no paradigma da modernização agropecuária (implantado institucionalmente no país a partir da revolução verde dos anos de 1960 e 1970).

Argumenta-se que, em íntima relação estrutural com as políticas de concessão de terras públicas para particulares, formou-se entre as décadas de 1960 e 1980, portanto, na região da Amazônia Oriental brasileira (em específico nas regiões do Sul e Sudeste do Pará), um amplo estoque de terras sob o domínio de um pequeno número de agentes econômicos que, por isso, também passaram a exercer um grande poder político e institucional na região (ANDRADE, 2018; FOWERAKER, 1982).

O que teria servido, a partir de então, como vetor de interesse específico de grupos econômicos ligados à manutenção e preservação dos altos níveis de concentração fundiária, assim como reservado o papel estratégico desses agentes como importantes *players* reguladores do estoque de terras (assim como do ritmo da emissão de títulos de terra falsos, através do processo conhecido como “grilagem” de terras públicas) para o atendimento da demanda crescente para a produção agropecuária. Estimulando a oscilação nos níveis de desmatamento e a disputa e conflito fundiário, à medida que houvesse um desajuste entre a oferta e demanda por terras (COSTA, 2010a).

Neste sentido, levanta-se a hipótese de que, em paralelo à formação institucional de um amplo mercado de terras na Amazônia, formou-se entre os anos de 1960 e 1980, por via do estímulo ao desmatamento e ao processo de “grilagem”, um estoque de terras “com” e “sem mata” com um alto nível de concentração fundiária e um grande poder político e institucional hierarquizado, e voltado para o atendimento prioritário dos especuladores e grileiros (COSTA, 2010a). O qual serviria, daí em diante, como uma espécie de “ativo” ou “capital” com a função de exercer o papel de regulador do mercado e dos níveis de crescimento e recuo dos níveis de desmatamento. Ao mesmo tempo em que se consolidava institucionalmente a regra de uso de grandes volumes de terra na região para fins notadamente especulativos e não produtivos (FOWERAKER, 1982; COSTA 2010a).

A consequência mais imediata de todo esse processo, seria a configuração de um amplo padrão de concessão de uso e posse da terra bastante contestáveis do ponto de vista social, mas fundamentalmente sólido do ponto de vista institucional e político (MARTINS, 1975; VELHO, 1981; FOWERAKER, 1982; SCHMINK E WOOD, 2015). Desenvolvendo-se, assim, um mercado de terras de maneira articulada e em forte

interação como avanço do setor agropecuário e o crescimento na produção de setores de monocultivos na região.

Estratégia que passa a confrontar e substituir gradualmente o modelo tradicional de produção agroextrativista diretamente ligados à economia da socio-biodiversidade da floresta amazônica. Colocando em seu lugar uma nova estratégia de crescimento econômico baseado em produtos e culturas agrícolas sustentadas em uma lógica de homogeneização.

É nesse contexto que o mercado por produtos como madeira, pecuária e soja vem se constituindo de maneira alternadas e, muitas vezes, simultâneas, desde os anos de 1980, através de ciclos alternados de expansão econômica, acompanhados também por fortes conflitos fundiários e pelo crescimento da oferta e demanda por terra para fins especulativos e/ou produtivos para o setor de monoculturas ou para o ramo do extrativismo de aniquilamento. Consolidando de maneira articulada, um amplo mercado de terras que responde, de maneira geral, aos estímulos de setores de exportação, e impõe uma dinâmica cíclica e endógena de *stop and go* para a o desmatamento na região (COSTA, 2010a).

Isto configura um processo de mudança institucional e consolidação de um determinado perfil de diversidade de arranjos institucionais que são acompanhados por uma dinâmica agrária conflituosa, ligada de maneira direta e indireta à consolidação de um determinado perfil específico de oferta de terras, e ao uso da violência física como instrumento de intimidação e garantia das regras de funcionamento desse tipo de mercado.

E que se desenvolve em um estado de grande insegurança jurídica formal, mas que, nem por isso, deixa de receber as garantias e o *enforcement* do Estado; que, quando necessário, se fez e faz presente ainda nos dias de hoje por meio de apoio político e policial com o objetivo de garantir o “direito” ao uso e posse das terras – muitas vezes por meio da força e do respaldo à grilagem – em favor de grupos de empresários e agentes “pioneiros” ou elites tradicionais mais capitalizados, e em íntima relação com o poder político do Estado, tanto em sua esfera estadual como federal (EMMI, 1988; FOWERAKER, 1982).

Neste sentido, pode-se afirmar que o processo de mudança institucional que, entre os anos de 1960 e 1980 induziu, por hipótese, a transformações significativas nas regras de uso privado da terra para fins de especulação imobiliária, representa um fator histórico

decisivo para explicar o início e, também, a manutenção dos níveis irregulares e cíclicos de evolução do processo de desmatamento das últimas décadas na região. O que a credencia como marco institucional fundamental para a explicação dos níveis de mudança e alteração nos padrões médios de desmatamento, quando avaliado em termos históricos em longa e média duração.

Soma-se a esse componente, o desenvolvimento recente e consolidação de determinadas trajetórias tecnológicas e produção agropecuária baseadas no paradigma da modernização e da homogeneização da produção agropecuária, as quais – por demandarem um grande volume de terra para o atendimento do mercado de *commodities* globais – têm estimulado nos últimos anos o crescimento e consolidação da demanda especulativa regular para fins de ajustamento de seu estoque de terra para o atendimento de atividades produtivas voltadas prioritariamente para fins de exportação.

Atividades como a pecuária e, mais recentemente a soja, nesse sentido, de maneira específica, podem ser compreendidas como atividades monocultoras em grande escala que impõem dinâmicas agropecuárias e modernizadoras onde o fator terra tem peso significativo como insumo produtivo, tendo em vista o seu caráter tecnológico homogeneizador, onde a terra “com mata” tem valor de mercado menor do que a terra “sem mata” (COSTA, 2010a). O que acaba por realimentar e impulsionar de maneira determinante, e estrutural, um processo de aquecimento do mercado de terras de maneira associada a cada novo ciclo de expansão destas atividades produtivas. Impulsionando e consolidando a dinâmica institucional de avanços e recuos nos níveis de desmatamento conforme uma lógica de ajustamento entre oferta e demanda do mercado de terras, “com ou sem mata”, impulsionados pelo crescimento da necessidade de terra para pasto e lavoura (COSTA, 2010a).

A hipótese posta neste trabalho confronta, do ponto de vista teórico e empírico, portanto, o posicionamento adotado pelas principais abordagens desenvolvidas recentemente para explicar o processo de desmatamento na Amazônia (MARGULIS, 2003), as quais ignoram muitas vezes os efeitos históricos-institucionais qualitativos e específicos de longa e média duração que influenciam na configuração do mercado de terras e da grilagem na região. Afetando assim, em última instância, a intensidade, o ritmo e o sentido do desmatamento. Impondo um movimento cíclico, e de caráter em grande parte endógeno também influenciado pelo ritmo do processo de acumulação de capital no setor agropecuário. O que, por hipótese, influencia em grande parte as oscilações do nível

geral de desmatamento como fenômeno estrutural e não puramente conjuntural, como em geral se analisa.

As investigações sobre as causas do desmatamento amazônico conduzido e inspiradas teoricamente na abordagem tradicional neoclássica pressupõem (ao contrário do que será visto aqui neste trabalho) que os elementos ou trajetórias tecnológicas homogeneizadoras que substituem a floresta – como produção de gado e de grãos – representam alternativas econômicas que se consolidam institucionalmente na região a partir de suas pressuposições teóricas de perfis microeconômicos tradicionais, voltados para uma lógica de decisão conjuntural de curto prazo, e completamente lastreados e identificados como fenômenos a-históricos. O que a fragiliza, segundo nossa perspectiva, o ponto de vista de uma abordagem institucionalista consequente, e que leve em consideração fatores estruturais e cíclicos institucionais endógenos e exógenos como causas fundamentais do processo de desmatamento.

Segundo essa abordagem tradicional, que será aqui questionada, o problema do desmatamento pode ser tratado teórica e empiricamente a partir de dois pressupostos básicos: o primeiro deles estaria diretamente associado às condições ambientais, agronômicas e tecnológicas ligadas à ineficiência da atividade produtiva agropecuária tradicional em relação ao manejo do bioma amazônico; o segundo, estaria relacionado ao padrão homogêneo de ação racional dos agentes econômicos, conduzidas por comportamentos racionais representativos e alimentados por perfis de ação econômica movida por interesses exclusivo de maximização de lucros (COSTA; FERNANDES, 2016).

A combinação desses dois componentes básicos, inspirados na tradição neoclássica de análise do papel da agricultura no desenvolvimento, tanto em países centrais como periféricos (HAYME; RUTTAM, 1971; SCHULTZ, 1965), conduz a um modelo de reflexão teórico onde as causas principais do desmatamento são vistas como associadas às limitações de ordem ambiental e tecnológica (baixo nível de produtividade agrícola), e a um comportamento microeconômico racional onde a ação de desmatamento é vista como resultado quase inexorável da ação de agentes racionais, submetidos a condições e a um ambiente institucional onde as falhas de mercado se impõem, tornando o sistema produtivo altamente deletério do ponto de vista social e ambiental.

Um padrão onde a racionalidade substantiva dos agentes, as falhas de mercado e

o baixo nível tecnológico, justificam quase por completo a hipótese de uma associação entre as condições de pobreza e os altos níveis de desmatamento na região (DINIZ, 2018). Um resultado técnico-econômico considerado academicamente como sub-ótimo e socialmente ineficiente, tendo sua base de sustentação política lastreada apenas no sentido conjuntural de garantir a sobrevivência dos agentes econômicos locais empobrecidos pelo seu baixo nível de produtividade agrícola e de sua incapacidade de dar respostas apropriadas em relação ao estímulo de um padrão de mudança tecnológica induzida pelo mercado (HAYAMI; RUTTAN, 1971; SCHULTZ, 1965)

Diante de tal realidade carregada de externalidade negativas, sobraria à ação do Estado quatro tipos de ações fundamentais:

1) inibir e desestimular o desenvolvimento das atividades econômicas que, mesmo racionais do ponto de vista microeconômico, representem resultados econômicos ineficientes e predatórios do ponto de vista social, político e ambiental. Para isso seria necessário que o Estado imprimisse regras restritas de liberação de crédito e regulação de uso do solo mais rigorosas para a região;

2) implementar política de regularização fundiária para tentar controlar os efeitos de externalidades negativas associadas à má definição de direito de propriedade da terra;

3) estimular o desenvolvimento tecnológico e melhorias nos padrões de assistência técnica em áreas com potencial produtivo (monoculturas e sistemas combinados modernos que estimulem a utilização de paradigmas tecnológicos mais avançados);

4) implementar uma política de comando e controle eficiente contra o desmatamento ilegal gerado pela combinação de vários desses fatores, os quais passariam a ser utilizados de maneira simultânea para fins de criar um ambiente institucional mais desfavorável à “ação (ir)racional” que se volta para fins de desmatamento e/ou depredação florestal amazônica.

Ao mesmo tempo, e de maneira ainda mais conjuntural e complementar, se busca implementar alternativas de geração de renda para as populações mais fortemente atingidas pelo desmonte das atividades produtivas (extrativistas e agropecuárias “tradicionais”) com baixo padrão de produtividade e que, por isso, necessitam de algum tipo de suporte do Estado. O que acabaria por consolidar um leque amplo de políticas de combate à pobreza, fome e assistência social para as populações mais fortemente

atingidas pelas políticas ambientais, por suposto, e voltados para a implantação de um modelo de preservação da floresta amazônica.

Neste sentido, a ação paralela e institucionalmente sólida, como defendido anteriormente, de um mercado de terras, das relações de conflito e assimetria de poder político e de determinados segmentos sociais são, em geral, subvalorizadas e/ou ignoradas na análise em detrimento da ênfase dada:

1) à melhoria da tecnologia de produção agrícola e pecuária (produtividade gerada por modelos de inovação induzida);

2) à questão da grilagem (regularização fundiária);

3) às condições de infraestrutura de estradas, portos e etc.;

4) ao combate à pobreza e seus efeitos diretos e indiretos sobre as condições de desmatamento legal e ilegal na região.

Sem que para tudo isso se leve em conta os arranjos institucionais e/ou territoriais estruturalmente organizados no longo prazo, e que parecem combinar estas várias dimensões do problema numa perspectiva mais articulada do ponto histórico-institucional. Especificidades que nos conduzem a uma compreensão peculiar dos diferentes perfis de interação entre atividades produtivas e não-produtivas, no conflito e/ou conciliação no uso e posse da terra para fins especulativo ou não especulativo, em cada uma das regiões sob o “ataque” das dinâmicas territoriais atuais que favorecem o desmatamento. De modo a configurar diferentes perfis de mercado de terras e arranjos institucionais que interagem com diferentes padrões de racionalidade dos agentes econômicos (patronais e camponeses) e a modelos de trajetórias tecnológicas os mais variados, que seriam, segundo Costa (2012), o resultado da interação de todos estes fatores em ambientes sociais, políticos e ecológicos específicos (COSTA, 2010, 2012; COSTA; FERNANDES, 2016).

Com base nessas premissas teóricas e hipóteses principais, busca-se neste trabalho de tese – após a apresentação inicial de um capítulo que trata da perspectiva teórica tradicional neoclássica, e sua relação com o debate contemporâneo sobre dinâmica agropecuária, a questão ambiental e o desmatamento na Amazônia (capítulo 2) – um exame de perspectivas teóricas alternativas que possam nos levar a uma consideração do processo histórico e institucional como fator determinante para a compreensão do desmatamento na região. Neste sentido, ao longo do capítulo 3, faz-se a conformação das diversas abordagens inspiradas nas correntes teóricas da Nova Sociologia Econômica e da Economia Institucional, com o objetivo de trazer um importante ferramental teórico

para análise das mudanças institucionais, que levam em consideração os processos históricos na formação das estruturas sociais e econômicas de uma determinada região geográfica.

Em seguida, no Capítulo 4, traz-se o debate sobre a formação territorial e a noção de territorialidade como elementos constitutivos da formação histórica da fronteira amazônica. Base teórica que nos permite compreender aspectos específicos e causas estruturais historicamente situadas para os conflitos entre as trajetórias tecnológicas agroextrativistas (algumas presentes à séculos na região amazônica), e as mais recentes trajetórias tecnológicas agropecuárias que tem se implantado na região nas últimas décadas, e que têm se mantido sustentando, segundo hipótese principal do trabalho, a dinâmica produtiva e a especulação no mercado de terras como um fator estrutural e cíclico importante.

No capítulo 5, avalia-se o processo de mudança institucional ocorrida entre os anos de 1960 e 1980 o qual é apresentada como principal responsável pela sustentação de um amplo nível de diversidade estrutural causadora dos diversos padrões e ritmos de desmatamento na região nas últimas décadas. Dinâmica esta última que parece sustentar diferentes perfis de arranjos institucionais, os quais se mantêm em disputa pela posse e uso da terra para fins de produção, especulação e/ou manejo diferenciado de seus recursos florestais e não florestais (COSTA; FERNANDES, 2016).

Por fim, serão feitas considerações finais, no sentido de se fazer uma avaliação ampla sobre em que medida as diferentes abordagens teóricas apresentadas neste trabalho de tese, nos permitem compreender de maneira ampliada e inovadora o fenômeno do desmatamento na Amazônia e sua associação com causas estruturais mais profundas, movidas por ondas de impactos gerados por processos de mudança institucional, historicamente determinadas, e com efeitos em termos estruturais que se confirmam por sua natureza *path dependence*, observadas e apontadas ao longo do trabalho.

2 A ABORDAGEM DOS MERCADOS, A DINÂMICA DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA E O PAPEL DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NA TRADIÇÃO TEÓRICA NEOCLÁSSICA

Esse capítulo intenciona demonstrar os processos de compreensão da dinâmica agropecuária vistos a partir da abordagem econômica neoclássica, tanto em seus aspectos mais tradicionais, como vistos também a partir das abordagens neoinstitucionalistas mais recentes. Em ambos os casos, a agricultura e as atividades agrárias, em geral, são entendidas como um setor econômico como outro qualquer, movido por análises de custos de oportunidades entre os fatores (terra e trabalho), os quais são combinados a partir de determinada tecnologia disponível e/ou induzida pelo mercado (HAYAMI; RUTTAN, 1971).

De acordo com essas perspectivas, a decisão de alocação de recursos escassos em um ambiente em que as tecnologias disponíveis estão previamente definidas no curto prazo (HAYAMI E RUTTAN, 1971), resultam num determinado padrão de demanda por terras que leva, em última instância, a um processo de expansão da fronteira agropecuária e ao desenvolvimento de uma determinada trajetória tecnológica.

Neste contexto, são dois os fatores primários responsáveis pelos malefícios do desmatamento quando avaliados do ponto de vista do sistema econômico como um todo. Em primeiro lugar, a imperfeição do mercado em si, na medida em que externalidades negativas de caráter difuso e de interesse coletivo (serviços ambientais associadas à perda de cobertura vegetal, por exemplo), não são mensuradas e, portanto, avaliadas do ponto de vista de qualquer padrão de escolhas racionais, medidas em relação à influência que a mesma recebe dos sinais emanados pelo sistema de preços; o que acaba por influenciar nas decisões de mercado de modo a gerar ineficiência no padrão de escolha racional dos agentes econômicos quando avaliados em termos da maximização dos níveis de bem-estar social. Em segundo lugar, pela má definição de direito de propriedade sobre a terra e a cobertura vegetal; o que realimentaria a primeira questão e ocasionaria uma corrida pela utilização imediata do recurso disponível, tidos como casos típicos de bens livre (segundo concepção clássica atribuída à noção de *tragédia dos comuns*); assim como ao aprofundamento dos níveis de crescimento das externalidades negativas.

Ao todo, um fluxo circular de causa e efeito entre externalidade ambientais e falta de definição de direitos de propriedades seriam, por essa perspectiva, o núcleo

teórico das explicações tradicionais neoclássicas que levariam à interpretação de que o problema do desmatamento da Amazônica estaria centralmente relacionado a problemas de má definição de direito de propriedade e à má execução de política de comando e controle (C&C) e de estímulo às atividades agropecuárias legais e ilegais na região.

É para apresentar de maneira clara este núcleo teórico central das abordagens tradicionais neoclássicas – que estamos chamando aqui de modelo “externalidade *versus* direito de propriedade” – que este capítulo tem o seu lugar neste trabalho de tese.

2.1 A Abordagem dos Mercados e a Economia Ambiental Neoclássica.

Usualmente a economia neoclássica ou o *mainstream* econômico é apontada como tendo três características chaves: indivíduos com comportamento racional-maximizador, existência de funções de preferências estáveis e ocorrência de equilíbrio de mercado. Hodgson (1999, p. 30) aponta que esses três atributos são interconectados, pois, a racionalidade e a maximização sugerem a constituição de preferências estáveis, o que conota ausência de problemas com informação, assim como a existência um estado de equilíbrio ao longo do tempo (FIANI, 2011; HODGSON, 1999).

Em muitas ocasiões, as análises econômicas dessas correntes neoclássicas são confundidas como de defesa de políticas liberais, o que é uma patente confusão promovida por posicionamentos de defensores de análise heterodoxas que solicitam intervenções por parte do Estado. Hodgson (1999) e Espino (1999) procuram evidenciar que tais posicionamentos costumam ser tão rigorosos quanto à própria ortodoxia neoclássica combatida por esses críticos. Ademais, alguns dos proeminentes constituidores do *mainstream* econômico são, atualmente, vistos como simpáticos em relação às políticas intervencionistas e mesmo de ideias socialistas e, portanto, distantes de uma visão liberal da economia ou da sociedade. Exemplos clássicos, neste sentido, seriam: Léon Walras, Alfred Marshall e Phillip Wicksteed (HODGSON, 1999, p. 31).

Apesar do reconhecimento que da falta de obrigação de relações entre as análises neoclássicas e as políticas liberais, existe a crença de que as relações de mercado conduziriam ao desenvolvimento econômico, é evidente que os estudos neoclássicos partem das relações mercadológicas para explicar o progresso da sociedade e o desempenho da economia (FIANI, 2011; MENARD; SHIRLEY, 2005). Assim, os economistas ortodoxos procuram explicar o funcionamento da sociedade por meio dos mercados. Isto significa que estes cientistas sociais buscam justificar as estratégias e

decisões individuais e coletivas através das relações de oferta e demanda, onde todos os bens e serviços necessários para o funcionamento de uma economia e de uma sociedade existem e podem ser suficientemente explanados por um sistema de preços como expressão do seu grau de escassez.

De acordo com Fiani (2011, p. 16), a chamada “abordagem dos mercados” neoclássica, não é uma teoria econômica em si, ela pode ser compreendida talvez como uma abordagem que é alimentada por diversas teorias, e representa muito mais uma proposição e uma tomada de posição no debate sobre desenvolvimento do que uma abordagem teórica unificada. Uma das teorias que sustentam a chamada “abordagem dos mercados”, como heurística abrangente e como corpo ideológico coerente, é a chamada abordagem da Teoria do Equilíbrio Geral (TEG).

Por essa teoria, se demonstram os resultados analíticos do funcionamento hipotético de um sistema de mercado onde indivíduos racionais e livres, agindo conforme leis de mercado e princípios de racionalidade plena (ou substantiva) poderiam chegar a resultados ótimos em termos da alocação eficiente dos recursos (dotações) disponíveis. O pulo do gato normativo está na suposição (implícita e não demonstrada pelo modelo teórico, pois se pressupõe extrapolar seus objetivos) de que o problema do desenvolvimento é o resultado da má alocação dos recursos da sociedade. Neste sentido, a questão do desenvolvimento é convertida em um problema simples de análise de eficiência na alocação dos recursos produtivos num sistema econômico. Portanto, em mercados livres, supõe-se, mas não se demonstra, que o subdesenvolvimento poderia ser progressivamente superado na medida em que os recursos produtivos fossem destinados de maneira adequada, tendo em vista critérios de eficiência de Pareto (FIANI, 2011).

Por recursos produtivos entende-se a mão de obra, as máquinas, os equipamentos, os recursos naturais e etc. E a alocação eficiente é aquela na qual a produção de cada bem ou serviço é determinada pelo valor que as pessoas socialmente lhe atribuem ou estariam dispostas a pagar pelas últimas unidades, ou seja, pelo custo marginal que deve ser igual ao preço em um modelo típico de mercado competitivo. Se os mercados não estiverem em equilíbrio no sentido de Pareto, então os recursos estariam aplicados de forma ineficiente. De maneira similar, quando a demanda é superior à oferta em situação de mercado – ocasião na qual a sociedade paga mais do que o custo marginal – há excesso de recursos nessa produção que deveriam ser

transferidos para outras atividades a fim de encontrar um ponto de maior eficiência no sistema de alocação de recursos como um todo.

Serão sobre os limites destes pressupostos teóricos que iremos nos debruçar mais em detalhe nos próximos itens.

2.1.1 A Abordagem dos Mercados na Tradição Neoclássica

A tradição da Teoria do Equilíbrio Geral foi fundada por Walras e aperfeiçoada por Arrow e Debreu. Conforme Fiani (2011) essa teoria foi desenvolvida com o objetivo de analisar as propriedades ideais de um sistema econômico organizado pelos mercados. Entretanto, a TEG não foi pensada para lidar com transformações profundas e radicais provocadas pelo desenvolvimento em seu processo histórico (FIANI, 2011). Portanto, não apresenta uma perspectiva histórica indutiva do processo concreto de desenvolvimento, daí uma de suas principais limitações do ponto de vista heurístico, segundo Fiani (2011).

De um ponto de vista analítico, a teoria do Equilíbrio Geral analisa a oferta e a demanda de todos os mercados de uma economia abstrata. Isso significa, por exemplo, que aumentos produtivos em um setor industrial usualmente presentes no sistema econômico, elevam os rendimentos dos trabalhadores e das empresas do setor secundário e, normalmente, refletem em uma maior demanda por produtos agrícolas (alimentos e matérias-primas), e, conseqüentemente, se traduz nas rendas dos trabalhadores e empresários do setor primário; o que, por sua vez, repercute na demanda do setor industrial como um todo. Mas esses efeitos não podem ser verificados passo a passo da forma como foram apresentados em termos concretos, e nem tem seus efeitos derivados de experiência empírica mais visível. Sendo todos derivados de deduções analíticas *a priori*. Esse raciocínio é replicado pelo modelo para “N” setores (tanto quantos forem necessários para a explicação aproximada de um sistema econômico mais próximo do real). Nesse sentido, A TEG é fundamentada originalmente em quatro premissas analíticas principais:

- 1) A existência de perfeita informação para todos os agentes que atuam no sistema econômico;
- 2) A existência de livre mobilidade de recursos ente alocações alternativas;
- 3) A existência de grande número de vendedores e compradores;

4) A existência de uma completa homogeneidade nos produtos dentro de um mesmo mercado.

Esses quatro pressupostos servem para caracterizar o que se entende como as bases para o funcionamento de um mercado competitivo, no qual a TEG explica os movimentos econômicos que serve de base para a abordagem dos mercados. É necessário supor que há mercados de todos os bens e serviços desejados pelas pessoas a qualquer momento, o que leva ao pressuposto da existência de um sistema de mercado completo (FIANI, 2011).

Em mercados completos, os efeitos da incerteza são minimizados ou mesmo superados pela ação eficiente e instantânea dos mercados. Sob as hipóteses de mercados completos e competitivos, portanto, a TEG analisa o funcionamento da economia baseada na operação de compra e venda, onde: 1) oferta e demanda se encontram, e nos quais o custo marginal é igual ao preço; 2) existe mobilidade total de capitais e alocação eficiente de fatores produtivos, o que resulta em preços perfeitamente flexíveis que respondem plenamente as diferenças de oferta e de demanda; 3) nenhum agente consegue individualmente manipular os preços, pois, há um grande número de compradores e vendedores, os quais são diluídos em relação ao volume de transações existentes; e 4) os produtos são homogêneos, inexistem barreiras à entrada ou a saída e o mecanismo de preços funcionam de forma eficiente.

Nesse contexto, a alocação eficiente é a situação na qual é impossível melhorar a condição de um indivíduo sem piorar a de outro. Essa é a chamada condição Pareto-eficiente, a qual é entendida como solução teórica adequada para o problema da alocação dos recursos econômicos; o que também significa evitar desperdício de recursos, os quais são tomados como limitados e, portanto, precisam ser geridos de maneira eficiente tendo em vista o aumento do bem-estar da sociedade.

A eficiência na destinação dos recursos condiz com a percepção de Miller, Benjamin e North (2010), os quais afirmam que o mundo é um lugar de escassez. A razão para isso é que nós queremos mais do que temos, todavia, vivemos em um mundo com recursos limitados. Assim, em razão da escassez, precisamos fazer escolhas, a economia trata isso como *trade-off*, ou seja, a sociedade opta por onde destinar os recursos. E esse seria o principal fim da ciência econômica.

E, neste sentido, o critério de eficiência econômica seria um grande trunfo para a melhoria nos níveis de bem-estar das sociedades. Daí a suposta superioridade dos critérios de eficiência e seu caráter prescritivo derivados dos chamados primeiro e segundo teorema do bem-estar social.

De uma forma mais ampla, no entanto, a tradição neoclássica trabalha com dois ramos de estudo bem organizados: a macroeconomia e a microeconomia. Enquanto a microeconomia está voltada para análise das decisões dos agentes econômicos individuais, a macroeconomia está voltada para o desempenho dos agregados econômicos como o crescimento do produto, o nível preços e o emprego. Esses dois ramos da teoria econômica tradicional, no entanto, sustentam de maneira conjunta as elaborações teóricas que dão conta dos estudos sobre crescimento e desenvolvimento econômico. Objeto principal de nosso estudo.

A microeconomia estuda os agentes da economia – especificamente os consumidores e os vendedores – partindo do princípio de que todos os indivíduos tomam decisões fundamentadas em maximização das satisfações, tecnicamente chamadas de utilidades. De um lado, o comportamento do consumidor é analisado com base nas preferências, no orçamento limitado e nas cestas que são os conjuntos de bens e serviços existentes de maneira que, a um dado orçamento, o consumidor estabelece um conjunto de bens a serem consumidos buscando a escolha ótima, ou seja, aquela que maximiza a satisfação. Por outro lado, as empresas procuram reduzir custos e maximizar os lucros. É nessa linha que se encontram as abordagens de equilíbrio geral abordadas anteriormente.

Na macroeconomia as atenções às decisões são agregadas pelo conjunto de agentes como famílias e empresas que expressam o consumo e os investimentos agregados, adicionado pelo governo e do setor externo. Essas quatro variáveis somadas estabelecem o produto de um país. A entrada do setor externo permite estudar o comércio internacional, a respeito da exportação e importação de bens e serviços, bem como a entrada e saída de capital para o exterior. Além disso, o estudo macroeconômico traz o Estado como componente do produto, mas, também, como agente organizador da economia frente a questões como contenção da inflação e do desemprego ou indutor do crescimento econômico através dos gastos ou redução de tributos.

O posicionamento do Estado na economia é um ponto crucial nos dois sentidos, porque, ele é considerado o único agente com capacidade de influenciar os parâmetros

econômicos gerais como o emprego, o nível de preços e a geração de riqueza. Ao mesmo tempo, as decisões governamentais influenciam a decisão dos agentes individualmente quanto ao consumo ou o investimento, por exemplo. Ademais, o governo pode auxiliar nas questões no caso das falhas de mercado ou na oferta de bens públicos que o correm quando os ofertantes e os demandantes não conseguem estabelecer uma relação de bem-estar social (BARRO, 1991; ZELIZER, 1988).

As falhas de mercado acontecem quando os mecanismos mercadológicos, atuando livremente, originam resultados econômicos ineficientes ou indesejáveis socialmente (BOYCE; HERBERT EMERY, 2011; COASE, 1960; STIJNS, 2006). Tais, falhas são provocadas pelas imperfeições do mercado como informações incompletas dos agentes econômicos, elevados custos de transação, existência de externalidade e ocorrência de estruturas de mercado do tipo concorrência imperfeita.

A existência de falhas de mercado são situações que fazem com que a economia neoclássica explore outras formas de análise. Entre os problemas enfrentados estão às questões sobre a alocação dos recursos naturais e sua relação com o problema das externalidades, a questão da assimetria de informação e dos bens públicos. Tomando que parte relevante de tais recursos são finitos, a definição da alocação é fundamental na ciência econômica. O mesmo ocorre a respeito dos problemas das externalidades ambientais e dos bens públicos, as quais remetem a impactos negativos causados a terceiros por um agente devido a uma atividade produtiva.

Neste contexto, as explicações para a forma como o sistema econômico evoluiu de um modelo de equilíbrio geral (estático) e um modelo dinâmico, é um ponto dos mais relevantes na análise econômica atual. Perspectivas teóricas inspiradas tanto nas matrizes neoclássicas, como em matrizes alternativas (schumpeterianas e institucionalistas), têm refletido sobre os limites estáticos das abordagens de equilíbrio geral, para além de seus pressupostos de mercados eficientes. Neste sentido, avanços têm sido feitos no intuito de melhor avaliar as consequências da quebra de pressupostos dos modelos tradicionais. Elementos como as externalidades e assimetria de informação são alguns dos novos ramos de pesquisa em economia que têm trazido novos e vastos campos de estudos.

Por outro lado, assim como na perspectiva microeconômica tradicional, as abordagens macroeconômicas de longo prazo, de matrizes neoclássicas ou keynesianas, têm se dedicado nas últimas décadas, também, a refletir sobre as consequências dos

chamados efeitos de longo prazo das mudanças institucionais. De uma forma geral, neste sentido, a atual teoria do desenvolvimento econômico tem buscado tratar de forma sistemática do jeito como o ambiente institucional tem influenciado os processos de evolução dos mercados e sua repercussão sobre todo o sistema impactado por suas ações.

2.1.2 A Abordagem dos Mercados e a Questão Ambiental

A economia neoclássica, de modo geral, parece ter ignorado por muito tempo a questão ambiental, porém, a questão do meio ambiente foi parte da economia clássica na origem da disciplina. Mueller (2007) diz que o enfoque dado pelos estudos clássicos de economia – como os de Adam Smith, de David Ricardo e de Thomas Malthus – eram as preocupações acerca dos limites de crescimento econômicos que poderiam ser imposto pelo meio ambiente. Para os clássicos o crescimento econômico decorria do processo de acumulação de capital em razão do emprego crescente de força de trabalho, os quais aumentariam o mercado consumidor. Esse processo continuaria indefinidamente, enquanto os recursos naturais já eram postos como bens escassos, ao passo que eram interpretados como limitadores para o contínuo crescimento econômico (MUELLER, 2007).

A economia neoclássica, no entanto, praticamente ignorou a questão ambiental entre a segunda metade do século XIX e a primeira parte do século XX, tendo incorporado os problemas ambientais nas suas análises vigorosamente apenas a partir da década de 1960 (ALIER; JUSMET, 2006; COSTANZA, 1996; DALY; FARLEY, 2004; MUELLER, 2007). Segue que, após esse período, os impactos econômicos no meio natural vêm sendo estudados pela economia a partir de duas abordagens principais: a Economia Ecológica (ECOECO) e a Economia Ambiental Neoclássica (EAN).

A ECOECO é definida como um campo transdisciplinar o qual busca a integração entre diversas disciplinas correlacionadas para gerar uma análise integrada a fim de explicar as relações econômicas e ecológicas (AMAZONAS, [s.d.]). Essa teoria busca fazer uma abordagem holística do mundo com a economia incorporada à natureza. Dessa forma, a ECOECO aproveita a teoria de sistemas para verificar os impactos do sistema econômico no ecossistema global (MORAES, 2009; MUELLER, 2007; VON BERTALANFFY, 1969).

Por outro lado, a EAN segue a tradição neoclássica dos mercados apontando que os problemas ambientais são questões de ineficiência dos mercados, entre os quais os recursos naturais são um dos insumos produtivos entre os demais fatores, como são apresentados por Mueller (2007) da seguinte forma:

$$Y = H + K + F + N \quad (1)$$

A Equação 1 mostra que a produção (Y) é função da soma do trabalho das pessoas (H); do capital físico (K) como equipamentos e maquinário; dos recursos financeiros (F); e dos recursos naturais (N) como a terra, água e a floresta. Ainda que se possa questionar o peso que o recurso possui em cada tipo de produção, na moderna economia quaisquer dos fatores produtivos são indispensáveis.

Pela teoria neoclássica, cada fator produtivo possui um mercado, dessa maneira, ocorre que como qualquer um dos fatores de produção, os recursos naturais precisam ser alocados de maneira eficiente, o que leva ao problema ambiental enfrentado pelos clássicos, também, explicitados na reunião do Clube de Roma que culminou no documento “Limites do Crescimento” (*Limits to Growth*), o qual advoga pela necessidade de impor limitações à procura pelo crescimento da economia e, conseqüentemente, pela demanda de recursos naturais que são escassos por definição (MEADOWS et al., 1972).

Nesse sentido, a abordagem neoclássica direciona os problemas ambientais por duas vertentes principais, ambas envolvendo a dinâmica agropecuária. A primeira envolve as questões do capital humano e da tecnologia; e sequencialmente os problemas mercadológicos ligados as externalidades e aos bens públicos.

Em muitas ocasiões a sociedade enfrenta o *trade-off* entre crescimento da economia e manutenção dos serviços ambientais, tal problema é evidente quando se trata da expansão das atividades agropecuárias, em especial, ao que se refere a produção de *commodities* que impelem a ampliação das áreas para continuidade do crescimento desse setor produtivo (OLIVEIRA et al., 2011; RIVERO et al., 2009; WALKER; MORAN; ANSELIN, 2000). O incremento de terras para o aumento da produção agropecuária suscita ao problema da degradação ambiental e, de maneira similar impele a solução técnica desse inconveniente, ou seja, passar por um processo de melhoria, progresso ou desenvolvimento.

O termo progresso material ou crescimento econômico foi nas últimas décadas substituído pela designação “desenvolvimento”, esse termo significa trazer a tona as possibilidades latentes (ARNDT, 1981). A palavra é intimamente ligada a melhorias na terra, ao progresso material e ao bem-estar, inclusive por algum tempo o termo era referido como “desenvolvimento econômico” uma clara alusão ao crescimento da economia, expresso até em fundos e bancos de desenvolvimento econômico como: O Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico e o Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), posteriormente, este último ganhou o “S”, virando o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O desenvolvimento apontado pela literatura neoclássica, no campo da macroeconomia, por outro lado, sempre esteve atrelado aos problemas do crescimento da economia. Tal posicionamento é expresso nos modelos de crescimento econômico como os de Solow (1956) e de Ramsey-Cass-Koopmans (1965) que tomam o crescimento das economias a partir de tecnologias exógenas. Porém, tais estudos foram insuficientes para explicar as razões da elevada distorção de crescimento entre as economias até então.

A inabilidade dos modelos que acessam as tecnologias externas para explicar o crescimento das economias, em geral, leva a investigações que apontam para razões internas para os incrementos econômicos. Assim, passam a serem desenvolvidos os modelos de crescimento endógenos que procuram explicar os hiatos econômicos a partir do progresso técnico, adicionando entre os componentes de tal progresso: o capital humano.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a teoria do capital humano e a relação dela com o crescimento da riqueza prosperou nas mãos de autores como Gary Becker, Theodore Schultz e Jacob Mincer. Esse último merece destaque por ser o pioneiro na definição da expressão “capital humano” na forma como ela é entendida atualmente. Ademais, Mincer (1958) elevou a importância dos fatores econômicos sobre a distribuição de renda, além de incluir nos modelos, os preceitos racionais maximizadores a fim de explicar a distribuição de renda.

Os dois primeiros autores foram laureados com o Prêmio Nobel de Economia estudando o capital humano. A contribuição de Becker (1962) trabalhou com várias abordagens relacionando o conceito de capital humano com o mercado de trabalho. Dessa maneira, ele afirmava que indivíduos conscientemente investiam em educação e

treinamento para alcançar resultados econômicos. Assim, Becker explicava a dinâmica dos rendimentos dos trabalhadores e da distribuição de renda.

Schultz (1961) direcionou os estudos dele para relação entre o capital humano e a agricultura. Para esse autor, os investimentos em educação promoveriam o aperfeiçoamento e a qualificação dos indivíduos e, dessa forma, resultariam em aumentos na produtividade do trabalho e do lucro dos capitalistas. Assim, a inclusão do capital humano nos modelos de crescimento econômico endógeno é um elemento significativo para o entendimento da dinâmica econômica no longo prazo.

Inclusive as principais contribuições de Schultz são na área agrícola, onde ele contraria a visão predominante de que faltava vontade de inovar aos produtores de países subdesenvolvidos, ou mesmo que de maneira irracional, esses indivíduos não respondiam a incentivos econômicos, sendo, portanto, guiados pela cultura e tradição. Schultz refuta tais ideias mostrando que os produtores rurais de nações em desenvolvimento respondiam a altos impostos e a redução artificial dos preços provocada pelos governos. A proposta dos estudos da relação entre capital humano, desenvolvimento e dinâmica agrária, apresentados por Schultz, era mostrar que problemas de expansão produtiva podem ser solucionados através da qualificação dos indivíduos. Nesse sentido, frente a um problema de limites para ampliar a área de produção – como os surgidos a partir de uma regra ambiental – a solução poderia vir dos investimentos em capital humano e na transferência de tecnologia que ampliaria o conhecimento tecnológico dos produtores e as maneiras de gerir os recursos naturais.

Outra forma da economia neoclássica apontar uma saída para o imbróglio da escassez dos recursos naturais é por meio do mercado, internalizando as externalidades ambientais. Deste modo, encarando os limites dos recursos é possível valorar tais bens, quer dizer, definir preços para cada recurso natural, de maneira similar ao tratamento feito com a mão-de-obra, o maquinário ou as taxas de um empréstimo bancário. Segundo Serroa da Motta (1997) valorar é “estimar o valor monetário deste em relação aos outros bens e serviços disponíveis na economia”.

A valoração consiste em definir um preço nos bens e serviços ambientais, em especial, para precificar o quanto é o custo para manter ou usar o recurso em questão, há variadas técnicas de valoração, o que pretendemos ressaltar é o fato de existir o esforço por parte de cientistas de variadas áreas em perceber um preço a cada recurso natural existente, adicionada a incorporação por parte da abordagem dos mercados dos

elementos ambientais, incluindo até mesmo a depleção dos recursos usados na composição do Produto Interno Bruto (PIB), como é mostrada por Mueller (2007) na Equação 2, a qual apresenta o Produto Interno Líquido Sustentável (PILS):

$$PILS = PIB - D - DR \quad (2)$$

A Equação 2 aponta que o PILS é função do PIB subtraído da depreciação do capital constituído (D) e do valor da depleção dos recursos naturais (DR). A incorporação do uso dos recursos naturais como uma variável redutora da riqueza é interessante porque incorpora às contas nacionais os custos de oportunidade de se consumir os bens e serviços ambientais e responsabiliza a geração de usuários pelos custos de oportunidade de transformar os recursos naturais em outros bens e serviços industrializados.

Outro problema explorado pelas pesquisas das relações entre a economia e o meio ambiente é a poluição, a qual até a segunda metade do século XX era observada como inerente ao sistema produtivo. Com o aprofundamento dos problemas ambientais, o despejo de resíduos e rejeitos no meio ambiente passou a ser analisado com mais cuidado pela economia que incorporou a poluição como sendo externalidades negativas, ou seja, os danos causados a terceiros por alguém que provoca uma ação (COASE, 1960; FAUCHEUX; NOËL, 1995; PINTO JR et al., 2007).

Por muito tempo a maior parte das análises econômicas aceitava a poluição das águas e do ar como custos sociais causados pelo sistema de mercado à sociedade, dessa forma, entendiam que os produtores auferiam receitas enquanto repassavam os custos da degradação à sociedade como um todo. Assim como foi convencionado que esses custos ou externalidades deveriam ser tratados por um aumento de regulação estatal a fim de corrigir tais falhas de mercado. Desse modo, a solução para um problema de externalidades era mudar o comportamento do agente que causava um dano a outrem.

A solução no âmbito das relações do mercado para a questão das externalidades, foi apontada por Ronald Coase no seminal trabalho “O Problema do Custo Social”, no qual ele argumenta que os custos sociais da degradação ambiental se originam não das falhas de mercado, mas sim da indefinição de direitos de propriedade. Do ensaio de Coase deriva chamado o “Teorema de Coase” que informa a possibilidade de duas partes encontrarem soluções ótimas para o problema das externalidades através da negociação, desde que os custos de transação para a garantia do direito de propriedade

sejam zero. Antes do trabalho de Coase (1960), havia apenas duas saídas para solucionar o problema da poluição: a) tributação ou taxação ou b) a regulamentação. Quer dizer, antes de Coase, frente a uma degradação ambiental, as soluções apontadas envolviam a implantação de regras governamentais ou ações jurídicas, o que necessariamente impõem tempo e recursos financeiros.

Formalmente, a solução das externalidades negativas por meio do Teorema de Coase requer: i) a inexistência de custos de transação; e ii) os direitos estejam claramente definidos. Segue que o bem precisa conter três características:

- 1) Bem Definida: Qual objeto o proprietário detém os direitos e de que forma ele pode exercer esses direitos;
- 2) Divisível: Esses direitos são separáveis e podem ser comercializados
- 3) Defensável: Esses direitos são aplicáveis, isto é, são reconhecidos pelos costumes, pela comunidade, pelo governo.

Na prática, no Teorema de Coase é entendido que o produtor possui o direito de degradar, os prejudicados podem pagar para ele deixar de lado essa atividade ou, ao menos, custear a redução dessa externalidade. No caso oposto, quando os prejudicados são os possuidores do direito de propriedade, o produtor pode pagar para continuar causando a externalidade. Em ambos os casos, os custos de monitoramento são reduzidos, assim como os custos sociais. Ademais, é possível lançar mão de informações locais que em muitos casos são desprezadas ou estão indisponíveis a um agente externo como no caso de um governo central.

Quadro 1 – Soluções e Consequências para um Problema de Externalidade

- 1) Tributar ou Taxar: Fazer o causador da externalidade negativa pagar por ela e, dessa forma, desincentivar a continuidade da produção e do problema. Porém, há dificuldade de monitorar, pois, essa ação requer custos de vigilância.
- 2) Regulamentar (possibilidade de multar): Definir um método específico para se evitar a externalidade ou restringir a quantidade de bens ou da degradação permitida, nesse sentido, existe o benefício de se encontrar soluções inovadoras para restringir ou mesmo evitar a externalidade. Entretanto, de maneira similar a solução de tributar ocorre um elevado custos de monitoração.
- 3) Teorema de Coase: A partir das três características supracitadas ignorando os custos de transação, as regras governamentais e jurídicas na alocação de externalidades, as partes envolvidas no problema da externalidade sempre irão negociar solução ótimas.

Fonte: Elaboração a partir de Coase (1960).

A proposta do Teorema de Coase é por uma solução econômica-institucional estática para a questão de externalidades ambientais negativas. Isso significa que o problema da externalidade ou da degradação ambiental é lançado na esfera da alocação eficiente de recursos, isto é, transforma um problema ambiental em uma questão econômica tratada no âmbito do mercado – em que sobre inexistência ou mesmo com baixos custos de transação, e havendo adequada definição dos direitos de propriedade, o tratamento da externalidade pode ser negociado entre as partes envolvidas.

O Teorema de Coase é assim uma resposta a um problema no qual há um reduzido ou inexistente custo de transação, assim como os direitos de propriedade são bem definidos. Contudo, em muitas ocasiões uma degradação ambiental ocorre em espaços em que é dificultoso ou mesmo impossível delimitar a quem pertencem os direitos de propriedade. Como seria o caso dos chamados “bens comuns”. Neste contexto, quais são as saídas das abordagens de mercado para a questão dos “bens comuns”?

2.2 Tragédia dos Comuns, Instituições e a Dinâmica Agropecuária na Tradição Neoclássica

As análises das relações econômicas trabalham fortemente o papel do mercado na alocação dos recursos. Neste contexto, existe a preocupação na definição de preços por meio da relação entre oferta e demanda e, em especial, dos bens de uso privado. Essa qualidade se refere aos bens que quando são adquiridos por alguém se tornam exclusivos dos possuidores. Somado a isso, os bens privados são vistos em geral como bens rivais, uma vez que a aquisição deles reduz a disponibilidade para outrem.

Em que pese à relevância do mercado na economia, pois, grande parte dos bens possui uma relação mercadológica de bens exclusivos, há a consciência de que ele é apenas um entre outros possíveis arranjos econômicos. Consequentemente, existem outras maneiras de se alocar recursos, principalmente, quando um bem não tem preço bem definido, os mercados não conseguem assegurar que o bem seja produzido e consumido de forma privada ou ainda não é possível reduzir a quantidade disponível para terceiros (MADDALA; MILLER, 1989; NAFZIGER, 2006; OSTROM, 1990). Sobre a classificação dos bens por categoria, segue:

- Bens privados: São ao mesmo tempo exclusivos e rivais.

- Bens públicos: Não são nem exclusivos nem rivais.
- Recursos comuns: São rivais, mas não são exclusivos.

Como é possível notar, o que define o enquadramento de cada tipo de bem seriam os quesitos de rivalidade e exclusividade. A exclusividade estaria ligada ao fato de que pessoas podem ser impedidas de usar o bem e as leis reconhecem e regulamentam direitos de propriedade privada. A rivalidade remete ao fato de que o uso do bem por uma pessoa diminui o acesso de outra em usar aquele bem.

Os bens privados decorrem da situação na qual um indivíduo adquire um bem e obtém direitos de uso exclusivo reduzindo, assim, a disponibilidade de outra pessoa em consegui-lo. Todavia, há situações nas quais é impossível limitar o acesso ao bem ou ocasiões em que a sociedade entende que é interessante que não haja exclusividade no consumo de certos bens, então, o bem é qualificado como bem público. Os recursos comuns, similarmente aos bens públicos, não possuem exclusividade. Contudo, são rivais. Essa categoria de bem está disponível gratuitamente para qualquer um que queira usufruir dela, entretanto, trata-se de bens rivais, pois, o uso dos recursos por uma pessoa reduz o uso por outras.

Ainda sobre os bens classificados como recursos comuns, esse é um dos principais casos apontados pelas análises de externalidades decorrentes do aproveitamento dos recursos naturais. O texto “A Tragédia dos Comuns” de Garrett Hardin (1968) apresenta circunstâncias nas quais recursos compartilhados tendem a ser sobre utilizados, de forma a comprometer a existência dos recursos naturais comuns, ou seja, criando uma externalidade negativa que, no limite, destruiria por completo os recursos disponíveis para toda uma comunidade.

No texto de Hardin há exemplos que levam a constatação de que agentes racionais maximizadores, tais como os descritos pela economia neoclássica, agiriam a fim de obter o máximo de ganhos econômicos, ainda que, dessa forma, provocassem a exaustão dos recursos comuns. Quer dizer, seria preciso que a sociedade estabelecesse mecanismos de contenção para limitar que os incentivos do mercado comprometessem os recursos naturais comuns (HARDIN, 1968).

Em a *Tragédia dos Comuns*, os indivíduos agem de maneira independente e de acordo com os próprios interesses. Se comportando, em termos de resultados, contrariamente aos objetivos e interesses de uma coletividade. O problema levantado

por Hardin ocorre sobre a perspectiva da análise do mercado, a qual há uma demanda ilimitada por recursos finitos de livre acesso. O que conduziria a uma situação de superexploração dos recursos naturais comuns até a exaustão dos mesmos. Nessa direção, ele pergunta: “qual a solução para o problema dos recursos comuns”?

Como foi observada anteriormente, a análise neoclássica parte da relação entre oferta e demanda como lei geral de funcionamento dos mercados, assumindo que tal relação é calibrada pelo mecanismo de preços e que a demanda deriva da busca pelas satisfações humanas egoístas, as quais tendem ao infinito em uma situação hipotética. Por outro lado, a oferta busca atender a procura mediante ao comportamento maximizador dos ganhos e lucros por parte das empresas e/ou unidades produtivas em geral. Sendo a relação de mercado estabelecida por algum tipo de bem que derive de um recurso natural.

Hardin, por outro lado, usa a questão do pasto compartilhado por criadores de gado como exemplo de recurso de natureza comum e de livre acesso. Enquanto a demanda cresce, mais incentivos os pecuaristas têm para ampliar a criação e o uso do pasto de forma indiscriminada. Nesse sentido, os recursos comuns são vistos como estando à mercê de agentes econômicos racionais maximizadores e egoístas. E, sob tais características, há o eminente perigo de que levados pelos egoísmos e a chance de retornos econômicos de curto prazo, esses agentes procurassem usar até o limite os recursos comuns; causando, dessa forma, a arruína de todos os possíveis beneficiários da partilha dos bens comuns (HARDIN, 1968).

Entre as possíveis soluções apontadas por Hardin para inibir “tragédia” tão eminente, estão: a promoção de uma gestão racional por intervenção estatal através de políticas de comando e controle (C&C); ou a regulação e definição de direitos de propriedade privado para os bens antes tidos como comuns, agora restritos. Em qualquer dos dois casos, a opção seria criar mecanismos de governança e regras para o uso dos bens comuns, em detrimento do livre acesso que levaria, por hipótese, ao desastre potencialmente causado pelo comportamento egoísta dos indivíduos. E, nesse sentido, as soluções de Hardin são muito similares ao proposto pelo esquema sugerido pelo *Teorema de Coase* (eliminação das externalidades por meio da definição de direito de propriedade e regulação).

A similaridade entre as soluções de Hardin e de Coase se devem ao fato de ambos partirem de preceitos neoclássicos tradicionais, como: o indivíduo racional-

maximizador com necessidades ilimitadas; a necessidade de se reduzir os custos de transação e definir os direitos de propriedade dos recursos para que haja possibilidade dos bens serem transacionados de maneira socialmente eficiente pelo mercado.

A participação do Estado ocorre, neste contexto, como entidade que define as regras e as impõe por meio do *enforcement*. Sendo assim, temos aqui a hegemonia da versão neoclássica da abordagem neoinstitucionalista para o tratamento e alocação mais eficiente dos recursos naturais, tal como proposta a partir da abordagem de Coase e da teoria dos custos de transação.

No entanto, apesar de procurarem resolver os problemas ambientais causados pelas atividades produtivas dentro do âmbito da economia neoclássica tradicional (isto é, dentro da esfera do mercado), de certa forma, por outro lado, há o reconhecimento, por parte de Coase e Hardin, de que existem questões que fogem à esfera dos mercados livres e precisam, por isso, serem resolvidas por algum instrumento de regulação e a partir da atuação do Estado (como seria o caso da definição dos direitos de propriedade e suas garantias). Segue que a pura abordagem inspirada na “abordagem dos mercados”, quando defrontada pela questão ambiental, mostra lacunas importantes a serem preenchidas. Dessa forma, a abordagem neoinstitucionalista aplicada à questão ambiental vem no intuito de complementar a “abordagem dos mercados” e não substituí-la, tendo em vista o objetivo de suprir as carências microeconômicas da abordagem neoclássica, a qual fundamenta ambas as perspectivas, trazendo uma nova abordagem para o problema da busca por soluções para as falhas de mercado por meio da resolução de problemas de ordem institucionais.

Seguindo assim a lógica de Hardin de que os agentes, devido ao comportamento maximizador, imprimem uma dinâmica deletéria aos recursos naturais compartilhados, a solução desse problema passa a ser posta na estratégia de melhor definição de direito de propriedade e o estabelecimento de normas que possam incutir aos proprietários os custos causados por danos ambientais externalizados para toda a sociedade.

Neste sentido, os debates sobre as causas dos danos ambientais tendem a ser orientados, daí em diante, em razão da maneira pela qual as atividades são desempenhadas e pelos agentes que praticam estas atividades. Questões como a dinâmica de inovação, direito de propriedade, diminuição de custos de transação, são temas que passam a ganhar destaque em um cenário onde o debate sobre o papel do

setor agropecuário na crise ambiental do planeta ganha destaque a partir dos anos de 1990.

Dada a necessidade de utilização de recursos naturais, com destaque para a terra, a atividade agropecuária tem sido tratada com destaque pela literatura ambientalista e institucionalista como um dos setores de maior importância quando nos referimos à avaliação dos impactos ambientais de atividades produtivas e seus reflexos sobre o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos, por exemplo.

Ao mesmo tempo, a tradição de pesquisa em economia tem se preocupado em discutir, desde os anos de 1960, sobre o papel da mudança tecnológica na agricultura e seus reflexos sobre a dinâmica de crescimento econômico dos países em desenvolvimento (SCHULTZ, 1965). O que tem permitido a realização de um grande debate sobre a questão do papel da inovação da agricultura como fator dos níveis de devastação ambiental gerados pelo setor agropecuário.

Entre os autores seminais e de grande destaque nesta tradição de pesquisa, está Theodore Schultz (1965), que desenvolveu um dos modelos de análise mais influentes, dentro da tradição neoclássica, para o estudo do papel da inovação e da mudança tecnológica na agricultura, e seus rebatimentos sobre o crescimento econômico dos países considerados atrasados. De acordo com Schultz (1965), o modelo de modernização agrícola implantado nos países desenvolvidos deveria ser transplantado para os países subdesenvolvidos por meio de um modelo de assistência técnica e transferência em grande escala de tecnologia para a supressão da baixa produtividade dos fatores produtivos como terra e trabalho. O que contemporaneamente passou a ser tratado como o principal empecilho não só para o desenvolvimento econômico da agricultura em si, como também no sentido de se tornar uma das principais causas da devastação ambiental oriunda da baixa produtividade dos setores tracionais da agricultura dos países atrasados e subdesenvolvidos.

Para Theodore Schultz, a pobreza agrícola estaria associada nestes países ao baixo padrão de produtividade dos insumos utilizados pelos produtores tradicionais que, devido ao estoque baixo de conhecimento tecnológico, se mantinham com produtividade muito aquém dos países desenvolvidos, gerando má alocação dos fatores produtivos. Para ele, a solução para a pobreza e o baixo nível de desenvolvimento agrícola dos países subdesenvolvidos estaria, portanto, menos em seu nível de industrialização e mais na produtividade decrescente dos fatores produtivos e da forma

de produção tradicional da agricultura, que impunha um padrão inferior de rendimento marginal, inibindo os investimentos no setor e gerando um processo de estagnação no ritmo de crescimento da economia.

Outra abordagem de grande destaque neste sentido, e que tem sido muito utilizada pelas abordagens neoclássicas tradicionais para o tratamento da questão da relação entre agricultura, desenvolvimento e inovação a partir dos anos de 1980, inspirada na chamada “teoria da inovação induzida” de Hayami e Ruttan (1971). Fortemente inspirada em princípios teóricos basilares desenvolvidos na tradição do paradigma da modernização agrícola de Schultz – e com influência da teoria de Hicks da dinâmica da inovação induzida por mecanismos de preços – a “teoria da inovação induzida” nos apresenta um modelo onde a mudança técnica é explicada por uma combinação de estímulos externos de mercado (preço dos fatores) e forças econômicas endógenas (custos internos de produção e eficiência institucional) que induzem, ou não, o padrão de mudança técnica da agricultura no sentido de responder aos problemas econômicos e ambientais que reflitam e sejam fonte causadora das condições de produtividade dos fatores produtivos do setor agrícola.

Neste contexto, a crença de que a relação entre demanda pelo fator terra e seus reflexos em relação aos preços relativos, correlacionados aos demais fatores produtivos agrícolas e agropecuários, levaria a uma tendência do processo de inovação induzida que – se devidamente orientada por uma política de assistência técnica e estímulo adequado ao desenvolvimento do setor – levaria a uma trajetória de inovação e progresso técnico induzido onde o fator terra passaria a ser progressivamente substituído no sentido do aumento da eficiência na sua utilização e, como consequência, na preservação do estoque de recursos naturais como um todo.

Assim, a *tragédia dos comuns* e a devastação ambiental só se manteriam válidas, do ponto de vista teórico, em um contexto onde as externalidades e a má definição de direito de propriedade estimulassem um processo de sobre-utilização dos recursos naturais. Ao contrário, em um contexto onde o progresso técnico induzido estivesse bem orientado, a inovação tecnológica poderia substituir o fator produtivo mais escasso, o que poderia resolver o problema da demanda excessiva sobre a base dos recursos naturais disponíveis. O que, de acordo com esta perspectiva teórica, só ocorreria se – por meio da má alocação de recursos geradas pela ineficiência de funcionamento dos mecanismos de mercado desregulados e com baixo nível de inovação tecnológica – a

demanda crescente por recursos naturais sem restrição, levassem a seu esgotamento como um fenômeno resultante do funcionamento do livre mercado.

No entanto, resolvido o problema das externalidades, da tecnologia, e da má definição do direito de propriedade, a demanda de mercado e a mudança nos preços relativos dos fatores (impulsionados pelo nível de restrição dos recursos) conduziriam a uma trajetória induzida de inovação e substituição dos fatores mais escassos em favor de uma maior preservação dos recursos naturais.

2.3 A Abordagem dos Mercados, a Dinâmica Agropecuária e o Debate sobre as Causas do Processo de Desmatamento na Amazônia

Do ponto de vista da percepção dos órgãos multilaterais, todo esse debate sobre os impactos da economia no meio ambiente, percorre um caminho que leva a importantes questões teóricas e políticas. No âmbito político, os anos de 1970 representam um momento decisivo para a incorporação do debate sobre meio ambiente entre as instâncias multilaterais e entre os Governos. As Nações Unidas, neste contexto, passaram a ser a entidade que incorpora com maior clareza a discussão dos limites ambientais para o contínuo crescimento econômico dos seus países membros. Como fica claro no documento síntese da Reunião de Estocolmo, em 1972, intitulado “Nosso Futuro Comum”, o qual trazia a definição do termo *Desenvolvimento Sustentável* que passa então a significar: o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).

A entrada das Nações Unidas no debate mudou o patamar das discussões sobre o meio ambiente. Paulatinamente, muitas ações econômicas e seus efeitos sobre as chamadas externalidades ambientais passaram a fazer parte dos debates em diversos países, tais como a poluição de mares, de rios e do ar; assim como a extinção de animais e plantas decorrentes das ações predatórias justificadas por questões econômicas. Nesse cenário, a entrada do Brasil na pauta de discussões sobre o meio ambiente era questão de tempo, em especial, devido ao desmatamento das florestas tropicais, sobretudo, por causa da Amazônia (FEARNSIDE, 2005; LOUREIRO; PINTO, 2005; PANDOLFO, 1994; RIBEIRO, 2006).

O tema do desmatamento da Amazônia entra assim na pauta global de debate sobre preservação do meio ambiente, na medida em que o debate sobre a destruição da

biodiversidade do planeta se aprofunda, tendo sua importância fortemente vinculada às discussões que se seguiram à Conferência *Rio 92*.

Nessa reunião a questão florestal foi apontada no documento síntese, a “Agenda 21”, a qual relata a “Declaração sobre os Princípios das Florestas” que reconhecem a relevância ambiental, socioeconômica, histórica e cultural de qualquer tipo de floresta (NATIONS, 1992). Os princípios das Florestas visavam à conservação e o uso sustentável desses biomas, além de procurar transferir recursos financeiros dos países desenvolvidos para as nações em desenvolvimento, para que estas últimas conseguissem manter as áreas florestadas.

No contexto em que as florestas ganham proeminência em diversos aspectos da vida das pessoas, da fauna e da flora, em um complexo conjunto de sistemas e subsistemas integrados no planeta, a existência (ou a destruição) de um bioma é de relevância para a sociedade global (GOLDEMBERG; LUCON, 2008; MUELLER, 2007). Segue que as implicações do desflorestamento teriam repercussões para além dos limites do bioma afetado, o que leva as hipóteses do aquecimento global e das mudanças climáticas, bem como a investigações sobre as causas do desmatamento.

Em geral, o desmatamento passa a ser considerado como um fenômeno que converte áreas de floresta em espaços produtores de *commodities*, principalmente, madeira, gado e grãos. É a partir da demanda desses produtos que as análises de tradição neoclássica procuram, em geral, explicar o desmatamento como um fenômeno que se fundamenta pelas condições de funcionamento da própria dinâmica do mercado mundial e por efeitos negativos de políticas equivocadas de desenvolvimento econômico do passado.

A hipótese de substituição das áreas florestadas (oferta de terras para produtos agropecuários) estaria ligada, portanto, à má definição de direito de propriedade gerada por políticas desenvolvimentistas e à demanda recente de *commodities* no mercado mundial. No caso amazônico, para além da demanda por produtos primários, isto é, os incentivos do lado da oferta de terras (política fundiária e de estímulo à compra de terras indiscriminada nos anos de 1970), estariam ainda o desmatamento correlacionado às condições edafoclimáticas da região e às condições de pobreza rural de sua população. Contextos que imporiam aos agentes econômicos um ambiente de negócios inadequado ao desenvolvimento sustentável, e muito mais propício ao progresso indiscriminado de

atividades econômicas com alto impacto ambiental sobre o desmatamento (DINIZ, 2018; MARGULIS, 2003).

Assim, o desflorestamento seria, ao mesmo tempo, uma condição para superação da pobreza e uma necessidade social, dada as condições do bioma. Dessa forma, a dinâmica agrária amazônica seria o resultado da conjunção de condições socioeconômicas e ambientais inadequadas ao bom desenvolvimento de incentivos mercadológicos compatíveis com a preservação ambiental. Nesse sentido, há uma vasta literatura que aponta, pelo viés neoclássico, que tais relacionamentos, acrescidos do papel das políticas de intervenção equivocadas do Estado no passado, seriam as causas fundamentais para a transformação do território amazônico no sentido da destruição de suas florestas.

2.3.1 A Pobreza como uma das Causas do Desmatamento na Amazônia

No contexto da emergência dos debates sobre desenvolvimento sustentável, tem-se observado que o mesmo se refere à um processo que deveria congrega diversas dimensões: sociais, ambientais, econômicas e tecnológicas e etc. Assim, trata-se de um objetivo dificultoso de ser obtido, em especial, quando permeado pela relação entre conservação dos recursos naturais e a superação da pobreza. De acordo com Reardon e Vosti (1995), uma ideia de origem malthusiana permeia a essência e o início do debate ao redor do conceito de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a ligação entre pobreza e meio ambiente é frequentemente referida como relacionado ao conceito de “desenvolvimento sustentável”, sendo a mesma, um resultado do processo de expansão do crescimento populacional.

Essa ligação geralmente é designada como um “ciclo vicioso” entre pobreza e degradação, no qual os agricultores, impulsionados pelo aumento da população e pela pobreza estendem o cultivo para terras marginais, causando degradação nessas últimas. Tal movimento reduz os rendimentos que empobrecem ainda mais os agricultores, o que faz retornar ao início do ciclo (DINIZ, 2018; DINIZ et al., 2008; REARDON; VOSTI, 1995).

Outro debate sobre a possibilidade de desenvolvimento em regiões com alto volume de recursos ambientais é a respeito da existência da “maldição dos recursos naturais” ou “paradoxo da abundância”, que é caracterizada pela relação controversa entre a abundância dos recursos naturais e o reduzido crescimento econômico em

relação as regiões com quantidades limitadas de recursos naturais (BRUNNSCHWEILER; BULTE, 2008; MEHLUM; MOENE; TORVIK, 2006; SACHS; WARNER, 2001).

A tese da maldição dos recursos naturais foi estabelecida por Richard Auty (1993) que demonstrou a incapacidade dos países detentores de riquezas naturais em promover suas economias a partir de uma base natural. As razões para existência da maldição dos recursos naturais são variadas e vão desde a apreciação do câmbio até falhas de mercado e questões institucionais (BOYCE; HERBERT EMERY, 2011; POPYRAKIS; GERLAGH, 2007; STIJNS, 2006).

Seguindo uma perspectiva mais histórica para o tratamento da questão do desmatamento da Amazônia, algumas abordagens se utilizam também da relação entre o grau de dependência econômica da região em relação à exploração de seus recursos naturais e a atuação do Estado como agente institucional em prol do desmatamento. Neste sentido, as alternativas e tentativas de impulsionamento econômico pelo Estado para fins de exploração dos recursos naturais gerariam uma situação de subdesenvolvimento e não de superação da pobreza. Situação exemplificada a partir da demonstração do passivo ambiental como resultado dos projetos e programas de desenvolvimento agrário desenvolvidos para a região a partir dos anos de 1970.

O desmatamento, assim, seria o resultado da dinâmica agrária amazônica, a qual de acordo com Costa e Fernandes (2016) tem tido foco em duas posições contrapostas: a conservação *versus* a produção ou desmatamento contra não desmatamento. Naturalmente, a conservação é a opção que mantém a floresta de pé, todavia, os agentes que viveriam em uma economia relegada à pobreza e ao subdesenvolvimento. Diniz (2018) aponta a existência de uma tese difundida internacionalmente de que existe uma causalidade entre a condição de pobreza e a degradação ambiental que se traduziria no reforço da armadilha da pobreza que imporia uma sobre-exploração dos recursos naturais pelos pobres. Costa e Fernandes (2016) explicam que, de acordo com essa abordagem, o contexto na qual a hipótese da armadilha da pobreza é posta decorre da demanda por novos recursos naturais, o que levaria aos agentes econômicos a avançar sobre o bioma, no caso amazônico, sobre a floresta, desmatando-a e desprotegendo o solo e, tornando o território e os agentes mais empobrecidos. “Ao fim, os dois fenômenos retroalimentar-se-iam, gestando um futuro de carências sociais e devastação ambiental” (COSTA; FERNANDES, 2016).

A dicotomia entre riqueza e pobreza, vistas a partir de um enfoque tradicional, aponta, portanto, para análises contrapostas no que é econômico e do que não é econômico, se expressando em: melhor e pior; progresso e estagnação; sucesso e fracasso. Em geral, nas análises econômicas a riqueza é relacionada à indústria, transformação, grandes negócios e ao mercado globalizado, enquanto a pobreza é relacionada ao autoconsumo (subsistência), dependência da natureza (COSTA, 2012a, 2012c; LOCATEL, 2012).

Na situação da pobreza ou de subdesenvolvimento, tal como visto anteriormente, se encaixa a ideia de que o extrativismo vegetal foi o que manteve a Natureza amazônica alheia as grandes conversões impostas em relação ao industrial e o crescimento populacional. Dinâmicas estas que acabam por impulsionar a formação de núcleos urbanos e um aumento das áreas para produção de bens agropecuários, as quais serviriam como ponta de lança para o processo de desmatamento (DINIZ et al., 2008, 2009; LOUREIRO, 2002; PANDOLFO, 1994).

Na perspectiva de Margulis (2003) as condições edafoclimáticas, ainda, eram mais relevantes, pois, devido às singularidades amazônicas, como a umidade e pluviosidade, restringiriam o aumento da produtividade da pecuária. Nesse contexto, a elevação da produção ocorreria com o aumento da área de pastagem o que, em muitas ocasiões, implica em mais desflorestamento, situação que reforça a relação inversa entre expansão econômica e conservação florestal (MUELLER, 2007)

Segue que a disponibilidade de vastos recursos naturais e a superação da pobreza na Amazônia é somada a outras questões como o aumento da soberania nacional por meio do incremento populacional, redução das disputas por terra em outras regiões, assim como a migração de camponeses impostas como fatores para colocação em prática de um amplo plano de transformação agrária que mudou a configuração territorial amazônica (FERNANDES, 1999; MELLO, 2006). Tal transformação teve ampla atuação estatal através do desenvolvimento de mecanismos e instrumentos para facilitar a entrada de pessoas e de capital com o objetivo de expandir a fronteira agropecuária nacional (ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 2002; MUELLER, 2011; NEPSTAD et al., 2002), causando, como se sabe, grande impacto ambiental e destruição de parcela significativa da floresta amazônica.

2.3.2 O Estado, o Mercado e os Mecanismos do Desmatamento

A proposta estatal aponta que a superação da pobreza perpassaria por aproximar a Amazônia de mercados de *commodities*. O que leva a ampliação logística na região com a construção de estradas, portos e aeroportos, disponibilidade de crédito subsidiado e de títulos de propriedade, além do deslocamento de mão-de-obra (ARAÚJO et al., 2009; MORAN, 1993; PFAFF et al., 2007; RIBEIRO, 2006). A entidade capaz de oferecer os mecanismos legais, financeiros, logísticos e trabalhadores para que novos agentes econômicos tivessem acesso a terra é o Estado.

É importante observar dois aspectos para entender as ações governamentais ao longo de todo esse processo. O primeiro são os diagnósticos feitos sobre a situação amazônica que mostravam um grande potencial agrário, devido ao volume de recursos naturais, somado a uma população diminuta, extrativista e, relativamente, pobre (BRASIL, 1966; MELLO, 2006; PANDOLFO, 1994). Por outro lado, é preciso analisar que em várias ocasiões o Estado se torna mecanismo de agentes para acesso de riquezas, nesse caso, a terra (ANDRADE, 2018; SANTOS, 2015).

Existe uma vasta literatura que relaciona as atividades agropecuárias ao desmatamento (mercado), assim como as ações estatais como fatores decisivos para a substituição da floresta por terras para pastagem e agricultura. Pfaff *et al* (2007) e Rivero *et al* (2009) fizeram testes econométricos e mostraram a profunda relação entre desmatamento e pecuária, os testes mostraram que existe, também, algum impacto da soja, ainda que de maneira reduzida. Trabalhos mais no campo histórico e institucional de Fearnside (2005) e de Nepstad *et al* (2006) apontam no mesmo caminho, acrescentando o papel da disponibilidade logística como facilitador do progresso agropecuário. Os recursos financeiros subsidiados são apontados como fatores que contribuíram para o desflorestamento amazônico em Nepstad *et al* (2014), o mesmo ocorreu com Alston *et al* (2002) que ainda explora a relação entre o desmatamento e a posse dos títulos de terra.

Sendo visível que existe uma causalidade entre os mecanismos que incitam o desmatamento, a solução para o controle do fenômeno ambiental tende a ser direcionada teoricamente para a “Tragédia dos Comuns” e o “Teorema de Coase”. O que implica em constituir ou editar leis ou definir direitos de propriedade, designar instrumentos de

vigilância para os recursos naturais e operações de polícia para autuar eventuais transgressores – um movimento o que é conhecido como comando e controle.

2.3.3 Mecanismos de Controle do Desmatamento e a Abordagem Neoclássica

De acordo com a perspectiva teórica da abordagem dos mercados de tradição neoclássica, como visto anteriormente, os agentes econômicos são compreendidos como atores atomizados que se movem apenas conforme estímulos de preços e lucros (em geral visto apenas no curto prazo); seguindo regras institucionais mais ou menos restritas e críveis do ponto de vista de sua atuação em relação ao poder estatal de regulação (e *enforcement*) das políticas de comando e controle para fins de combate às externalidades negativas, tais como as explicitadas na “tragédia dos comuns”.

Dessa forma, agiriam esses atores “indesejáveis”, de modo racional e de maneira a evitar as sanções do Estado e buscando sobreviver de maneira privada a mais eficiente possível, na busca por lucratividade e seguindo os limites de sua capacidade de reprodução social.

Neste contexto, a demanda de mercado por produtos como madeira, soja e carne (em contraposição à valorização de produtos florestais não madeireiros), combinadas a um baixo nível de desenvolvimento de tecnologia e regulação do Estado (baixo poder de *enforcement* das políticas de comando e controle), seriam – segundo esta interpretação mais tradicional – os principais motores e causas da dinâmica do desmatamento em regiões como a Amazônia (ARIMA et al., 2014; FEARNSSIDE, 2008; MARGULIS, 2003b; NEPSTAD et al., 2002; WALKER; MORAN; ANSELIN, 2000).

Sendo assim, como antídoto, o Estado deveria agir de maneira a inibir a ação racional oportunista (e, eventualmente “ilegal”) de agentes econômicos movidos por interesses imediatistas e de baixo conteúdo tecnológico. Agentes que, no entanto, do ponto de vista social, representariam uma perspectiva econômica de baixa produtividade e que geraria efeitos externos negativos. Externalidades estas que gerariam aumento nos níveis de desmatamento associado a um problema crescente de pobreza e baixa capacidade de produção. Ao mesmo tempo em que deveria procurar estimular processos de valorização alternativos de mercado de produtos florestais e investimentos em aumento de produtividade a valorização do capital humano para efeito de diminuição do custo de oportunidade de toda a ação de comando e controle do Estado.

Ocorre que variados instrumentos foram postos em prática para controlar o desmatamento, como o contingenciamento de recursos financeiros para fomento de produção madeireira e pecuária, uso de satélites para vasculhar o desmatamento e queima, bem como diversas operações de patrulha, busca e apreensão de equipamentos usados para retirar madeira ilegal (BINSWANGER, 1991; FEARNSSIDE, 2006; NEPSTAD et al., 2014).

Do ponto de vista do mercado, os demandantes de grãos, sobretudo, de soja até criaram a “Moratória da Soja”. Um instrumento para impedir que as grandes empresas comercializadoras e que atendem, principalmente, os mercados da América do Norte e Europa adquirissem soja de áreas recentemente desmatadas (GIBBS et al., 2015; NEPSTAD et al., 2013; RAUSCH; GIBBS, 2016; RUDORFF et al., 2011).

Os resultados das ações de C&C, os quais seguem o *Teorema de Coase* e a *Tragédia dos Comuns*, são importantes, mas talvez limitados já que nos últimos anos o desflorestamento parece ter iniciado novamente uma trajetória de crescimento. Neste sentido, muitos recursos e pessoal tem sido colocado em atividade para resolver um problema do desmatamento, cabendo nos próximos anos uma análise mais definitiva sobre os limites destes instrumentos como capazes de estancar o ritmo e o sentido do processo de desmatamento na região.

Mediante a potência restrita de explicação do fenômeno do desmatamento por parte da economia de mercado e por tabela dos mecanismos que essa teoria propõe para solucionar o problema. Esse trabalho sugere que o desmatamento tenha como fundo investigativo as análises históricas e mudanças institucionais mais profundas como causas fundamentais para uma melhor compreensão do fenômeno, assim como para o entendimento da evolução da dinâmica agrária na amazônica ao longo de séculos.

Neste sentido, tem-se como hipótese que foi a constituição de um mercado de terras com fins especulativos, sobretudo, para a compra de terras com mata para transformação futura em “terras sem mata”, que ditaram o ritmo da derrubada da floresta e das transformações estruturais na região. Para auxiliar no teste dessa hipótese, laçaremos mão do uso da economia institucional e da sociologia econômica por entender que ambas as teorias possuem instrumentos que permitem uma análise da trajetória seguida na Amazônia, bem como captar os pontos de mudança em uma perspectiva histórica. Movimentos que serão realizados nos dois próximos capítulos.

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS ALTERNATIVAS À ABORDAGEM DOS MERCADOS

O objetivo desse capítulo será a apresentação de perspectivas teóricas alternativas à abordagem dos mercados, para o tratamento da questão ambiental e, de maneira específica, para o tema das causas econômicas para o desmatamento da Amazônia. O que será tratado de maneira mais específica nos dois próximos capítulos

Para isso, lançaremos mão do uso de abordagens teóricas inspiradas na sociologia econômica, na economia institucional e no debate histórico e geográfico sobre o processo de formação da fronteira amazônica no século XX. Considerando que estas abordagens são as que mais poderão nos auxiliar na construção de um referencial teórico alternativo à abordagem dos mercados, com o intuito de explicar o processo de evolução histórica e formação territorial da Amazônia, assim como de sua trajetória de desmatamento nas últimas décadas.

Destarte, a fim de justificar a proposta desse capítulo, é preciso reincorporar na discussão que o foco da abordagem dos mercados, feita pela tradição teórica neoclássica, como visto anteriormente, é a relação entre oferta e demanda como instâncias heurísticas de dimensão teórica atemporais e a-históricas. Tendo como elemento balanceador, o mecanismo de preços como força de gravidade que tenciona na direção do equilíbrio do sistema, mesmo que em níveis sub-ótimos.

Segue que mesmo restringindo as análises apenas às trocas econômicas ou as “puras relações de mercado” (sem nenhuma perspectiva histórica), essa abordagem tradicional possui em seus fundamentos, premissas que, quando relativizadas, permitem certo nível de questionamento em prol de uma maior complexidade em suas abordagens, ultrapassando a instantaneidade da análise de “compra-e-venda” e a ideia de que o mercado se autorregula em um contexto de equilíbrio estável, sem influência da dimensão espacial e do tempo histórico.

Neste momento, portanto, podemos dizer que as próprias abordagens neoclássicas admitem a existência de falhas de mercado e seus efeitos no território, onde se pode verificar a existência de custos para além dos de produção, levando a situações de equilíbrios sub-ótimos no sistema de mercado.

Tais avanços teóricos nos permitiram pressupor a existência de custos de transação que geram graves desequilíbrios e custos sociais e ambientais de várias ordens. O que sobrecarrega os custos totais dos produtos e serviços com variáveis como

risco, incerteza e mesmo da constituição de contratos incompletos em condições de um mínimo de eficiência econômica (COASE, 1937; FIANI, 2013; WILLIAMSON, 1979). Fontes primárias que levam a consequências como apontados pela ideia da “tragédia dos comuns” ou da noção de externalidades negativas e ao sentido da ineficiência de todo o sistema econômico vigente.

Neste sentido, podemos afirmar que mudanças devem ser implementadas no caminho das mais recentes abordagens neoclássicas que visam atender melhor a compreensão teórica da forma de funcionamento efetiva dos mercados em um sentido menos abstrato – e mais voltado para pressupostos um pouco mais realistas e lastreados em parâmetros territoriais específicos. Uma nova perspectiva que permita à teoria incorporar uma dimensão de contexto, o qual deve ser acrescentada à luz de melhor compreender os mecanismos internos de funcionamento dos mercados, e seus efeitos sobre o meio circundante.

Sendo assim, podemos afirmar que apesar dos avanços, ainda existem esforços significativos que precisam ser feitos para incluir no *mainstream* econômico, as regras ou instituições em seu sentido mais concreto, a fim de cobrir a lacuna da ausência do risco e da incerteza nas análises tradicionais. Passando a considerar relações para além das estritamente econômicas, incorporando elementos como questões políticas, sociológicas e culturais que compõem, por suposto, o ambiente institucional *per se*.

Neste sentido, a economia neoclássica sem essas incorporações perde substância e poder para explicar o desenvolvimento que incorpora uma complexidade e um grande número de variáveis em um curso caótico até a sua estabilização em algum ambiente institucional específico (FIANI, 2011; HODGSON, 1999; MENARD; SHIRLEY, 2005). Como bem salienta Fiani (2011), o desenvolvimento é um fenômeno intimamente ligado ao crescimento econômico, ao progresso tecnológico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas; quer dizer, a questões que ultrapassam as relações estritas entre oferta e demanda em um ambiente fictício de mercado. Sem nenhuma perspectiva histórica.

Assim, se faz necessário para analisar de maneira mais rigorosa os efeitos e características dinâmicas dos mercados, entre outros fatores, a necessidade de se avançar no tratamento de questões específicas, ligadas à noção e forma de funcionamento do território e do ambiente institucional o qual o mesmo se encontra inserido.

Se o progresso socioeconômico fosse baseado somente na ideia de existência de um equilíbrio de mercado – visto de maneira abstrata – esse problema seria solucionado através de redução dos custos de transação e da compra dos pacotes tecnológicos induzidos de maneira exógena – como já é discutido na literatura tradicional que incorpora as análises de indução tecnológica a partir do mercado (SCHULTZ, 1965; HAYAMI, RUTTAN, 1971). O que cada vez mais parece ser considerada como uma situação improvável.

A implicação da abordagem neoclássica, neste sentido, nos leva ao paradoxismo, em sustentar que a condição estática de equilíbrio e eficiência dos “mercados”, signifique a projeção para frente de uma trajetória de crescimento com equilíbrio e eficiência econômica. Sem levar em consideração os seus efeitos de retroalimentação e resultados do ponto de vista de sua dimensão ambiental e social. Nesse cenário, a abordagem da sociologia econômica e da economia institucional oferecem ferramentas e bases analíticas que – se bem articuladas – poderiam representar fundamentos teóricos alternativos à abordagem tradicional estática e a-histórico padrão de explicação da forma e funcionamento dos mercados.

Assim como nos permitir acompanhar a trajetória de evolução institucional de uma sociedade tendo como fundamentos, elementos relacionados a cultura, a história e as relações sociais, considerados como ingredientes para a compreensão do funcionamento do próprio “mercado”. Este visto, agora, como uma instituição social e não como um ente abstrato.

Outra ferramenta teórica interessante, e que usaremos neste capítulo, se refere à noção de território. Neste sentido, o que será aqui utilizado sobre esta noção, reflete a tentativa de analisar as relações de poder e a forma como as mesmas se constituem em um determinado espaço histórico-geográfico em específico. Permitindo uma melhor visualização do papel do espaço na constituição do ambiente institucional e no processo de construção efetiva das regras de funcionamento dos mercados institucionalizados, vistos agora a partir de uma perspectiva histórico-espacial.

Neste contexto, ao acrescentarmos a ideia de mercados construídos e instituições ao território, poderemos tentar explicar, de maneira mais eficaz, os interesses e as políticas que culminam nas ações e nos resultados das atividades produtivas espacialmente delimitadas ao longo do tempo.

O exame que propomos nesse capítulo da tese é a verificação das capacidades explicativas da Nova Sociologia Econômica (NSE), da Nova Economia Institucional (NEI) e da abordagem territorial, para explicar a trajetória social e econômica da Amazônia como um processo de evolução histórico-espacial. O que será mais bem tratado e desenvolvido no capítulo 4.

É relevante ainda destacar, neste sentido, que a NSE é advinda da Sociologia Econômica e a NEI possui raízes na Velha Economia Institucional (VEI) e, portanto, essas origens precisam ser incorporadas no presente debate. Ademais, torna-se relevante destacar que, por muito tempo, o estudo da economia, sociologia e ciência política eram considerados de maneira integrada (SMELSER; SWEDBERG, 2005; STEINER, 2015; SWEDBERG, 2003).

Assim, de certa forma, é um dos interesses desse capítulo, ainda, a tentativa de reintegração dessas diferentes abordagens, tendo em vista o aumento da capacidade explicativa que a interação destas diferentes dimensões do problema social nos permita com o intuito de compreender a trajetórias históricas das sociedades e a sua relação com o modo específico de como os mercados a elas se articulam, e encontram bases institucionais sólidas que garantam o seu funcionamento em condições de estabilidade social mínimas.

Segue a apresentação da sociologia econômica e da economia institucional, a atenção para a formação ou reformulação da noção de espaço por meio da sua adequação a uma realidade territorial específica, qual seja: o ambiente de fronteira na Amazônia. A formação territorial e a trajetória de um território são direcionadas, neste sentido, pela forma como os elementos que o compõe se inter-relacionam com o ambiente e as relações sociais nesse espaço em específico. Nesse sentido, o termo territorialidade oferece uma conotação e um caráter específico existente em cada arranjo territorial (BECKER, 1992, 2001; RAFFESTIN, 1993; SACK, 1983). O que irá nos permitir uma análise mais acurada sobre a forma como as instituições e os mercados foram se instituindo na Amazônia de maneira mais fidedigna em relação à sua formação histórica.

3.1 Prelúdio da Sociologia Econômica e Economia Institucional

Nas últimas décadas do século XIX a posição da economia nas ciências sociais passou a ser motivo de controvérsia entre autores e correntes de pensamento. Enquanto

alguns, notadamente os economistas da teoria neoclássica, procuraram restringir os fenômenos econômicos na esfera de uma teoria econômica, outros pensadores buscavam interpretar os fatos econômicos como integrante de um contexto social.

A tentativa de separar a economia dos estudos da sociedade e da política tornou-se evidente por volta de 1870, com a emergência da economia neoclássica que é caracterizada por se opor a economia política e por tentar levar os fatos econômicos para o enclave da economia. O significado desse movimento é a tentativa de isolar as questões econômicas do ambiente social, tratando-as como um fenômeno específico e exclusivo à análise da nascente ciência econômica. Para tanto, era necessário conduzir as discussões econômicas por caminhos alheios ao cerne da economia política clássica, o que passava pela substituição da discussão do valor trabalho pelo valor utilidade, bem como o deslocamento do foco das relações das classes sociais para a noção de indivíduos.

A teoria neoclássica instrumentalizou as análises da economia com o estabelecimento de axiomas e de lógicas de ações fundamentas em indivíduos e mercados. O indivíduo toma a forma de agente racional utilitarista, na busca de promover o próprio bem-estar atuando sob o regime da divisão do trabalho em prol do funcionamento do mercado. Desse modo, o mercado seria resultado exclusivamente das ações humanas individuais, de forma que os vários membros da sociedade tomam as decisões sobre o que, como, e a quantidade a produzir. “O mercado é o ponto focal para onde convergem e de onde se irradiam as atividades dos indivíduos” (MISES, 1987).

Decorre da teoria econômica neoclássica no século XIX a tentativa de isolamento da economia das ciências sociais através da explicação de que as pessoas, ou melhor, os agentes econômicos, agem sobre a lógica teórica abstrata do cálculo egoísta-hedonista de maximização de utilidades, tendo e vista a busca pela maximização dos seus níveis de bem-estar. A imersão social seria consequência e não causa dos interesses egoístas dos indivíduos, sendo a busca pela interação com outros indivíduos explicada a partir dos próprios interesses egoístas dos indivíduos no sentido do aumento do seu nível de bem-estar.

O mercado, neste contexto, seria o *locus* abstrato de interação entre essa massa pulverizada de indivíduos egoístas buscando aumentar o seu nível de satisfação e eficiência na produção, distribuição e troca de bens e serviços. Estando, portanto, os mesmos despossuídos de características substantivas em termos de subjetividades,

história e cultura (DEQUECH, 2011; MILONAKIS; FINE, 2012; STEINER, 2001, 2015).

A procura pela separação dos fatos econômicos das questões sociais causou incômodo em diversos autores como Weber, Durkheim, Pareto, Veblen, Commons entre outros (DEQUECH, 2011; HUGON, 1970; HUNT, 1989; STEINER, 2015). No esforço de distanciar os fenômenos econômicos do contexto social, os neoclássicos tornavam a economia mais abstrata e reduziam as possibilidades de explicação da realidade, nesse contexto, Hugon (1970) coloca que:

(...) à medida que a ciência econômica se desenvolvia, começaram alguns autores a observar um, divórcio cada vez mais acentuado, entre a teoria e a realidade: enquanto indicava aquela o que de uniforme existia nos fenômenos econômicos (...), esta última apresentava uma diversidade crescente de fenômenos econômicos e uma relação cada vez mais estreita entre o econômico e o social.

O posicionamento neoclássico levava, também, a uma análise a-histórica o que, naturalmente, resultou em reações por parte de autores e de correntes teóricas que discordavam da possibilidade de descolar os fenômenos econômicos dos fenômenos sociais e históricos. A reação histórica foi apoiada nos trabalhos de Augusto Comte que estabeleceu os princípios metodológicos aplicáveis nas ciências sociais, tendo a comparação histórica um papel central no conhecimento dos fatos sociais. Comte desenvolveu um método para justificar a impossibilidade de separação entre as diferentes ciências sociais e pautar a reação histórica com base no método histórico, na dinâmica econômica e na evolução orgânica (HUGON, 1970; STEINER, 2001, 2015).

Deriva da reação histórica na economia política, a noção de relatividade e o aprofundamento da descrição de fatos econômicos e de estatísticas nas análises de trajetória histórica, o que significou uma clara contraposição ao absolutismo teórico e a negação das chamadas leis naturais. Além disso, as tendências fragmentadoras das ciências sociais foram combatidas por trabalhos sociológicos de Spencer, Fouillée, Tarde e Durkheim (HUGON, 1970).

A partir dessa “escola sociológica” se desenvolve a sociologia econômica, uma orientação que conscientemente promove a ideia de uma única ciência social, em oposição à separação entre economia, sociologia e economia política; ou mesmo da aceitação inconsciente e implícita existente até o século XVIII de uma união entre as áreas (HUGON, 1970). A reação histórica leva a contestação da economia neoclássica e

promove a noção da sociedade como um organismo formado por partes separadas com estreita solidariedade entre si. Tal ideia passa a ser defendida por autores como Pareto, Spann, Sombart e Simand (HUGON, 1970, pp. 407-408).

Ainda que haja diferenças entre a visão de mundo dos economistas neoclássicos e a dos sociólogos-economistas, é patente observar que, quando ambos estudam os fenômenos econômicos, eles tratam de objetos comuns. O Quadro 2 apresenta alguns dos elementos estudados pela sociologia e pela economia neoclássica, em uma perspectiva heurística comparativa.

Quadro 2 – Elementos da Análise da Sociologia Econômica e da Economia Neoclássica

Elementos	Sociologia Econômica	Economia Neoclássica
Conceito de ator	Socialmente construído "ator em interação" ou "ator em sociedade"	Abordagem microeconômica "individual".
Conceito de ação econômica	Escolhas com base na racionalidade, a ser explicada (não definida).	Preferências estáveis, escolha em função da maximização.
Relações de Poder	Poder de controle e distribuição desiguais.	Agentes iguais, perfeita competição, sem poder de mercado.
Restrições das ações econômicas	Posição do ator na estrutura social, valores culturais.	Gostos e escassez de recursos ou limites tecnológicos; maximização da utilidade ou lucro.
A economia em relação à sociedade	Processo social, parte orgânica da sociedade.	Mercado, comércio (trocas) pressupõe parâmetros sociais estáveis.
Objetivos da análise	Busca por análises empíricas, próximas da realidade.	Estabelecimento de teorias capazes de previsão.
Modelos empregados	Maior peso na descrição dos dados, variedade de métodos.	Matematização, constituição de equações.

Elaboração a partir do texto de Smelser e Swedberg (2005).

Pelo Quadro 2, são observados elementos e objetos de análise vistos tanto pela sociologia econômica como pela economia neoclássica. Por meio da conceituação entre as correntes teóricas fica clara a incompatibilidade de estudos conjuntos entre a economia neoclássica e a sociologia econômica, tanto pela metodologia empregada, quanto pelos conceitos utilizados. Na sociologia econômica, a ação econômica é executada por atores que se relacionam e possuem influências constituídas por uma estrutura social e por relações de poder desiguais, o que implica em restrições econômicas por parte de valores da sociedade. Por outro lado, a teoria neoclássica observa a ação econômica como uma escolha maximizadora, executada por um agente

racional que atua em um mercado, sendo que as restrições dos agentes se limitam a escassez de recursos.

Os modelos e os objetivos da análise colocam de um lado a sociologia econômica que possui uma heterodoxia na análise das relações, e objetiva explicar a organização social e a atuação dos agentes que são constituídos socialmente. Por outro lado, a preocupação dos neoclássicos é encontrar mecanismos científicos capazes de ser demonstrado, o que revela haver uma ortodoxia que está explícita nos seus axiomas.

Praticamente ao mesmo tempo em que afluía a sociologia econômica, também, surgia a economia institucional como corrente teórica impulsionada principalmente pelos trabalhos de Veblen, Commons e Mitchell, entre o final do século XIX e o início do XX, que relacionavam a vida econômica com a evolução institucional das sociedades.

A economia institucional é crítica em relação à neoclássica pela ortodoxia da análise econômica, pela abstração da realidade e pelo desprezo da história. Conquanto, os institucionalistas compartilham dos principais preceitos neoclássicos como a busca pela eficiência econômica pautada pelo direito de propriedade e pelo princípio de maximização do agente (ESPINO, 1999; HODGSON, 1999; NORTH, 1981, 1990). Tais preceitos aproximam o estudo econômico institucional dos neoclássicos. Por outro lado, a heterodoxia aplicada nas análises, assim como o reconhecimento de que cada sociedade deve ser estudada de maneira comparativa, ao longo de sua trajetória histórica, deixa a análise institucional perto da sociologia econômica. Veremos isso com mais detalhes adiante.

3.2 Alternativas as Abordagens dos Mercados I: Sociologia Econômica e a Nova Sociologia Econômica

A sociologia econômica é um campo relativamente novo nas ciências sociais esse termo aparece em 1879 com o economista Stanley Jevons (*economic sociology*) e foi usado nos trabalhos de Durkheim (*sociologie économique*) e Weber (*Wirtschaftssoziologie*) o que destaca a relevância desse campo por vários países europeus (SMELSER; SWEDBERG, 2005; SWEDBERG, 2003). Smelser e Swedberg (2005, p.7) apontam que havia o senso entre autores como Weber (2003), Durkheim (1999) e Simmel (1978) de estarem construindo um tipo de análise que não existia antes, assim como estarem focando nas questões fundamentais desse campo de

pesquisa, como: Qual é o papel da economia na sociedade? Como a análise social difere das realizadas pelos economistas? E o que é ação econômica? (SWEDBERG, 2003).

A sociologia econômica pode ser definida como a aplicação da perspectiva sociológica ao fenômeno econômico (SMELSER; SWEDBERG, 2005; SWEDBERG, 2003). Isto significa que a sociologia econômica compartilha a maioria das preocupações e objetivos da economia. Nesse sentido, enquanto *mainstream* econômico, a economia clássica e a neoclássica partem das relações mercadológicas para explicar a sociedade ou entendem as relações sociais como resultado do mercado, os sociólogos-economistas tem seu foco no papel que as relações sociais e as instituições sociais desempenham na economia (SMELSER; SWEDBERG, 2005; STEINER, 2015; SWEDBERG, 2003).

O contexto similar entre a economia e a sociologia econômica leva a ambas as propostas a dividirem similaridades nos elementos de estudo como os conceitos de ator, de ação econômica, de estrangulamentos nas ações econômicas, na economia em relação à sociedade. Cabe ressaltar que a sociologia econômica conta com fases de expansão e de contração no interesse por parte da academia. Dessa forma, as próximas duas seções visam mostrar um pouco a trajetória de construção dessas teorias.

3.2.1 A Antiga Sociologia Econômica

Existem diversos autores que poderiam compor as bases da sociologia econômica como Montesquieu, Saint-Simon, Tocqueville. Entretanto, segundo Smelser e Swedberg (2005) é Karl Marx que possui papel de destaque no pensamento do século XIX. O ponto de partida de Marx é o trabalho e a produção, segue que para ele o trabalho é mais uma ação social do que um elemento de natureza individual, pois, as pessoas precisam cooperar para haver produção. Esse pressuposto mostrava que o mais importante dos interesses era de natureza coletiva: o interesse de classe. Marx procurou mostrar que havia divisões de classe na sociedade e que, na economia, isso seria expresso por meio das relações de produção.

Ao longo dos trabalhos de Marx, existe a tentativa de exibir a trajetória evolutiva ao longo do tempo do sistema capitalista e, portanto, da sociedade. Paralelamente, ele demonstra como os interesses de classes ajudaram na composição do capitalismo e da exploração da classe proletariada pelos donos do capital (MARX, 1996).

Em outro contexto, nos trabalhos de Max Weber, o fenômeno econômico consiste em normas e instituições que são frequentemente criadas para o fim econômico. Para Weber (1968, 2003) o fato econômico é um fato social. Ao longo dos estudos, ele examinou as relações socioeconômicas, sua formação histórica e o seu significado cultural e religioso.

Em Weber, o fato econômico é demonstrado na ação do agente que procura a satisfação das próprias necessidades e na situação de escassez, tal ação supõe respeito mútuo entre os agentes aos direitos de propriedade, o que possibilita as trocas. Essas seriam, para ele, um entre outros dos fundamentos das relações econômicas. Outro aspecto estudado por Weber são as origens das ações, ele expõe como os fenômenos não econômicos possuem impactos na economia, como é o caso da religião que congrega grupo de pessoas por afinidade de certas preferências e de condutas. Por esses estudos, os conceitos de ação social e ordem se expressam na economia.

Na visão weberiana a “ação social” é vista como um comportamento econômico socialmente orientado e a “ordem” é observada como equivalente a uma instituição repetida socialmente ao longo do tempo. Nesse sentido, a ordem e a ação social atuam por meio do estabelecimento de rotinas ou ações sistêmicas que são constituídas ao longo do tempo.

Os esforços de Weber são canalizados para o moderno capitalismo com a análise temporal e sociológica, o que levou ele a analisar a emergência da propriedade privada da terra e da firma e as questões de regulação na bolsa de valores. O principal trabalho de Weber (2003) “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” no qual ele busca entender os elementos essenciais do capitalismo nas sociedades majoritariamente protestantes comparadas as de maioria católica, tendo em vista o interesse religioso combinado ao interesse econômico, como capaz de criar uma força propulsora em favor da mentalidade capitalista.

Fica evidente nos trabalhos de Weber que o comportamento econômico é derivado de um contexto social que é dirigido pelo interesse, convenção e costume ou hábito, ou ainda de uma mistura desses três comportamentos. O contexto social implica na existência de ações econômicas derivadas de relacionamentos de grupos sociais que regulam a ação individual e direcionam a cooperação e/ou o conflito (SMELSER; SWEDBERG, 2005).

Apesar de menos conhecido entre os economistas, Durkheim possui contribuições significativas no entendimento da economia em um contexto de evolução da sociedade de estágios mais simples para organizações complexas. Os argumentos de Durkheim (1999) combatem a crença dos neoclássicos de que a sociedade pode funcionar se todos os indivíduos seguirem os próprios interesses privados e cumprirem os acordos.

Para Durkheim (1999), a multiplicação das trocas impõe a cada indivíduo infinitas negociações tanto de efeito imediato quanto com efeitos que se prolongam ao longo do tempo. Dessa forma, o autor aponta os problemas com a livre negociação ou com contratos livremente negociados que fazem desaparecer as vantagens socioeconômicas do livre mercado. Ademais, isso se aproxima da ideia da teoria econômica de custos de transação desenvolvida por Ronald Coase (1937).

A semelhança entre a sociologia econômica e a teoria dos custos de transação (TCT) a respeito do comércio mercantil é apontada por Steiner (2015). Entretanto, esse autor aponta diferenças: 1) para a TCT, os acordos institucionais são selecionados segundo o critério de maximização, idêntico aos princípios do *homoeconomicus*; 2) para a sociologia econômica durkheimiana a instituição social, que é o contrato, não é originado de um cálculo otimizador, mas sim, decorrente da evolução social. Na visão de Durkheim os contratos não funcionam em situação de regras supremas de auto-interesses individuais. Assim, os contratos apenas existem onde há elementos morais ou reguladores, pois, os “contratos são possíveis porque possuem uma origem social” (DURKHEIM, 1999).

Apesar das potencialidades que a sociologia econômica erigiu, inclusive com autores renomados no campo das ciências sociais como Simmel, Pareto, Durkheim e Weber, essa corrente teórica não manteve vigor após a década de 1920. Smelser e Sweberg (2005) dizem que as razões são pouco claras, o fato é que a sociologia econômica progrediria lentamente até a década de 1980 e renasceria com o nome de Nova Sociologia Econômica (NSE).

3.2.2 Uma Transição até a Nova Sociologia Econômica

Alguns autores são apontados pelo não desaparecimento da sociologia econômica e responsáveis pelas fundações do que constituiria a nova sociologia econômica: Schumpeter (1964, 1982), Polanyi (2000) e Parsons e Smelser (1956).

Schumpeter possui a influência tanto da economia neoclássica quanto da sociologia de Weber. Assim, muitas das contribuições de Schumpeter decorrem da tentativa de aproximar a sociologia econômica da teoria econômica. Além disso, ele define a sociologia econômica como o estudo de instituições, dentro das quais o comportamento econômico ocorre (SMELSER; SWEDBERG, 2005). Smelser e Swedberg (2005, p.12) informam que Schumpeter realizou três estudos no campo da sociologia. O primeiro investigava a distinção feita por economistas e sociólogos sobre as classes sociais. O segundo relativo sobre a natureza do imperialismo como um sistema pré-capitalista profundamente emocional e irracional que exige constantes conflitos armados para conquistas de novos territórios. O terceiro trabalho discorre a respeito da sociologia fiscal, no qual o autor sustenta que as finanças estatais são cruciais para composição do Estado.

No trabalho “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, Schumpeter (1961) assinala algumas das fraquezas do capitalismo. Mais relevantes se tornam seus apontamentos a despeito das mudanças econômicas por meio da “destruição criadora” e, certamente, o destaque dado ao empreendedorismo nas transformações econômicas. No raciocínio de Schumpeter, o empreendedorismo consiste em uma nova combinação de elementos já existentes, dessa forma, a estrutura social pode combinar elementos que resolvam um problema. Contudo, essa nova alternativa pode ser combatida por pessoas ou grupos da estrutura social.

As transformações na sociedade em um processo histórico, Polanyi (2000) e Polanyi, Arensberg e Pearsons (1957) direcionam a atenção para dramáticas alterações ocorridas na organização social, principalmente, entre os anos de 1840 e 1850, na Inglaterra, quando uma série de leis propôs uma grande transformação ao tentar substituir as regras sociais por regras de mercado. Em seus estudos sobre as relações de interesse, ele argumenta que, antes do século XIX, os grupos e as sociedades estavam voltados para interesses sociais antes dos interesses econômicos, assim, tal inversão foi construída ao longo do tempo.

Outra pauta na qual Polanyi centrou esforços foi na questão do enraizamento (*embeddedness*) e nas formas de integração (*forms of integration*). A questão do enraizamento é atrelada a noção de ação econômica que ocorre dentro de uma estrutura social. Em síntese, para Polanyi o problema do capitalismo não é a sociedade organizar mercados, o problema está no inverso, quando se procura organizar a sociedade a partir

dos mercados. Pois, essa inversão, cria contradições nocivas à estrutura social que nem sempre atrapalham a economia, e, portanto, há possibilidade da economia ou partes do sistema econômico manter o funcionamento adequado com a estrutura social deteriorada.

Muitos dos esforços de Polanyi foram para a constituição de um conjunto de ferramentas para sociologia econômica por meio das formas de integração, inicialmente por mostrar que o auto-interesse e ações pró-mercado são uma fundação instável para a sociedade e que a economia precisa provir de pessoas com substância material e base contínua. Dessa forma, ele identifica três formas de integração ou maneiras estabilizar a economia: reciprocidade, redistribuição e troca. A reciprocidade ocorre dentro de grupos simétricos, como famílias, grupos de parentesco e bairros. Na redistribuição, os bens são alocados de um centro na comunidade, como o Estado. Na troca, os bens são distribuídos através de mercados e de preços. Polanyi (2000) mostra que, geralmente, as economias em cada sociedade se comportam como uma mistura destas três formas, ainda que uma delas possa ser dominante, enquanto as outras são subordinadas.

Mais uma tentativa de demonstrar que a ação econômica está dentro de um contexto social foi feita por Parsons e Smelser (1956) que sugeriram que economia e sociologia devem ser vistas como parte de uma teoria geral de sistemas sociais. Nesse sentido, a economia, assim com a política e a motivacional-cultural comporiam os três subsistemas dos sistemas sociais. Na perspectiva de Parsons e Smelser (1956) a economia é um subsistema de trocas, a política é o subsistema integrativo e o motivacional-cultural é o subsistema de crenças.

Apesar da tentativa desses autores de despertar o interesse e desenvolver a sociologia econômica, o campo de estudo que rivalizou com a economia neoclássica e, portanto, canalizou esforços para explicar a economia de outra maneira foram os trabalhos de tradição marxista, a teoria da dependência, a teoria do sistema mundo e o neo-marxismo (SMELSER; SWEDBERG, 2005; SWEDBERG, 2003). A sociologia econômica sairia da estagnação somente no final da década de 1970 e início dos anos 1980 com os apontamentos de Granovetter, Zelizer, Fligstein, o destaque maior para o primeiro autor que delineou a constituição de uma sociologia econômica nova.

A Nova Sociologia Econômica (NSE) atua nos pontos-chaves da economia: os mercados e nos fundamentos microeconômicos. O que representa um ataque à base dos neoclássicos e uma alternativa ao entendimento da economia capitalista. Em adição, a

NSE explora elementos pouco trabalhados pela primeira geração de sociólogos-economistas ou da antiga sociologia econômica. O Quadro 3 sintetiza as principais diferenças entre a nova e a antiga sociologia econômica.

Quadro 3 – Diferenças entre a Sociologia Econômica e a Nova Sociologia Econômica

Aspectos	Antiga Sociologia Econômica	Nova Sociologia Econômica
Escopo do inquérito	A-contextual, macroscópico, generalização Causal	Contextual, microscópico, interação a-causal
Objeto de Estudo	Padrões, esquemas de classificações, taxonomias	Processos, contingências
Ênfase Explanatória	Estrutura, constrangimento	Agência, empoderamento
Locus de Poder	Atribuído ou dado, sistema de estratificação	Negociado, resistência
Visão da Cultura	Valores, crenças, ideias, ensinamentos	Discurso, práticas sociais, Produção de ensinamentos, promulgação (decreto)
Lógica Institucional	Diferenciada, formal, Reificado, gênero	Transgressivas, construídas
Religião	Diminuição da importância, secularização	Presença contínua
Ação Econômica	Modelos racionalizados, Mercados, preferências autônomas	Socialmente incrustado
Método Preferido	Quantitativo, Histórico-comparativo	Qualitativo, Etnográfico

Elaboração própria a partir de Smelser e Swedberg (2005).

As diferenças apontadas no Quadro 3 entre a antiga e a nova sociologia econômica sugerem que ambas utilizavam de instrumentos semelhantes de análise como a evolução histórica das sociedades, como elas organizavam poder e a economia. Entretanto, as diferenças ficam evidentes quando observamos que a antiga sociologia econômica possui o interesse em generalizações por meio do contexto macroscópico, em padrões, principalmente, na estrutura cultural e de poder como determinantes da ação econômica. Já a NSE busca uma análise microscópica, tentando estudar as sociedades de forma particularizada no entendimento das lógicas de poder e cultural em um processo em negociação constituído.

Se a Nova Sociologia Econômica tem um foco principal é a tentativa de compreender os mercados e as relações sociais nas quais eles estão imersos, esse posicionamento foi dado por Mark Granovetter (1973, 1985, 1992) ao trabalhar os conceitos de rede social (*network*) e de enraizamento (*embeddedness*).

A questão da rede social oferece destaque às decisões dos indivíduos em meio às relações sociais, especialmente, sobre a influência de grupos. Tais relações sociais são

organizadas em dois níveis chamados laços fortes e laços fracos. As forças dos laços dependem de uma combinação de relações de confiança, intimidade e intensidade emocional, as consequências da força de cada laço são as influências que os indivíduos impõem e recebem. Naturalmente, os laços fortes de cada indivíduo provocam maiores impactos nas suas decisões, por outro lado, os laços fracos possuem relevância na integração com outros grupos.

O conceito de enraizamento foi estabelecido por Polanyi (2000) que entendia a economia e, mais especificamente, o mercado, como enraizado nas relações sociais. Posto de outro modo, os mercados são estruturas socialmente construídas, isso significa, inicialmente, uma afronta ao posicionamento do *mainstream* econômico que toma o mercado como um local de trocas e, portanto, alheio das relações sociais (GRANOVETTER, 1985, 1992; POLANYI, 2000; POLANYI; ARENSBERG; PEARSONS, 1957); em seguida, a imersão do estudo dos mercados é a possibilidade examinar a evolução deles como parte da evolução social estabelecida em uma matriz de incentivos (GRANOVETTER, 1985; WILLIAMSON, 1996).

Os trabalhos de Granovetter levam ao tratamento da economia enraizada em uma estrutura social e examina como as relações são importantes em campos tradicionais como o mercado de trabalho. Deriva desses ensaios seminais, uma série de pesquisas levada pela análise de redes sociais e *marketing* que mudam significativamente a visão da economia como limitada a um processo de produção, de distribuição e de consumo. Sem dúvida Granovetter levou os estudos de mercados para outro patamar, contudo, as pesquisas de Viviana Zelizer (1979, 1988) propõem algo mais radical, como o estabelecimento de mercados múltiplos e críticas sobre as dicotomias criadas pela economia.

De acordo com Zelizer (2009, pp. 238-239) por 200 anos os cientistas sociais mostraram preocupação com a incompatibilidade, a incomensurabilidade, ou a contradição entre relações de intimidade e relações impessoais. E assumiram que o mundo social é estabelecido sobre princípios incompatíveis e que competem entre si, como, sentimento e racionalidade; solidariedade e interesse próprio. Para a autora, as análises econômicas aprofundaram a questão e particionaram a vida em opostos: mercado e não mercado, racional e pessoal, eficiente e sentimental. Zelizer completa dizendo que tais dicotomias tornam mais fáceis a desvalorização, por exemplo, da produção doméstica e o trabalho das mulheres em geral. A principal ideia dos trabalhos

de Zelizer é romper essa barreira e, dessa forma, permitir um estudo da economia mais próximo da realidade e, portanto, com elevado nível de complexidade.

A vida econômica é basicamente estudada como produção, distribuição e consumo, nesse contexto, a economia opera em mercados, sendo que a moeda é uma entidade econômica com a função reconhecida de ser meio de troca entre a compra e a venda. Normalmente, as relações de mercado são observadas como impessoais, ou meras relações de compra e venda sem qualquer significado para além do interesse comercial.

Todavia, Zelizer apresenta um contexto alternativo para trocas que são feitas por meio de relações estabelecidas institucionalmente, trocas que são realizadas dentro contexto pessoal, um tipo de comércio que só ocorre em função da intimidade e dos sentimentos dos que estão envolvidos (ZELIZER, 2005, 2009). Para essa proposta ser levada em frente à autora propôs a hipótese de mercados múltiplos.

Assim, Zelizer realizou vários estudos como o preço da vida que é determinado, por exemplo, pelos seguros de vida (ZELIZER, 1979), nas relações em um casamento ou familiares, as quais possibilitam que as pessoas executem certos tipos de trocas que apenas podem ser efetuadas na intimidade do lar (ZELIZER, 2005, 2010). Pela proposta de Zelizer a dicotomia do mundo propagada pela economia ortodoxa é uma falácia, sendo mais contundente, a divisão da vida em econômica e não econômica, na verdade, é uma possibilidade muito restrita.

As pesquisas de Zelizer retiram a rigidez tradicional das análises de relações sociais e dos fenômenos econômicos como objetos de estudos separados, ela flexibiliza os estudos dos agentes, das instituições e das regras de trocas, o que transborda em análises de mercado com inúmeras possibilidades. Zelizer desmonta o caráter organizado da economia como algo intocado, mostra que os agentes atuam sobre condições específicas, dependendo do mercado e das relações estabelecidas. Neil Fligstein possui como alvo de pesquisas as estratégias dos agentes e a ação social desenvolvida em determinado campo de atuação.

Os principais alvos dos trabalhos de Fligstein (1996b, 2001) são o aparecimento de novos mercados, equilíbrios e transformações, focando nas relações entre os agentes nesses espaços e na forma como estas relações se tornam estáveis. Para tais estudos, ele usa uma abordagem político-cultural que conta com análises da trajetória da história econômica e institucional do mercado desde a formação do campo até a estabilização.

Fligstein (2001) sustenta que para o surgimento de mercados são necessárias quatro regras básicas: os direitos de propriedade; estruturas de governança; regras de troca; e concepções de controle.

Para Fligstein, o Estado possui papel determinante na construção do mercado nas sociedades capitalistas modernas, sobretudo, para conter eventuais desequilíbrios decorrentes de conflitos entre os agentes (FLIGSTEIN, 2001, 2007; MCADAM; FLIGSTEIN, 2012). Nesse contexto, fica evidente o peso político e cultural que precisa ter uma análise a respeito dos mercados. Pois, os agentes ou atores tentarão levar a cabo o estabelecimento de regras capazes de lhes oferecer vantagens individuais e para grupo ao qual pertencem. Esse ponto é relevante, porque, por vias da sociologia econômica, Fligstein alcança um dos cerne da economia neoclássica – o interesse na maximização (FLIGSTEIN, 1996, 2001).

As implicações das pesquisas de Fligstein levam a análise da hierarquia como um fator na definição das estratégias de cada ator cujo objetivo primário é a sobrevivência e a estabilização da posição no mercado, para tanto é necessário dispor de redes de relacionamento capazes de minorar os riscos e gerenciar a complexidade. Se o objetivo dos agentes é a estabilização, o que desestabiliza um mercado já estruturado? Fligstein responde que qualquer mercado está sujeito a choques externos decorrentes, por exemplo, de uma guerra, uma recessão ou de uma crise ambiental. Para ele, esses choques exógenos possibilitam transformações no mercado.

Ocorre que a NSE procura unir os elementos da ciência econômica e da sociologia para entender as questões cruciais da economia, isto significa adentrar no campo dos microfundamentos que levam em conta a motivação dos agentes ou atores nas ações econômicas, bem como de relações, e as regras para cooperação e competição, dentro de um contexto socialmente construído, ampliando, dessa maneira, os caracteres dos mercados para além das premissas neoclássicas.

A NSE oferece um conjunto de instrumentos para o exame da economia como parte de uma estrutura social, especialmente, dos mercados que devem ser tratados sobre vários aspectos como o histórico, cultural, político, sociológico e institucional. Mas, ainda que exista uma estrutura social na qual a economia está inserida, os estudos dos fenômenos econômicos residem na produção, distribuição e consumo, bem como das externalidades que cada uma dessas atividades gera. Nessa perspectiva, o estudo das

instituições para entender o sistema econômico capitalista combina as bases da sociologia econômica com alguns dos interesses da ciência econômica.

3.3 Alternativas as Abordagens do Mercado II: Os Institucionalistas e a Perspectiva Histórica de Construção de Mercados Socialmente Enraizados

As atenções fundamentais da ciência econômica são voltadas tradicionalmente para o campo das esferas da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. A economia neoclássica levou os debates da economia para a questão dos fatores produtivos e dos mercados. Dado que qualquer atividade econômica é uma ação produtiva que precisa de trabalho, insumos, recursos financeiros e capital físico, cada um desses fatores precisa estar disponíveis em mercados específicos, a fim de resultar em um significado para as relações de mercado.

Essa concepção mercadológica da economia estabelece o mundo em relações de oferta e de demanda, nas quais as quantidades ofertadas e demandadas são reguladas pelo sistema de preço (COASE, 1937). Na prática, a visão neoclássica construiu um arcabouço analítico que sugere que as decisões dos agentes são expressas na oferta e na demanda que são reguladas pelas preferências imutáveis e pelos preços em um anseio maximizador.

Como foi salientada anteriormente, essa proposta de mundo ergótico e estático, sem incertezas ou riscos, assentada pela economia neoclássica foi questionada ainda no século XIX pela classe de estudiosos que defendiam a economia incrustada em uma estrutura social construída historicamente e socialmente. Nesse grupo havia os economistas que destacavam o papel das instituições ou regras para as ações econômicas dentro de um contexto social. Esse grupo de estudiosos formaria o que veio a se chamar posteriormente como economia institucional, que tem entre os principais expoentes: Thorstein Veblen (1898, 1909a, 1980), John Commons (1925, 1931), Wesley Mitchell (1910, 1914), e Frank Knight (1964).

É relevante destacar que a economia institucional, posteriormente esses autores passariam a ser referenciados a partir da nomenclatura de “antiga economia institucional” ou “velha economia institucional”. Uma abordagem que seria vista, em seu nascimento, como uma abordagem teórica alternativa e com demarcação de fundamentos heurísticos e teóricos de natureza claramente antagônica em relação à abordagem neoclássica. Essa informação é importante, pois, no decorrer do século XX,

por volta dos anos 1970, um novo movimento institucionalista ganhou prominência no debate econômico mais alinhado à tradição da heurística da tradição neoclássica. Sugerindo, no entanto, que o *mainstream* em economia necessitava ampliar seu referencial e flexibilizar vários de suas premissas com o intuito de aproximar-se da realidade e, portanto, evitando se afastar de alguns dos seus axiomas dominantes (HODGSON, 1989). Essa nova forma de ver as instituições se autodenominou de “Nova Economia Institucional” ou, simplesmente, NEI. Entre os autores proeminentes estão Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North.

Em sequência, abordaremos, uma de cada vez, os fundamentos divergentes entre a “velha” e “nova” teoria institucionalista.

3.3.1 Uma Breve Apresentação da Velha Economia Institucional

A economia institucional original ou a Velha Economia Institucional (VEI) nasceu no final do século XIX, nos Estados Unidos, e sua origem tem inspiração na teoria da evolução biológica. A economia institucional que observa a economia em um contexto social evolucionário, tendo as instituições o papel dos genes nas transferências de caracteres da sociedade (HODGSON, 1999; WEBLEN, 1898). Na prática a economia institucional intenciona entender como a economia evolui e se estabiliza. Ao mesmo tempo, os economistas institucionalistas refutam radicalmente o individualismo metodológico e o mercado como únicos condutores das decisões humanas, o que torna os trabalhos da VEI rivais da economia neoclássica.

A primeira fase da economia institucional sugere um estudo dentro de um contexto social com fundamentos históricos e uma análise holística da realidade. As pesquisas institucionais visam constituir uma explicação para a emergência da ordem econômica, levando em conta dos elementos básicos, como os indivíduos, as organizações e o Estado, bem como as relações constituídas por tais agentes que desembocam em ações econômicas.

As ações econômicas são um ponto fundamental para o estudo institucional, pois, requer o entendimento das relações vividas, das regras existentes e do ambiente no qual cada ação acontece. Por isso, a análise das instituições contraria a economia neoclássica que cria homogeneização para todas as economias e de qualquer troca. Somado a isso, os observadores da evolução institucional estão atentos à história, em especial, às situações de mudanças de trajetória. Ou seja, eles entendem que as ações

econômicas são oriundas de um processo de consolidação de hábitos, sejam feitas por consumidores, empresas ou qualquer outro agente, mas, tais ações estão sujeitas a mudanças.

Além disso, a economia das instituições surge propondo o estudo do capitalismo em processos de conservação e de mudanças econômicas que são imbuídos de análises interdisciplinares dispondo das contribuições de diversas ciências como a política, a sociologia, a psicologia e entre outras. (CAVALCANTE, 2014; GUEDES, 2013; HODGSON, 1989; SIMÕES; RODRIGUES, 2012).

Thorstein Veblen é apontado como o primeiro institucionalista da economia moderna. Nos trabalhos dele, dois fenômenos são cruciais para entender a trajetória que conduz uma sociedade: a evolução e a estabilização de suas instituições na organização econômica. A estabilização econômica decorre da estrutura organizacional socialmente estabelecida que tenha a ver com formação de hábitos e costumes que são constituídos ao longo do tempo até que as ações econômicas se cristalizam em instituições (VEBLEN, 1909a, 1909b).

Para Veblen a história da humanidade é a história da evolução das instituições que são fundamentadas em padrões discerníveis em cada período da história. “Na vida econômica, como em outras áreas de conduta humana, o modos habituais apareceram e foram, por convenção, transformados em uma trama de instituições”(VEBLEN, 1909b). Veblen analisava o comportamento humano ou ações econômicas dentro de um contexto social e em épocas específicas, assim, ele podia distinguir padrões comuns de comportamento. Ele ainda sintetiza a relação dos hábitos, cultura e instituições, bem como o processo de mudanças da seguinte forma:

Como toda a cultura humana, esta civilização material é um esquema de instituições (...) o desenvolvimento da cultura é uma sequência cumulativa de hábitos (...) cada novo movimento cria uma nova situação que conduz a mais uma variação da maneira habitual de reagir (VEBLEN, 1909a).

A análise do sistema capitalista está entre os objetivos de Veblen, como o sistema evoluiu, quais as instituições são fundamentais para manutenção e como essas instituições tem se comportado ao longo do tempo, tais objetos analisados por este autor. Um dos principais problemas abordados por Veblen e por ele contestado é um dos elementos basilares do capitalismo: o “direito natural” da propriedade privada.

Pois, para Veblen, é dificultoso explicar como o capitalista é dono de um bem produzido pelo operário. Além disso, ele observava a produção como um processo coletivo e nunca individual. Dessa forma, os trabalhos dele se aproximam dos de Marx, em especial quando descrevia as classes sociais.

Nas obras de Veblen, a verificação da exploração do trabalho é acompanhada pela análise da separação política e social entre os trabalhadores e os capitalistas. Tal hiato é sustentado por dois meios principais: a disciplina cultural e o controle social (VEBLEN, 1980). O primeiro é composto por elementos como o patriotismo, o nacionalismo, o militarismo ou o imperialismo. O segundo congrega fatores emocionais e ideológicos da população como o consumo por imitação. No qual os trabalhadores procuram replicar os hábitos, o estilo de vida e de consumo da classe dominante, o que leva a uma vida de “insatisfação crônica”.

Os esforços de Veblen assumem um caráter inovador e combativo. Ao trazer para a economia a teoria evolucionária e buscar elementos que explicassem as ações econômicas fundamentadas em instituições, ele caminhou para o embate com a teoria neoclássica que detinha uma visão mecânica e determinada da vida econômica. Veblen iniciou um caminho que seria seguido por outros institucionalistas na sua compreensão de instituições à evolução da vida social a partir de um processo contínuo de mudança nos hábitos no meio social (VEBLEN, 1980).

John Commons segue os pensamentos de veblenianos no que se refere às críticas a economia neoclássica, a ação coletiva e no programa de pesquisa voltado para o entendimento da organização do capitalismo. Mas, a direção investigada por Commons é a da relação da economia com a lei e o direito. Isto é, como costumes sociais ligados a produção, distribuição e consumo se tornam em aparatos legais, estimulados e defendidos em disputas judiciais. E, de outra monta, como entendimentos jurídicos se transferem para o comportamento econômico costumeiro.

Como um representante da VEI, Commons faz críticas à ordem espontânea da sociedade propagada pela economia ortodoxa que para ele torna os conceitos e análises dos comportamentos humanos, semelhantes aos da física clássica, sobretudo, ao tratar as diretrizes de valores e preços como princípios regulamentadores do sistema econômico que tenderia a um equilíbrio e uma estabilidade natural de virtudes alocativas (COMMONS, 1925, 1931).

Commons (1931) define uma instituição como uma ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual. Em um contexto econômico, a ação (ou não ação) de um indivíduo é socialmente estruturada sendo a transação uma expressão econômica como processos dinâmicos instaurados ao longo do tempo. A intenção de Commons é desvencilhar as ações de transação e de troca, enquanto a primeira é um ato decorrente de uma relação social, ainda que permeado de interesses conflituosos, construída no decorrer do tempo que conduz a organização da sociedade, ao passo que a troca é observada como uma simples transferência de bem que dispensa relações duradouras.

Seguindo Commons e Veblen, a organização social é determinada em um longo processo de experimentação e reinteração que se atrelam aos costumes. No campo das transações esse processo é feito na produção e distribuição de direitos de propriedade em um contexto de escassez e de conflitos. Os julgamentos dos conflitos criam precedentes para que os casos similares sejam julgados de maneira igual e, dessa forma, seja instituída uma lei comum, a qual evolui de acordo com as transformações expressas nos costumes e nas práticas sociais.

A posição da VEI é que os indivíduos são detentores de propósitos, mas suas mentes são socialmente construídas. Na medida em que os indivíduos repetem certas práticas, essas se tornam hábitos e enrijecem-se em costumes. A ideia por trás desse posicionamento é que as ações viram práticas costumeiras e voluntárias e de livre escolha (GUEDES, 2013). Conquanto, ao longo do tempo, alguns acontecimentos podem impelir a uma mudança no hábito, a exemplo inovações tecnológicas, as descobertas de algum recurso natural ou alteração nas regras em operação.

É importante observar que as mudanças podem ser defendidas por alguns e refutada por outros, o que conduz a conflitos. Para Commons, tais tumultos levarão aos grupos opositores a buscarem as práticas costumeiras para reformular ou regular a questão em disputa. Para ele, o predomínio de uma instituição é um processo de seleção institucional artificial, implicando em uma agência que conscientemente interpreta e institui práticas consideradas razoáveis.

Uma das tarefas que Commons toma pra si, é a tentativa de conciliar as questões do direito e da economia. Nessa perspectiva, os comportamentos econômicos e jurídicos caminham juntos, com o costume sendo fator importante no julgo de conflitos. A posição de Commons é de que as decisões de disputas jurídicas são determinadas pelos

juízes mediante ao costume em vigor, o qual pode mudar ao longo do tempo, e, portanto, a inclinação da sentença jurídica depende dos hábitos que vigoram em determinados momentos, assim, as decisões jurídicas são práticas de leis razoáveis no tempo. Como foi destacado, as leis e sua interpretação ampliam as relações sociais, elas causam precedentes e, posteriormente, costumes. De modo que a superação de conflitos tende a estabelecer a ordem (COMMONS, 1925).

A confluência entre o direito e a economia estava ligada ao compromisso de estabilidade e eficiência que são vinculados à noção de propriedade, de liberdade e de poder econômico nas trocas e a liberdade de escolha estabelecida em uma ordem institucional, pela ação coletiva que permite o surgimento do Estado. Na visão de Commons, o poder estatal assegura a liberdade pelo exercício das regras de operação aceitas pela sociedade.

Wesley Mitchell, também, segue a tradição vebleniana na qual as instituições compõem o tecido social nutrindo-se das ações e das decisões dos agentes e sofrendo modificações no decorrer do tempo. Mitchell (1910, 1914) atenta para o comportamento humano e a ação econômica, busca as bases psicológicas para compreender as decisões dos indivíduos. Inclusive se remete aos trabalhos de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus para mostrar que a atenção dada pela economia clássica no entendimento do comportamento econômico.

Para Mitchell (1910, 1914) seja o comportamento humano, seja especificamente uma ação econômica decorrem do modo de operação da mente humana, conduzido por elementos instintivos e sentimentos básicos. “Assim, cada instinto tem três partes: uma parte aferente, correspondente ao aspecto cognitivo do processo mental; uma parte central, correspondente ao aspecto afetivo; e uma parte eferente, correspondente ao aspecto conativo” (MITCHELL, 1910, p. 6).

Mitchell explica que as partes aferentes e eferentes sofrem modificações importantes, essas variações determinam a superioridade do ser humano em relação aos outros animais em inteligência e adaptabilidade. Porém, a parte central não sofre modificações substanciais. O significado disso é que os instintos dos seres-humanos mantêm as características específicas e permanecem comuns a todos os indivíduos e esses são estabelecidos pelos modelos mentais socialmente organizados que conduzem cada indivíduo, a padrões no comportamento econômico cristalizado nas instituições.

Sintetizando a visão da VEI, o estudo econômico é a compreensão do comportamento humano que é multifacetado ou precisa de uma visão holística que incorpora várias áreas do conhecimento, como a psicologia, a sociologia, a história e o direito. Essa posição da antiga economia institucional por um lado manteve o espírito combativo à economia neoclássica, ainda que com menos vigor do que a teoria marxista ou estruturalista. Por outro lado, foi a semente que incluiu as incertezas, os custos de transação e as instituições nos modelos neoclássicos que culminariam no surgimento da Nova Economia Institucional.

3.3.2 Funcionamento da Economia com Custos de Transação: a nova economia institucional e seus fundamentos

O entendimento da maneira como funciona cada sistema econômico é relevante para que os agentes tomem as melhores decisões. Há variadas formas de organização dos sistemas produtivos, mas, existem elementos básicos que estão presentes em todos os sistemas como é o caso dos agentes que compram e vendem, e do governo, esse último visto como entidade responsável pela lei e a ordem que atua de maneira mais ou menos intensa no sistema ou em partes dele, esse poder de atuação é, em muitas ocasiões, questionado quanto aos limites e as reais capacidades de tornar a economia melhor, de modo que existem variadas correntes teóricas que discutem o papel do Estado na economia.

Os neoclássicos advogam que a coordenação da economia é mais bem feita quando o mercado atua livremente, esse arranjo tenderia a levar à eficiência e ao desenvolvimento sem a necessidade de uma entidade coordenadora como o governo. Nessa abordagem é sustentado que a livre interação entre os agentes por meio da oferta, da demanda e do mecanismo de preços leva a economia ao resultado eficiente no decorrer do tempo, numa perspectiva de que o problema do subdesenvolvimento é uma questão de alocação correta de recursos que um mercado autorregulado pode solucionar por adaptação autônoma, isso significa que os agentes isoladamente procuram se acomodar às mudanças tanto no ambiente como nos preços (FIANI, 2011, p.55).

Abordagens heterodoxas apontam às dificuldades que a teoria neoclássica possui em se sustentar como, por exemplo, as barreiras a entrada ou saída de empresas em um mercado, a falta de instantaneidade nas trocas, as falhas de mercado ou os problemas de externalidade, podem levar a uma situação de equilíbrio. Para Ronald Coase (1937) a

hipótese neoclássica é irreal. Para esse autor, a ideia de agentes isolados tomando decisões e acordos instantâneos para encontrar equilíbrio entre oferta e demanda é demasiadamente abstrata, assim, Coase buscou reduzir as lacunas entre a teoria neoclássica e a economia real.

Entre os objetos estudados por Coase estão as empresas e as relações de mercado. Na análise dele, a utilização da ideia de margem e de substituição pela a teoria ortodoxa estaria incompleta, pois na situação na qual o sistema econômico operasse tendo a oferta e a demanda auto-ajustáveis, o desenvolvimento econômico seria organizado pelo mecanismo de preços, sendo que eventuais planejamentos econômicos (dos agentes) seria uma tentativa de fazer o trabalho do mecanismo de preços. Ora, se como diz a teoria neoclássica, o mecanismo de preços é eficiente, Coase (1937) pergunta: Por que as organizações (firmas) são necessárias? Deriva dessa pergunta outra questão: Por que as empresas crescem se elas podem recorrer ao mercado?

As ofertas e demandas dos agentes econômicos são elementos básicos para efetuação das transações que são compostas pelo mecanismo preços. Todavia, como explica Coase, existe um custo para usar o mecanismo de preços. Esses custos são os de negociar, de forjar e de concluir um contrato; a inserção de especificidades, o tempo e eventuais riscos e incertezas no cumprimento dos contratos constituem os “custos de transação”.

O trabalho de Coase (1937) intitulado “A Natureza da Firma” reponde sobre a existência das empresas, bem como o crescimento delas ocorre mediante aos custos de transação. Pois, de acordo com o autor, as firmas são organizações que tem uma função de produção somada à especialização em reger contratos, no estabelecimento das regras de especificação de um produto ou serviço, assim como nas formas de pagamento e duração dos acordos. Isto é, as firmas reduzem o custo de transação. De maneira similar, frente a um ambiente de negócios incerto ou sobre demasiado risco, as empresas preferem incorporar atividades extras para reduzir os custos de transação.

A pesquisa de Coase serviu de incentivo aos estudos sobre custos de transação e a respeito da coordenação das atividades econômicas. Adicionada a essas questões no trabalho sobre o “Problema do Custo Social”, no qual apresentamos que Coase (1960) mostrava preocupação com o estabelecimento dos direitos de propriedade e no tratamento das externalidades negativas. A questão que norteia o trabalho é como se deve tratar um produtor que gera efeitos negativos a terceiros? Em outras palavras,

quando a execução de uma atividade produtiva gera externalidades negativas, como o problema deve ser solucionado? A conclusão dele é a de que a solução depende a quem são assegurados os direitos de propriedade.

A definição dos direitos de propriedade é um elemento central no problema das externalidades, porque, ela determina a quem caberia os custos da solução da questão. Se o direito for concedido ao causador da externalidade, então os que sofrem com os impactos das ações é que deverão incorporar esse custo; no caso oposto, no qual os agentes afetados possuem o direito de propriedade, então a responsabilidade de incluir os custos das externalidades é do causador do problema. O custo de transação incide quando é possível transacionar o direito de propriedade e, portanto, o custo da elaboração de contratos e em consequência sujeitos às incertezas.

A NEI se fundamentou nas hipóteses de custos de transação e direitos de propriedade para avançar nos estudos da realidade econômica, segue que quando os direitos de propriedade estão mal definidos, isto é, na situação em que o pretense proprietário não tem a liberdade de uso, de recebimento de renda e de transferir a ativo, ou na possibilidade de ter o bem expropriado, existe a tendência de que os indivíduos elevem o grau de incerteza restringindo a disponibilidade de recursos produtivos. Essa é uma preocupação sob a situação na qual os recursos econômicos possuem exclusividade de uso, quer dizer quando os bens são grandezas unidimensionais.

Entretanto, as características variam de forma que cada ativo ou mesmo com mudanças das regras de uso torna mais óbvio o fato de que o direito de propriedade é uma grandeza multidimensional e dinâmica, nesse sentido, Fiani (2011, p. 77) resume que “a insegurança dos direitos de propriedade é algo relativo, e não absoluto”. O que leva ao fato de que de maneira geral não temos direitos de propriedade plenos, sempre existirá algum grau de insegurança.

Direitos de propriedade multidimensionais em um mundo de custos de transação positivos são sempre mal definidos, nunca totalmente garantidos de forma antecipada, de modo que a relevância da insegurança e do potencial grau de conflito em relação a um direito de propriedade decorre do arranjo institucional que os regulam, essa regulação ultrapassa a definição inicial dos direitos de propriedade que sempre é incompleta, mas, também, que arbitra e soluciona novos problemas no decorrer da transação de forma a incentivar a cooperação e a redução de conflitos (FIANI, 2011, pp.79-80). Quando os arranjos institucionais ou estruturas de governança promovem a

cooperação e reduzem conflitos, então, os direitos de propriedade estão suficientemente seguros e protegidos, porque, os custos de transação estão reduzidos.

É relevante notar que a partir de apontamentos como nos trabalhos de Frank Knight e de Ronald Coase, o *mainstream* econômico tem incorporado as instituições nas análises, o significado desse movimento parece ser uma reaproximação da economia da realidade. Pois, em que pese o apontamento de falhas na economia neoclássica, a NEI está longe de ser uma oposição à principal corrente teórica da economia. Pelo contrário, autores como Douglass North e Oliver Williamson estiveram dispostos a contribuir para reconduzir essa corrente teórica no caminho das explicações dos fenômenos sociais.

A compreensão do peso da economia na vida das pessoas, somada às que regras que regem as relações socioeconômicas direcionam a economia institucional em esforços para compreender os mecanismos que reduzem riscos e possibilitam maiores cooperações em favor do progresso. Segue que os avanços da NEI têm revelado novas estruturas e se aprofundado na maneira como as regras socialmente constituídas conduzem a trajetória no desenvolvimento das nações, ao mesmo tempo em que tem oferecido conceitos claros para completar a teoria e ser capaz de explicar as relações econômicas com rigor científico.

3.3.3 Instituições, Ambiente Institucional e Arranjos Institucionais

A estruturação teórica da NEI ofereceu um grande ferramental conceitual e analítico para identificação das instituições e como elas afetam as pessoas, as organizações (empresas) e o governo. O conceito de instituições varia entre os autores, mas, em geral, está ligada a composição das regras que auxiliam na organização da sociedade, a abrangente definição de Douglass North diz que:

As instituições são regras de um jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições elaboradas pelas pessoas para moldar a interação humana. Em consequência, elas estruturam os incentivos nos intercâmbios seja política, social ou econômica (NORTH, 1990, p. 3).

As instituições são admitidas como sendo as regras formais ou informais existentes que norteiam as relações e o desenvolvimento em uma sociedade. As regras informais são originárias de elementos culturais como costumes, tabus, tradições e códigos de conduta. Em certas ocasiões as instituições informais são cristalizadas em regras formais, tais como nas constituições e nas leis (BUENO, 2004; COVALESKI;

DIRSMITH; SAMUEL, 2003; ESPINO, 1999; FIANI, 2013; HODGSON, 2006). Ambas as formas institucionais impõem *enforcement*, que são as imposições das regras socialmente concebidas para que os agentes cumpram os acordos (MANTZAVINOS; NORTH, 2015; NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009).

O estudo das instituições econômicas possui dois níveis de análise. Um mais geral, o ambiente institucional (*institutional environment*) e outro mais focalizado, o arranjo institucional (*institutional arrangements*). O ambiente institucional é um conjunto de regras gerais de natureza social, política e legal que determina os fundamentos de troca e produção, englobam, por exemplo, a constituição, os direitos civis e o regime político (FIANI, 2011; HODGSON, 1999; NORTH, 1994a). Os arranjos institucionais, também são conhecidos como estruturas de governança, são definidos pelas maneiras específicas nas quais as unidades econômicas organizam a competição ou cooperação em um mercado (ESPINO, 1999; FIANI, 2013; NORTH, 1994a).

Ao considerarmos tanto indivíduos, quanto as empresas, como agentes econômicos ou jogadores e as instituições como regras de um jogo, cujo objetivo é vencer e obter recompensas, as atuações dos jogadores visarão, sempre, escolher as estratégias que os permitam alcançar esses objetivos. Nesse ponto, a NEI se aproxima fortemente da economia neoclássica, pois, assume que o objetivo dos agentes econômicos é a maximização da utilidade ou da satisfação, ao passo que se afasta das teorias como a VEI e a NSE (DEQUECH, 2011; HODGSON, 1999; PLEIN; FILIPPI, 2010).

Os agentes econômicos (jogadores) perseguem os objetivos maximizadores dentro de uma estrutura de incentivos e seguindo as regras que balizam a forma de atuação (NORTH, 1990, 2008). Pois, ocasionais escolhas equivocadas levam a decisões erradas e, ao invés de recompensas, os agentes receberiam punições. Logo, cada escolha leva a uma expectativa e os arranjos institucionais seriam o conjunto de regras que governam a forma como os agentes cooperam e competem em um determinado tipo de jogo (WILLIAMSON, 1996). Ou seja, os arranjos institucionais definem como um sistema econômico coordena um conjunto específico de atividades (FIANI, 2011).

Em razão da assimetria de informações, das complexidades e das incertezas a respeito do cumprimento dos contratos, as transações para serem efetivadas requerem mais do que um mercado com vendedores e compradores negociando preços e

quantidades. Ainda que o mercado seja um tipo de arranjo amplamente divulgado como eficiente na alocação dos recursos em função dos mecanismos de preços, essa possibilidade é limitada pelas dificuldades em se estabelecer contratos.

Nesse sentido, é importante compreender que nem toda transação acontece necessariamente em um mercado, pois, algumas especificidades do que é transacionado podem ser muito singulares, devido, por exemplo, a localização, ao caráter dedicado atrelado a outra demanda futura ou às características físicas de um ativo, dessa forma, é importante ressaltar que os mercados não são, necessariamente, adequados a transações com ativos de alta especificidade (FIANI, 2011, 2013).

As dificuldades no estabelecimento de contratos livres de riscos são materializadas nos custos transação. Esses custos incorporam o dispêndio de recursos na formulação de contratos incluindo eventuais problemas após a efetuação da transação, como os direitos de propriedade e as externalidades. Entre os determinantes dos custos de transação há a racionalidade limitada, a complexidade e a incerteza, além da possibilidade de oportunismo.

As externalidades e o direito de propriedade são uma questão relevante no desenvolvimento. As externalidades são ações que causam impactos sem haverem transações e podem ser negativas ou positivas, são negativas quando as atividades de um agente provocam custos a outros; e são positivas quando geram benefícios a terceiros. A oferta de bens é outra particularidade que afeta os custos de transação espacialmente quando se trata de bens públicos e recursos comuns.

Ainda a respeito dos direitos de propriedade e ao tratamento das externalidades negativas, esses são problemas nos quais via-de-regra se evocam o Estado para dirimir os conflitos. Ademais, geralmente os economistas e outros cientistas sociais vinculam o papel do governo às questões fiscais e monetárias, dessa forma, portanto, limitando a observação do Estado como um agente com grandes capacidades de arregimentar recursos financeiros, pessoas e estabelecer regras que transformem tanto o ambiente institucional, quanto o arranjo institucional (FIANI, 2011; MENARD; SHIRLEY, 2005). Isto é, o Estado possui mecanismos para influenciar diretamente o desenvolvimento de uma sociedade ou de uma região.

Sobre o papel do governo Douglass North debruça muitos esforços na compreensão da mudança institucional e de como a trajetória das sociedades são alteradas mediante as ações do Estado. A esse respeito, Fiani (2011, p.154) coloca que:

A expressão “papel institucional” pode se referir ao papel do Estado na constituição dos arranjos institucionais (a estrutura de governança) necessários ao bom funcionamento da economia, reduzindo os conflitos e promovendo a cooperação, de forma a diminuir os custos de transação. Também pode se referir ao papel do Estado ao fornecer o ambiente institucional – a Constituição, as leis, regulamentos públicos etc. – e deixar que os agentes privados constituam as estruturas de governança sobre esta base.

Dadas capacidades do Estado, esse agente pode criar regras formais capazes de alterar o ambiente institucional, mexendo na matriz de incentivos e com isso na estrutura de governança vigente e, dessa forma, com o comportamento dos jogadores que podem, por exemplo, ampliar a cooperação em um novo contexto institucional. Outra forma de atuar do governo sugere que ele crie um ambiente institucional para que certas atividades produtivas prevaleçam (CHANG, 2004).

No que se refere como um Estado pode interferir no desenvolvimento produtivo, Chang (2004, p.39) informa que, no século XIV, o Rei Eduardo III da Inglaterra procurando desenvolver a manufatura local usava apenas roupas inglesas, uma atitude que incentivava a produção e o comércio têxtil naquele país. Um movimento que seria ampliado com a atração de tecelões de Flandres, a centralização do comércio de lã bruta e a proibição da importação de tecidos de lã. Medidas similares seriam tomadas por Henrique VII e Elizabete I, ao longo dos séculos XV e XVI, que auxiliaram a Inglaterra a obter a vanguarda da Revolução Industrial.

O exemplo inglês serve para vislumbrar como as ações coordenadas pelo Estado são capazes de alterar o processo socioeconômico e territorial. Ao longo desse trabalho, mostramos que a história e as instituições importam para o entendimento das trajetórias sociais e econômicas ao longo do tempo. No capítulo a seguir examinamos aspectos das transformações sociais, institucionais, com particular interesse nas mudanças territoriais.

4 TERRITÓRIO, FRONTEIRAS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MERCADO DE TERRA NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DA DIVERSIDADE DO SISTEMA ECONÔMICO E INSTITUCIONAL NA AMAZÔNIA

Seguindo a linha de raciocínio que nos leva a uma mudança de perspectiva teórica em relação à questão da formação das instituições, e do papel fundamental que a compreensão do processo histórico é utilizada no sentido de contribuir em seu desvendamento. Buscaremos, neste capítulo, destacar o papel do território como categoria fundamental para a compreensão da diversidade do processo de formação histórica das regras institucionais que se instituem em determinados ambientes de mercado e em contextos históricos específicos. Constituindo-se, no caso da Amazônia, como uma diversidade de arranjos institucionais que se configuram a partir da construção de diferentes perfis históricos de formação do mercado de terras na região.

Como ponto de partida, consideramos, como visto no capítulo anterior, que a compreensão da forma de funcionamento de uma sociedade e de suas instituições não pode ser obtida sem ser através da sua relação com diversas dimensões: como a cultura, a política, a economia, a história, os valores e costumes, entre outras; que tornam o exame de tais relações uma questão complexa e multifacetada. Constituindo a formação do mercado de terra como um desses objetos de construção social.

Sendo assim, o entendimento das ações de uma sociedade precisa levar em conta tanto as relações entre estas múltiplas dimensões quanto à noção do tempo e do espaço em que essas ações são realizadas. Daí a importância da utilização da categoria território e de sua associação à noção de tempo histórico, tal como preconizados tanto pela abordagem institucionalista como pela tradição da sociologia econômica.

Segue que na análise da formação de uma sociedade, em específico, as ações dos agentes são fundamentadas, organizadas e executadas seguindo objetivos construídos socialmente; ou por grupos que possuem poder político para estabelecer as finalidades, coordenar as atividades dos agentes e os mecanismos para alcançar determinadas metas e/ou fins atribuídos a eles socialmente. Dado que as relações sociais e econômicas ocorrem em um espaço físico que, fundamentalmente, requer o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, faz-se necessário a consideração desse espaço de disputa como um território; que, assim, é entendido como um espaço da relação sociedade-natureza, a qual associa as diversas maneiras (trajetórias técnicas) pelas quais as ações

humanas transformam o meio natural e definem suas regras de convivência para ampliar a qualidade de vida ou o progresso material em sociedade.

É, portanto, no território ou no espaço socialmente construído que se erigem as relações de pertencimento e de significado que compõem a vida das pessoas em sua relação com o outro e com o meio. Ao mesmo tempo em que os mesmos dão sentido à suas ações, o que imprime uma estabilidade no uso dos recursos sociais e ambientais existentes.

No caso específico do território (ou territórios) amazônico, em específico, o que tem prevalecido nas últimas décadas, tem sido um processo complexo de transformação nas quais as relações de hierarquia, poder, propriedade e pertencimento dos diferentes agentes econômicos e sociais na região, têm se transformado de maneira bastante acentuada nas últimas décadas.

Neste contexto, a noção de “fronteira” tem sido bastante utilizada como uma *proxy* conceitual para captar todo esse processo, com o intuito de representar esse macro ambiente institucional e histórico de permanente mudança que, de maneira bem marcante, tem se constituído em parte significativa do que de comum existe entre os vários e diversos ambientes territoriais na Amazônia ainda nos dias de hoje. De tal modo que a expansão da chamada “fronteira amazônica” sobre um território antes considerado isolado em relação ao processo de exploração econômica nacional, tem ajudado a configurar e melhor compreender o sentido e o movimento histórico que parece em parte se opor à tradicional estabilidade institucional da Amazônia de perfil ribeirinha e “cabocla”, apresentada de maneira tão recorrente em nossa literatura regionalista.

Sendo assim, a abertura de uma nova fronteira agropecuária oriunda da dinâmica nacional brasileira a partir dos anos de 1960, significaria neste sentido a ampliação dos domínios nacionais sobre um território antes considerado isolado, e uma ação de imposição de novas culturas, valores e processos econômicos diferenciados e constituídos inicialmente de maneira externa em relação aos valores e dinâmica territoriais já existentes e consolidados na região. O que, por tabela, significaria o fim da estabilidade que imprimiu a configuração e a trajetória institucional do território dominado por padrões anteriormente estabelecidos por séculos de atuação com base em uma economia mercantil e extrativista.

É no contexto destas mudanças em relação ao padrão anteriormente estabelecido e consolidado no território amazônico, que esse capítulo procura estudar a relação entre as novas reconfigurações territoriais e as transformações profundas na estrutura socioeconômica que culminam, por fim, nas externalidades ambientais e no processo de desmatamento da Amazônia na segunda metade do século XX (tema que será melhor tratado no capítulo 5).

Em paralelo a essa hipótese, aparece o objetivo de questionar as razões tradicionalmente apontadas como causadoras do desmatamento, que as ligam ao crescimento da procura pelo acesso ao mercado de *commodities* a partir da década de 1960. Relação de fundamental importância, mas que, se não analisada pelo ponto de vista do processo de profunda mudança institucional e histórica ocorrida na região, não será capaz de nos fazer compreender o modelo específico de evolução dos níveis de desmatamento, tal como tem se verificado de maneira muito clara nos últimos anos.

A simples relação física entre a necessidade de desmatamento para ocupar um espaço com produtos exportáveis e mediante a uma estrutura de incentivos, esconde a complexidade das ações econômicas e sociais coordenadas para atingir metas que nem sempre são expostas no processo produtivo em si, podendo atuar como uma força econômica especulativa e sendo elemento propulsor de uma trajetória com repercussões socioambientais, econômicas e culturais de grande importância para a compreensão da forma de funcionamento de uma sociedade. E da maneira como a mesma se relaciona com a exploração e uso de seus recursos naturais, de maneira específica.

Para alcançar estes objetivos, o capítulo foi dividido em duas partes. Num primeiro momento, destaca-se o papel das categorias novas que serão acrescentadas à análise teórica do capítulo anterior. Dando destaque especial aos termos “território”, “territorialidade” e “fronteira”. Em seguida, dar-se-á destaque ao processo histórico de formação específica da fronteira amazônica como objeto de estudo historiográfico. Objeto que tem sido visto mais recentemente como resultado de um longo processo de formação territorial de onde se extrai uma diversidade de formas e arranjos institucionais capazes de explicar os atuais e diferentes modelos de organização do mercado de terras na região. Assim como sua relação com os diferentes níveis de avanço do processo de desmatamento.

4.1 Território, Territorialidade e a Noção de Fronteira no Brasil e na Amazônia

A definição mais comum do conceito de território é o de um espaço delimitado. Essa noção é completada pela acepção da territorialidade que são as ações dos agentes sobre o território, isto é, a maneira de atuar em um determinado espaço (RAFFESTIN, 1993; SACK, 1983). Becker (2010, 2014) sugere a definição de território como sendo a manifestação de poder em um espaço delimitado, enquanto a territorialidade é a relação com o espaço na tentativa de influenciar ou de controlar as ações manifestadas nas diversas escalas de relações desde as pessoais cotidianas até as complexas relações sociais repousadas em um estoque cultural (BECKER, 2010, 2014).

O significado das concepções de território e de territorialidade é atrelado às relações entre os agentes com o ambiente físico e delimitados pelas estruturas e equipamentos: aparato institucional, rede de transportes, circuitos comerciais e financeiros, assim como as relações com outros grupos de agentes e outros territórios. O que torna a delimitação do espaço territorial e da territorialidade multável ao longo do tempo (BECKER, 2001; RAFFESTIN, 1993).

Apesar do caráter flexível do exercício espacial do poder, a existência de um território implica na ocorrência de algum grau de estabilidade nas relações sociais, econômicas e institucionais. Também deve ser considerada para consolidação territorial a valorização do território que ocorre com o aproveitamento dos recursos naturais e sociais disponíveis no espaço físico – A relação sociedade-natureza, definida historicamente e balizada técnico-cientificamente (BECKER, 1992; RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2006).

Por esse ponto de vista, a sociedade é composta por atores sociais que interagem entre si e com o meio natural. Tal interação entre os agentes e a natureza se dá por regras de convivência (instituições) e que em cada sociedade se evidencia com as devidas particularidades nos diversos aspectos da vida social como nos valores, na política, na economia ou na cultura. O significado da relação sociedade-natureza é que tanto o recurso natural, quanto o social, possuem impactos entre si, o que significa a existência de uma ordem na relação desses dois grupos de variáveis.

A gestão é um conceito associado à modernidade que implica na prática estratégica, científico-tecnológica, e que incorpora múltiplas decisões e ações para atingir finalidades específicas (BECKER, 1992, 2010, 2014). A gestão territorial, neste contexto, segue o aspecto gestor geral acrescido pelo exercício de poder no espaço

físico. Sack (1983) apreende, neste sentido, que a territorialidade pode ser entendida como uma estratégia consciente de tomada de decisão na tentativa de influenciar as ações por meio do controle de uma área geográfica específica. Becker (1992) entende a gestão territorial como segue:

(...) como um conceito da modernidade: é a prática científica e tecnológica do poder no espaço. A gestão é eminentemente estratégica: segue um princípio de finalidade econômica – expressa em múltiplas finalidades específicas e um princípio de realidade, das relações de poder, necessário à consecução de finalidades; envolvem não só a formulação das grandes manobras, cálculo das forças presentes e concentração de esforços em pontos selecionados – como dos instrumentos – táticas e técnicas para sua execução. A gestão é científico-tecnológica: para articular coerentemente múltiplas decisões e ações necessárias para dispor de coisas de modo conveniente e alcançar as finalidades específicas, instrumentalizou o saber de direção política, de governo, desenvolvendo-se hoje como uma ciência (BECKER, 1992).

Ainda sobre a gestão do território, Becker (1992) completa que “é através de estratégias e táticas territoriais que o poder se manifesta”. Segue que a gestão do espaço geográfico depende das relações de poder, das finalidades a qual o território será destinado, da capacidade de influenciar ou impor certos comportamentos aos agentes que lá atuam. Nesse cenário, ganha destaque o papel do Estado tanto na sua capacidade de lidar com conflitos e de impor algum tipo de ordem territorial, quanto na formação do território e áreas de expansão dos limites territoriais, isto é, as áreas de chamadas de “fronteira”.

Tradicionalmente, as fronteiras são compreendidas como limites entre nações. Essa definição é ligada ao conceito de território que no contexto geopolítico se refere a um espaço físico no qual um Estado detém soberania. Assim, ultrapassar os limites tende a gerar conflitos, porque, de modo geral, a fronteira separa povos com valores, costumes e identidades com diferenças significativas. Esse posicionamento é válido, sobretudo, ao se tratar de nações modernas ocidentais cujos limites são estipulados em Tratados Internacionais. Mas, há casos de expansão territorial dentro de países, é o exemplo da formação territorial dos Estados Unidos da América (EUA) cujo Estado buscou uma maneira de ampliar sua área de influência. Para tanto, incentivou a migração para as terras além do que era considerada sua territorialidade à época, e foi paulatinamente incorporando as terras ao Oeste do território norte-americano original.

4.1.1 A Fronteira como Espaço de Transformações Internas e Externas

Territórios de fronteira são áreas de expansão demográfica e produtiva, elas têm sido fontes de otimismo e de mobilidade populacional e econômica em função da elevada quantidade de recursos e da baixa densidade demográfica, o que sugere um destino para migração e de oportunidades para pessoas dispostas a correrem riscos em colocar suas capacidades e energias em atividades econômicas (ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 2002; TURNER, 1893).

Um dos principais movimentos de expansão territorial e de conseqüente fonte de pesquisa sobre a noção de fronteira, ocorreu na formação territorial dos Estados Unidos, os quais foram estudados inicialmente por Frederick Jackson Turner, ainda no século XIX. Neste caso, o conceito de fronteira foi compreendido como a expansão dos limites e, junto a eles, a constituição de novos valores culturais, considerados de fundamental importância para a constituição posterior do caráter de identidade nacional da sociedade norte-americana.

Em que pese à formação histórica dos EUA terem sido iniciadas na Costa Atlântica, e que nessa área tenham surgido os estágios iniciais para o desenvolvimento do que viria ser o povo norte-americano, para Turner essa região era apenas o resultado de uma expansão da fronteira europeia; com sua complexidade social, costumes, vida religiosa e urbana, bem como as atividades industriais características (TURNER, 1893, 1921). Turner sugere que a constituição do povo americano, no entanto, se deve à expansão territorial para o Oeste. Movimento que permitiu a consolidação de valores próprios à sociedade americana.

O Oeste, no fundo, é uma forma de sociedade mais do que uma área. É um termo usado para os resultados das condições sociais aplicadas pelas antigas instituições e ideias para as influências transformadoras da terra livre. Por esta aplicação, um novo ambiente entrou de repente, a liberdade é aberta, o bolo de costume é quebrado e novas atividades, novas linhas de crescimento, novas instituições e novos ideais são trazidos à existência. O deserto desaparece, o "Oeste" propriamente dito passa para uma nova fronteira e, na área anterior, surgiu uma nova sociedade a partir desse contato com as costas (TURNER, 1896).

Segundo Turner, o processo de formação das instituições políticas, sociais, econômicas e mesmo da democracia dos Estados Unidos, é uma história de adaptação e de evolução dos organismos institucionais americanos criados em resposta a mudança do ambiente e, portanto, ultrapassando a questão de herança e imitação advinda da

Europa (TURNER, 1896, 1921). Ao longo de suas obras, Turner se refere às pessoas que viviam na fronteira, ou pioneiros, como *backwoodsmen* que pode ser traduzido como “indivíduo rústico e rude”. Essa caracterização mostra que as pessoas que partiram para o Oeste precisavam ter certas qualidades para enfrentar os mais diferentes tipos de infortúnios de uma vida primitiva: desde escaramuças com indígenas até a necessidade de fabricar as próprias peças de roupas, passando pela obrigação de garantir o próprio sustento e da família pela agricultura, pesca ou caça; já que à medida que se afastavam dos limites do território estadunidense e adentravam nas terras do Oeste, a segurança alimentar e a oferta de qualquer outro tipo de bem ficava ameaçada.

Ao mesmo tempo em que a vida nas fronteiras impõe uma dureza implacável e privações aos conquistadores, este estilo de vida oferece um senso de liberdade, autoconfiança e vontade de ultrapassar os desafios que se transformariam em valores da sociedade norte-americana, que Turner (1896) exprime da seguinte maneira: “O autogoverno é o ideal deles”. O que está por trás dessa afirmação era a ideia do Oeste como uma oportunidade em múltiplos aspectos como na crença da liberdade individual, no autoconhecimento do indivíduo e, ao mesmo tempo, no destino da nação.

Mais do que oportunidades de uma nova vida, de ampliação das liberdades individuais ou de realizações pessoais, a fronteira Oeste representou a formação de novos costumes, crenças e instituições. Turner expõe essa visão afirmando que “(...) a fronteira promoveu a formação de uma nacionalidade ao povo americano” (TURNER, 1893). Ademais, Turner (1921) inclui percepção ao fato de que a expansão territorial teria sido fundamental para o fim da escravidão e da Guerra Civil, e o alastramento da democracia pelo território norte-americano e deste país para outros povos. Quer dizer, de acordo com Turner, das fronteiras do Oeste partiram valores norte-americanos fundamentais para organização das nações ocidentais modernas.

Em resumo, a tese de Turner é que partindo de elementos como costumes, valores e instituições em territórios consolidados, a possibilidade de desenvolvimento, ou seja, de trazer à tona as possibilidades latentes, somente é manifestada em um ambiente desafiador como o das fronteiras. É na busca de novos territórios e na formação de novas territorialidades que as pessoas efetivamente se modificam e acabam por transformar os próprios costumes, instituições e valores; e mais, essas mutações, quando vantajosas, tem a possibilidade de retornar aos territórios de partida os modificando também.

Nesse contexto, a liberdade individual, o direito a livre iniciativa e o desejo de correr riscos são valores sociais que se expressariam nas instituições sociais e econômicas dos Estados Unidos devido ao processo histórico ocorrido nas fronteiras.

Naturalmente, a perspectiva otimista de Turner, decorre do fato de que seus pares europeus se quisessem incorrer à expansão das fronteiras, teriam que esbarrar no território de outras nações. Igualmente, o autor foca no processo e nos resultados para o que veio a se tornar o povo e o território dos EUA e, portanto, no mínimo, deixa em segundo plano os conflitos com os povos indígenas do Meio Oeste e mesmo as disputas territoriais com o México.

Certamente, do ponto de vista dos que perderam os territórios, a formação dos Estados Unidos foi realizada através de invasões e atrocidades, adicionada de um processo de aniquilamento ambiental com devastação das florestas e de dizimação de parte da fauna americana, como é o caso dos búfalos que quase foram extintos.

Nesse sentido, a ida para o Oeste, ao mesmo tempo em que promove a quebra de paradigmas e o surgimento de novas regras sociais que serão elementos fundamentais para as nações ocidentais nas décadas seguintes, impõe transformações brutais aos territórios conquistados e a imposição de novas territorialidades. De modo que o otimismo de alguns se transforma em paralelo à angústia de outros.

A tese de Turner, no entanto, é questionada por Moog (1957), que compara o comportamento dos pioneiros americanos ao dos bandeirantes paulistas. Para Moog, a origem e os objetivos dos desbravadores são importantes para compreensão dos resultados que, nos casos do Brasil e dos Estados Unidos, são historicamente conflitantes. Em que pese o Brasil ter iniciado sua trajetória com mais um século antes dos EUA – com a chegada da esquadra de Pero Vaz de Caminha em 22 de abril de 1500, contra o 5 de abril de 1421 da chegada do *Mayflower* com os peregrinos – é notável que os Estados Unidos por meio das mais diversas transformações sociais e econômicas, se tornou um dos países de vanguarda democrática e industrial. Enquanto o Brasil deteve uma estrutura majoritariamente rural, com uma estrutura socioeconômica atrasada até o princípio do século XX.

Dentre os fatores que explicam a aparente estagnação na estrutura social brasileira em comparação com a situação norte-americana, apontado por Moog, estão elementos como a religião, a cultura e as motivações dos fronteirizos americanos para conquistar a própria terra e desenvolvê-la para o sustento da própria família. Ao

comparar com os bandeirantes paulistas que adentravam no interior do país em busca de riqueza e escravos, os resultados só podiam ser bem diferentes. O que Moog sugere é que os agentes e os elementos que os compõem são fundamentais no curso da trajetória que se segue em cada nação, o que indica a necessidade de uma análise histórica e institucional comparativa.

Ao ultrapassarem as fronteiras, as pessoas levam consigo a sua cultura, costumes, religiosidade, e as histórias herdadas intergeracionalmente. Em suma, todo esse arcabouço levado, constituem elementos fundamentais que direcionam a maneira de agir dos indivíduos e da sociedade fronteira como um todo. Logo a organização social passa a ser guiada por valores pré-moldados.

Também, há de se levar em conta a coordenação do Estado, o tempo e o arranjo institucional no momento em que se desenrola a ação que resulta no avanço fronteira. Adicionalmente, o ambiente é relevante, pois, frente aos recursos naturais, o clima e as dificuldades físicas locais, se constituem e moldam o comportamento fundamental que identifica as características culturais específicas dos agentes econômico e sociais em questão.

Na maioria das ocasiões, a expansão das áreas de fronteira está ligada ao aumento da quantidade de terra destinada à agricultura. Mas, a explicação da expansão da fronteira ultrapassa as questões envolvendo a disponibilidade de terrenos vagos, assim como pelo aumento da demanda de alimentos (KATZMAN, 1975). Pois, o aumento da produção alimentícia pode ser obtido com o uso de mais recursos tecnológicos com a melhoria nos equipamentos e máquinas, na fertilização ou ainda na gestão dos recursos disponíveis (KATZMAN, 1975).

4.1.2 Abordagens Tradicionais sobre o Papel da Fronteira na Formação Territorial do Brasil e da Amazônia

Um dos principais expoentes dos estudos da economia latino-americana, Celso Furtado considera que desde os primeiros estudos modernos de economia como o *Tableau Économique* de Quesnay e a *Wealth of the Nations* de Adam Smith, os estudos sobre progresso econômico tinham como requisito prévio o entendimento de economias nacionais e das fronteiras territoriais. De forma que esse pré-requisito se torna fundamental para as análises sobre o desenvolvimento que leve em consideração aspectos históricos, políticos e institucionais. Segue que:

Na linguagem econômica corrente a existência das economias nacionais é aceita como simples evidência: elas são representadas como dados imediatos da observação que não são passíveis de uma definição rigorosa. Para o estudante do desenvolvimento econômico o conceito de economia nacional engloba um sistema político, isto é, centros de decisão política com certo grau de autonomia, e um sistema econômico, isto é, um conjunto de atividades econômicas formando um todo com certo grau de coerência (FURTADO, 2008, p.31).

Para o entendimento da complexidade da economia, é melhor entendê-la como possuidora de diversos subsistemas, ao mesmo tempo em que faz intersecção com outros tantos. Ademais, Furtado (2008) sugere a descrição do sistema econômico como um conjunto coerente de decisões relacionadas com a produção, o consumo e a acumulação. Essas atividades, assim como outras conectadas a elas, exibem um conjunto de outros sistemas ou subsistemas como o da produção, do consumo, do fornecimento de matérias-primas (FURTADO, 2008; MUELLER, 2007).

Ao mesmo tempo em que percebe a economia particionada em uma série de sistemas e subsistemas, Furtado reconhece que a economia, como um todo, é parte de uma estrutura social muito mais ampla e complexa, que conta com outros elementos e sistemas como o da cultura, da história e da política. Tendo essa última um papel crucial visto à importância nas decisões das trajetórias produtivas e no desenvolvimento de cada região.

A complexidade da análise nos trabalhos de Furtado expõe o comportamento econômico refletido nas decisões de produção e de consumo, como superficialidades que são derivadas do controle da riqueza acumulada, da propriedade da terra, do domínio dos fluxos financeiros, da posse da informação, do acesso à tecnologia e etc. Tais decisões econômicas seriam pertencentes a um conjunto de relações conflitantes, cooperativas e de exercício de poder em uma matriz estrutural que “(...) reflete a relação de forças entre classes e grupos sociais que se manifesta historicamente” (FURTADO, 2008, p. 32).

Para uma aproximação da realidade, Furtado (2008) considera o conjunto das decisões estritamente econômicas como parte de uma matriz estrutural, que implica na necessidade de estudar a economia como parte de uma estrutura social, a qual possui componentes culturais, históricos e institucionais. Ao longo de suas obras, Furtado atenta para a importância da política como ponto focal das decisões que, constantemente, têm na economia uma variável de destaque; ao passo que, também,

representa um dos principais resultados para ele. Afirma Furtado: “o estudo da economia possui raízes no conhecimento das estruturas sociais e na forma como nessas estruturas, se geram relações de poder” (2008, p. 33).

No decorrer de obras como a *Formação Econômica do Brasil* e a *Formação Econômica da América Latina*, Furtado entende o peso da política internacional europeia no que viria a constituir as terras americanas a partir do século XV, e que se perpetuaria por mais de dois séculos de colonização. Tal poder apenas começou a ser rompido com a independência dos EUA, em 1776, exemplo que foi seguido paulatinamente, através da formação de diversos países, ao longo das décadas seguintes.

De maneira similar a Turner, Furtado entende a ocupação dos continentes americanos como continuidade da Europa, com a atenção para a expansão comercial de produtos com algum valor no continente europeu. O que levou, sobretudo, aos portugueses a procurar desenvolver mecanismos que tornassem viável a ocupação das terras do Brasil. As determinações políticas de Portugal mudariam o direcionamento dos empreendimentos espoliativos no território português nas Américas para constituir uma “parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu” (FURTADO, 1985, p.8).

O peso da política econômica europeia nos primeiros séculos do Brasil é manifestado por meio do “Pacto Colonial”, o qual estabelecia o monopólio do comércio entre o Brasil e a metrópole. Ao passo que houve o direcionamento para a formação de uma economia de porte colonial agroexportador no território do Brasil por meio da produção de açúcar, um produto cuja demanda era grande e com técnicas de produção já conhecidas pelos portugueses (FURTADO, 1985).

Além da demanda e da técnica produtiva, o Estado português teve de lidar com algumas outras questões como a escassez de mão-de-obra, a necessidade de ampliar a inserção dos produtos coloniais no comércio entre as nações europeias. E mesmo, dificuldade em levantar capital para encarar a empreitada açucareira no Brasil (FURTADO, 1985; PRADO JÚNIOR, 2006).

A superação dos problemas financeiros, logísticos e da parte da gestão da economia do açúcar seria oferecida pelos holandeses, que já detinham experiências com a atuação no mercado intra-europeu. Enquanto a saída para a questão da escassez de

trabalhadores teve uma solução comercial através do tráfico de escravizados africanos (FURTADO, 1985; PRADO JÚNIOR, 2006).

Na prática, a viabilidade dos empreendimentos agrícolas no Brasil foi estabelecida por um governo central que coordenou a função de produção com: trabalho africano, terras do Brasil controladas pelos portugueses somados aos recursos financeiros e logísticos holandeses.

Furtado (1985) mostra que as condições da economia açucareira permitiram uma alta especialização e elevado grau de rentabilidade com intensa capacidade de exportações. Decerto, a produção de cana-de-açúcar no Brasil, no século XVI, é considerada exitosa para metrópole visto que os vultosos recursos financeiros do empreendimento além de custear as despesas e gerar grandes fluxos monetários para Portugal, colocou o território colonizado no circuito produtivo mundial.

Outro efeito da economia açucareira foi a penetração no interior do território da colônia para criação de gado e busca de lenha. Um movimento que dinamizou o aproveitamento do território e diversificou a economia local (FURTADO, 1985).

Segue que a trajetória da colonização do Brasil decorre de uma coordenação política do Estado português utilizando um aparato militar e institucional para estabelecer uma economia predominantemente monocultora, a fim de cumprir os objetivos de manutenção territorial de sua parcela do tratado de Tordesilhas e obtenção de ganhos econômicos com a exportação de uma *commodity*.

Esse movimento se assemelha a um ganho de território e a extensão da territorialidade como escrito por Becker (1992) e Sack (1985), pois, Portugal estabelecia as regras, ao menos as formais, no espaço físico do Brasil. Ao passo que alterava a configuração do território através do estabelecimento de migração de pessoas, europeus e africanos, e pela entrada de capital físico e financeiro para o uso das terras americanas. À medida que expandia seu poder, existia a conquista de povos nativos e a transformação da paisagem litorânea. Furtado (1985, p. 57) relata que a expansão do açúcar e a necessidade de animais provocaram a devastação das florestas do litoral.

Na prática os anseios políticos e econômicos de Portugal criaram um ambiente para expansão rápida da área agrícola, o que causou a substituição da floresta litorânea do Brasil por campos e pastos. Mas, as aspirações de lucros econômicos foram precedidas por uma estratégia política, organizacional e militar. Assim, a fim de estabelecer a territorialidade portuguesa, o Estado desenvolveu mecanismos econômicos

para dar viabilidade e controle das ações no espaço físico. Naturalmente, a preservação ambiental da fauna e da flora do litoral brasileiro eram objetivos secundários entre as ações estabelecidas no processo de asseguarção desse espaço que causaram modificações relevantes na paisagem nos primeiros anos de posse portuguesa.

Para cumprir os objetivos políticos e econômicos dos coordenadores do poder central, organizaram-se ações para a expansão das fronteiras e a imposição de uma territorialidade em novo espaço geográfico.

Para realizar esses objetivos os coordenadores estruturam uma série de mecanismos como a organização de mercados que economicamente justificassem as ações de reconfigurações. Sendo o primeiro passo, a definição das garantias de uso, o expediente português estabeleceu o Pacto Colonial e as Capitâneas Hereditárias (CINTRA, 2013, 2015; RIBEIRO, 2006).

A participação da área de fronteira, o litoral, em um mercado internacional, com a oferta de *commodity*, foi a opção colocada em prática em relação à cana-de-açúcar. Seguiu o processo a criação de mercados de fatores de produção: trabalho (escravo), recursos naturais (terras, madeira) e de capital físico e financeiro. Tais constituições tem como resultado a modificação da configuração inicial do território, paralelamente, em que impõe transformações na paisagem para atender aos objetivos determinados.

Em resumo, para se concretizar, a dominação portuguesa no território do Brasil exigiu uma série de mecanismos institucionais, econômicos e militares e grande envergadura política e institucional.

De certa forma, a dominação e a formação do território brasileiro contrasta significativamente em relação aos eventos ocorridos nos Estados Unidos (MOOG, 1957). A história, a cultura e os objetivos dos colonos dos territórios em questão possuem pouca similaridade, o que impacta diretamente nas correntes expansionistas ocorridas ao longo da formação brasileira - como no processo realizado pelos bandeirantes ou sertanistas que no período colonial ultrapassaram os limites do Tratado de Tordesilhas ocuparam as terras do que hoje constitui a região Centro Oeste do Brasil, além de alcançar as terras da região Sul, da Amazônia, da Bolívia e do Peru (ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 2002; CARVALHO, 2012).

No Brasil, os estudos sobre a expansão dos territórios ou o alargamento das fronteiras são mais críticos e exibem mais os problemas que tais incrementos territoriais, invariavelmente, causaram. O que afasta os estudos sobre fronteira no Brasil

das impressões positivas de Turner, que pouco salienta os conflitos ou mesmo as drásticas alterações na paisagem decorrentes da corrida para o Oeste, como é o caso no que se refere à Amazônia.

De fato, os trabalhos sobre fronteira amazônica priorizam as causas e consequência da expansão da fronteira agrícola como característica prioritária na análise da fronteira (CARVALHO, 2013; CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007; MACHADO, 2009; MUELLER, 1992). Dessa forma, algumas características destacadas por Turner, como o empreendedorismo das pessoas que enfrentaram os desafios das fronteiras, são secundarizados em troca dos debates a respeito dos conflitos de terras, a atuação do Estado e suas consequências sobre o fenômeno do desmatamento (ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 2002; BRANDO et al., 2013; NEPSTAD et al., 2004; OLIVEIRA, 2008).

À luz dos conhecimentos já disseminados sobre as causas e as consequências da expansão da fronteira amazônica, tal ação foi suportada pelo governo brasileiro com objetivos geopolíticos e socioeconômicos, como a ampliação do contingente brasileiro em uma área demograficamente pouco ocupada, aumentar a integração espacial nacional através das rodovias, bem como expandir as possibilidades de fluxo econômico internacional com a construção de portos e aeroportos, a chance de ter um novo espaço para migração de capital, além da possibilidade de incrementar a produção agropecuária. Todo esse movimento teve consequências que ultrapassaram o âmbito político-econômico, e afetam as esferas cultural, institucional e ambiental de maneira diversa ao modo como ocorreu nos EUA (FEARNSIDE, 2005; MELLO, 2006; MORAN, 1993; NEPSTAD et al., 2001b; RIBEIRO, 2006).

O contexto dos movimentos que se remetem a expansão da fronteira amazônica, ocorre durante o governo militar a partir da década de 1960. Para os projetos de desenvolvimento da Amazônia, o governo aproveitou boa parte das pesquisas realizadas em anos anteriores; em especial, das investigações realizadas pela SPVEA, a qual produziu os primeiros inventários florestais, levantamentos geológicos e agricultura de cultivos exógenos como o dendê (PANDOLFO, 1994). A posterior transformação da SPVEA em SUDAM retirou da população amazônica substancial influência sobre as decisões estratégicas da região e, de certa forma, evidenciava o processo de transformação territorial que a região sofreria daí em diante (PANDOLFO, 1994; RIBEIRO, 2006).

As transformações perpetradas a partir da década 1960 na Amazônia têm muito a ver com estes aspectos econômicos do processo de expansão da fronteira. Até por isso se remete à questão da ampliação territorial, como expansão da fronteira agrícola já que se tratava de um espaço já pertencente ao Brasil (FEARNSIDE, 2001; JEPSON, 2006; MUELLER, 1992; NEPSTAD et al., 2001b; SOLER; VERBURG; ALVES, 2014).

Convém salientar que diferentemente da análise de Turner para a formação territorial do Meio Oeste norte-americano, os examinadores da formação territorial da Amazônia percebem que não se trata de uma “fronteira aberta” (VELHO, 1981). Adicionalmente, o período de integração física da região as demais áreas do país, coincide com as primeiras reuniões mundiais sobre os impactos da humanidade em relação ao meio ambiente (MEADOWS et al., 1972; WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987). Até por isso, os estudos sobre a expansão agrícola na Amazônia correlacionam a expansão da produção agropecuária a problemas socioambientais. Como será visto no próximo capítulo.

4.2 O Processo de Mudança Institucional e a Formação da Diversidade Histórico-Territorial do Mercado de Terras na Amazônia no século XX

O que queremos salientar neste tópico é o papel primordial que a mudança institucional e a formação do mercado de terras tiveram como componentes estruturais importantes do processo de consolidação de um novo padrão de evolução da dinâmica agrária, e na formação da diversidade territorial na região amazônica a partir de meados do século XX.

Contra um padrão de consolidação territorial e institucional mais homogêneo e baseado no sistema de aviamento e na produção agroextrativista que preponderou na região até meados do século XX, um novo sistema de valorização da propriedade privada da terra como mercadoria. Passando a se destacar na formação de uma diversidade de arranjos institucionais que começam a se consolidar na região a partir dos anos de 1960.

Em verdade, até meados do século XIX, a economia regional amazônica era dominada por arranjos institucionais baseados: ou na lógica da pequena unidade de produção familiar em grande parte das regiões ribeirinhas; das fazendas de maior proporção na região da Ilha do Marajó e na região Nordeste do Estado do Pará; e do

sistema de comércio comandado pelo aviação, em média e pequena escala, por todo o território amazônico (WEINSTEIN, 1993; COSTA, 2012).

É a partir, no entanto, do *boom* da economia da borracha e sua expansão, principalmente, para os territórios da Amazônia Ocidental, entre os anos de 1870 e 1900, que o processo de formação de uma ampla diversidade territorial na Amazônia se aprofunda pela implantação dos grandes seringais e pelo processo de consolidação da hegemonia do grande capital mercantil nas áreas de seringais novos entre o Oeste do Pará e os Estados do Amazonas e o Acre (WEINSTEIN, 1993). Em meio a um profundo processo de mudança institucional de uma economia mercantil colonial, para um sistema de comércio comandado por grandes empresas de aviação, a lógica de produção de borracha baseada no controle da mão de obra (seringueiro) assume papel de destaque a partir da década de 1870 (WEINSTEIN, 1993).

Dai em diante uma diversidade de formas e arranjos institucionais se ampliam em meio a um processo de profunda transformação e expansão da fronteira de exploração dos recursos naturais na região Amazônica (OLIVEIRA FILHO, 1979).

Uma estrutura de rede urbana dendrítica se forma também a partir da preponderância de dois grandes polos exportadores, que passam a comandar um amplo território sob a influência da economia da borracha. Assim como uma ampla diversidade de formas de exploração mercantil, que se multiplicam na região a partir de meados do século XIX.

É sobre as controvérsias em torno desse processo de formação territorial e de mudança institucional que passaremos a tratar em seguida.

4.2.1 A Historiografia Econômica sobre a Amazônia e o Papel da Diversidade Territorial na Formação do Ambiente Institucional na Região

Para que se possa dar conta de uma análise histórica aprofundada sobre o papel da dinâmica agrária na formação territorial da Amazônia, faz-se necessário, de partida, fazer referência ao papel dos ciclos de exportação que, segundo literatura hoje considerada clássica, foram os principais impulsionadores da dinâmica econômica regional amazônica e brasileira até meados do século XX (PRADO JR., 1965; FURTADO, 1959).

De acordo com essa perspectiva, a noção de ciclo de exportação de produtos extrativos (drogas do sertão, cacau e borracha, por exemplo) representa uma categoria

bastante explorada nas descrições históricas tradicionais sobre o modo de funcionamento das sociedades amazônicas, desde o período colonial (REIS, 1953, 1956). O baixo dinamismo do setor agropecuário na Amazônia (devido, entre outras coisas, às limitações do solo) e o pouco efeito dinamizador da atividade extrativa – geradas pelo forte sistema de aviação que limitou a difusão dos ganhos monetários através da falta de um mercado de trabalho assalariado – seriam alguns dos principais responsáveis pelo atraso relativo da região em relação às demais regiões brasileiras; especializadas na produção agrícola mais intensiva em atividades de monocultura e/ou a partir de uma dinâmica agropecuária e mineradora com maiores efeitos multiplicadores sobre suas economias regionais.

Neste sentido, autores como Roberto Simonsen, Caio Prado Junior, Celso Furtado, entre outros, estão entre os principais responsáveis pela divulgação – ao longo do século XX – da perspectiva historiográfica que identifica a economia amazônica como atrelada às fragilidades estruturais ligadas a esses ciclos esporádicos de exportação de produtos extrativos de baixo valor agregado e pouco efeito multiplicador interno dentro da economia regional amazônica. Dinâmica econômica que geraria poucos efeitos de transbordamento sobre a economia regional, perpetuando as condições de atraso e/ou subdesenvolvimento da região.

Num primeiro momento, portanto, os relatos destes historiadores tradicionais ressaltam o papel que as chamadas “drogas do sertão” exerceram sobre o fluxo de comércio e no modelo de funcionamento de todo o sistema colonial português na região. Em seguida, destaque é dado, em geral, ao período pombalino (meados do século XVIII), com a implantação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e as mudanças implementadas no padrão de relacionamento entre o Estado Português e as sociedades indígenas amazônicas. Por fim, destaca-se, já no período imperial, o ciclo da borracha e seus desdobramentos sobre a configuração territorial e a delimitação da fronteira de todo o espaço econômico e geopolítico amazônico, tal como considerado em grande parte ainda nos dias atuais (OLIVEIRA FILHO, 1979; SANTOS, 1980).

Durante o Período Pombalino (que vai de 1755 até 1777), por exemplo, pode-se destacar de maneira específica o papel que teve o processo de expulsão dos jesuítas e a dissolução do modelo de integração das sociedades indígenas implementado pelo Estado Colonial Português, desde o século XVII, com o chamado “Regimento das

Missões” (COSTA, 2012). Ao mesmo tempo em que se implanta um novo modelo, onde as relações das populações nativas com o Estado Colonial e os colonos portugueses se modifica de maneira brusca. Cria-se, neste novo contexto do século XVIII, o chamado “Diretório dos Índios”, modelo de colonização fortemente baseado no estímulo à miscigenação e na estratégia de nucleação de famílias miscigenadas ao longo dos rios; com o intuito de povoar a região e garantir o pleno domínio português sobre o amplo território amazônico (COSTA, 2012).

Sendo assim, ao longo de todo o período que vai da ocupação do Estado Português no Vale Amazônico (no início do século XVII) até a fim do ciclo da borracha no início do século XX, a literatura tradicional – que trata da formação econômica brasileira como impulsionada basicamente pela noção de ciclos de exportação – destaca que, até meados do século XX, a estrutura econômica e social da Amazônia brasileira foi dominada por características territoriais homogêneas, deixadas como herança dos sucessivos ciclos fortuitos de economia extrativa, intermeados por lapsos temporais curtos de projetos de implantação de culturas racionais (agricultura) também fracassados ou inviabilizados por interesses econômicos e políticos contraditórios e de curto prazo (OLIVEIRA FILHO, 1979; COSTA, 2012; WEINSTEIN, 1993).

Neste sentido, pode-se dar destaque – dentro dessa herança estrutural histórica de feição territorial extrativista, considerada em grande parte atrasada – a um conjunto de características consideradas como síntese do ambiente institucional da região, qual seja: um amplo sistema de transporte fluvial; um modelo de comércio e regime de trabalho comandado por um sistema pouco monetizado de “aviamento”; uma forte presença e domínio de algumas grandes cidades (como Belém e Manaus), comandando um vasto território povoado por pequenas nucleações (as chamadas Redes Dendríticas)¹ e, de modo geral, um modelo de baixo aproveitamento técnico dos recursos naturais em abundância na região. Um modelo de exploração de recursos que se apresenta, quase como que contiguamente, por uma lógica de exploração predatória de recursos naturais e humanos. Condição considerada padrão em regiões que sofrem com as características

¹ Em destaque na literatura historiográfica tradicional, está à influência do ciclo da borracha como momento impar na configuração de todo um sistema de integração de um vasto domínio territorial a partir das cidades de Belém e Manaus. Para além da riqueza que passa a ser lugar comum nestas duas cidades, ganha destaque também todo o sistema de comércio exterior que é fortemente impulsionado neste período, passando a constituir uma verdadeira instituição regional: o sistema de aviamento (SANTOS, 1980; OLIVEIRA FILHO, 1979).

típicas de serem conduzidas por uma lógica de exploração de fronteira de recursos².

Sendo assim, como herança desse longo processo histórico de consolidação institucional, destaca-se na literatura uma estrutura econômica que poderia se considerar “estática” e “homogênea” (OLIVEIRA FILHO, 1979). Afirma-se, neste sentido, uma base territorial que apresentaria grande resistência à mudança e, por isso, também poucas variações e mudanças ao longo de toda a sua extensão territorial. Uma Amazônia mitificada por uns, inventada por outros, mas fundamentalmente concebida por todos os historiadores até a década de 1970, como uma região estruturalmente homogênea.

No entanto, como já salientado por Costa (2012), Weinstein (1993) e Oliveira Filho (1979), a região, neste período já estava longe de se constituir como uma realidade territorial homogênea. Na região amazônica sob a influência da cidade primaz Belém, os elos da cadeia produtiva da borracha haviam se constituído por um modelo que ficara conhecido como de “seringal caboclo” (OLIVEIRA FILHO, 1979) que terá sérias implicações para a formação territorial da região do estuário amazônico. Por outro lado, na região do médio e alto Amazonas, o modelo do grande “seringal empório” (OLIVEIRA FILHO, 1979; COSTA, 2012; MASCARENHAS, 2016) passa a preponderar sob a forte influência da cidade primaz de Manaus. Dois modelos de estrutura das relações de poder e controle sobre a mão-de-obra bastante diferentes, apesar de ambos baseados num paradigma de produção agroextrativista (COSTA, 2012).

No primeiro, maior autonomia se combina com espaços que se mantêm relevantes para a atuação das elites mercantis e produtoras mais antigas no Estado do Pará, isso tudo combinado ao processo de organização da unidade de produção agroextrativista, que é feita em bases basicamente camponesas (COSTA, 2012). No segundo, uma nova e poderosa elite aviadora externa à região se combina com o regime

² A noção de fronteira normalmente utilizada para tratar do processo de formação territorial da Amazônia, apresentou ao longo da história várias conotações diferentes. Num primeiro momento, discutiam-se as características da formação do território amazônico como sendo constituído historicamente por um padrão regional quase único e indivisível, dominado pela dispersão populacional, pela influência de um amplo e complexo sistema fluvial, pela hegemonia de duas grandes cidades (Belém e Manaus) e pelo controle hegemônico do sistema de comércio por parte de grandes firmas que exerciam de maneira espoliadora a chamada prática do aviamento e da escravização por dívidas (OLIVEIRA FILHO, 1979; SANTOS, 1980). Posteriormente, foi tratado como uma fronteira pioneira e de expansão demográfica (VELHO, 1976; MARTINS, 1975; FOREWAKER, 1981), e posteriormente, como uma fronteira urbana, considerada como elo fundamental de um amplo processo de articulação de um modelo predatório de exploração dos recursos naturais e humanos na região (BECKER, 1982, 1990).

de seringais de grande porte, gerando um sistema de controle da mão-de-obra bastante agressivo e de pouca autonomia para o trabalhador; o qual em grande parte é atraída para a região por meio de políticas de migração dirigidas de populações oriundas da região nordeste do Brasil (WEINSTEIN, 1993; COSTA 2012).

É contra essa percepção baseada na noção de homogeneidade, que a partir dos anos de 1970 e 1980, portanto, uma nova literatura busca recuperar e/ou destacar componentes de diversidade já bastante presentes na região, e que representam uma valorização do que, talvez, de melhor possamos ainda contar da Amazônia em termos da busca por estratégias alternativas e diversas em termos de modelos de desenvolvimento sustentável em regiões tropicais (OLIVEIRA FILHO, 1979; BECKER, 1982, 1990, 2006; COSTA, 2012).

Em um texto de 1979, João Pacheco de Oliveira Filho (um desses autores pioneiros na defesa da renovação do pensamento historiográfico sobre a diversidade territorial da Amazônia), destaca a fragilidade de todas estas abordagens tradicionais que – ao procurarem ver o seringal sob a ótica das relações econômicas e sociais estagnadas e uniformes – acabam partilhando de um mesmo esquema interpretativo geral que, em última instância, tem como fragilidade a “esterilização das análises históricas” (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 102).

Para João Pacheco de Oliveira Filho (1979), neste sentido, a estrutura do grande seringal é vista como uma entre várias estruturas socioeconômicas que orientam o funcionamento da economia da borracha, e não como única expressão da realidade social da região. Pacheco, neste contexto, amplia a noção de fronteira então em voga. Enxerga na diversidade estrutural a noção chave que se apresenta, agora, como novo modelo de interpretação da formação territorial da Amazônia com base em dois sistemas fundamentais: o seringal caboclo e o seringal empório (OLIVEIRA FILHO, 1979; COSTA, 2012).

Ao todo, pode-se dizer que no início do século XX existe um amplo território amazônico com um perfil territorial já bastante diversificado em termos de modelo de exploração da mão-de-obra (camponesa e patronal), assim como no nível de concentração do poder político na mão das casas aviadoras de grande porte, concentradas nas cidades de Belém e Manaus.

A crítica em relação a literatura historiográfica tradicional que procura entender a Amazônia como um todo indivisível, organizado a partir de uma economia externa

impulsionadas por ciclos de exportação, uniforme e homogênea, neste sentido, não se restringe aos estudos históricos sobre o período da borracha e nem à abordagens antropológicas relacionadas às populações locais (OLIVEIRA FILHO, 1979).

Dos anos de 1970 em diante, portanto, esta noção de diversidade territorial em sentido amplo passará a fazer parte da renovação dos estudos de interpretação historiográfica em relação ao período de integração da Amazônia ao território nacional (entre os anos de 1930 e 1970) (WEINSTEIN, 1993; COSTA, 2012). Autores como José de Souza Martins (1975), Otavio Guilherme Velho (1976), John Forewaker (1981) e Bertha Becker (1982), entre outros, desenvolvem, neste contexto, uma ampla análise crítica sobre os limites das interpretações homogeneizadoras sobre o processo de expansão da fronteira amazônica.

Perspectiva esta vista como sendo determinada apenas por condições estritamente econômicas, e dominadas por um padrão de migração que mimetizava o modelo norte-americano das frentes agrícolas pioneiras, ao estilo das análises de Turner (1921). As quais, segundo estas interpretações, teriam sido transpostos para o Brasil e impulsionadas por ciclos de expansão da fronteira agrícola nacional.

Neste sentido, em um texto importante publicado originalmente na *Revista Regional Dialogue*, em 1980, e depois publicado em um livro de ampla circulação nacional (BECKER, 1982), a geógrafa Bertha Becker busca refletir de maneira profunda sobre a dimensão espacial do problema da expansão da fronteira agrícola no Brasil; defendendo, por fim, a ideia de que a fronteira amazônica deva ser compreendida como uma fronteira diversa, orientada por diferentes configurações socioespaciais, e induzidas por um processo de urbanização que assume diferentes formas, com o intuito de desenvolver, em última instância, um melhor modelo de exploração sobre a utilização dos recursos naturais e humanos disponíveis na região.

4.2.2 Aspectos Teóricos do Desmatamento como Mecanismos de Transformação Territorial e Instituição Asseguradora de Propriedade da Terra

De acordo com North (1990) uma boa organização social gera uma boa definição dos direitos de propriedade que é um dos elementos fundamentais para o progresso econômico. Na prática, a organização social decorre de um processo de longa duração que envolve diversos experimentos – o surgimento de uma ordem espontânea – até que a sociedade estabeleça institucionalidades estáveis e capazes de reduzir as

incertezas, assim como de aumentar a cooperação entre os indivíduos para que ocorram os complexos processos de desenvolvimento (NORTH, 1990; NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009).

As variadas formas de organização da humanidade mostram que entre os inúmeros bens existentes, entre os grupos sociais há diversas formas de propriedade, algumas com foco na exclusividade e outras no uso coletivo. De modo que a existência de propriedade unicamente privada é apenas uma das possibilidades entre as sociedades. Porém, os custos de transação de forjar acordos amplos e complexos podem ser proibitivos, ao passo que alcançar o desenvolvimento ou o progresso econômico pode ser negado pela existência de instituições inadequadas a esses propósitos (COASE, 1937; NORTH, 1981; WILLIAMSON, 1979, 1996). Nesse sentido, North advoga que o Estado é a entidade fundamental para o desenvolvimento.

A praticidade do Estado em promover a melhoria da sociedade decorreria do fato que para reduzir os custos de transação, esse agente pode mobilizar mecanismos políticos, jurídicos e policiais, além de recursos financeiros e estratégicos para promover transformações sociais, econômicas e institucionais (FIANI, 2001, 2011). Nessa direção, examinamos a trajetória seguida pela Amazônia a partir da segunda metade do século XX, quando o governo federal lançou mão de uma série de ações para o desenvolvimento dessa região através do uso dos recursos naturais lá existentes.

Muito da proposta estatal para o desenvolvimento amazônico decorreu do diagnóstico feito no relatório *Operação Amazônia* realizado pelo Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), o qual apontava um grande potencial produtivo com o uso dos recursos naturais, como água, minérios, madeira e terras (BRASIL, 1954, 1966). Pelo relatório, a região era pobre e isolada por fundamentar a economia na produção agrícola de subsistência. Assim, o documento indica motivos econômicos para aproximar a Amazônia dos mercados mais dinâmicos e converter o espaço em produtor de produtos com ampla demanda – como é o caso das *commodities*.

De maneira direta, a *Operação Amazônia* indica grandes mobilizações de recursos por parte do governo central para mudar a estrutura social e econômica da Amazônia – Um movimento defendido nos trabalhos de North, como foi ressaltado anteriormente. Adicionalmente, a proposta governamental incentivou o alargamento da fronteira produtiva, a migração de pessoas e de capital. Todavia, a expansão da fronteira

agrícola na Amazônia ocorreu em uma fronteira fechada, isto é, com a terra parcialmente ocupada, o que em muitas ocasiões opôs habitantes organizados secularmente com propriedades reconhecidas pela comunidade, mas sem o título de posse emitido pelo Estado, contra os imigrantes dotados de todo aparato governamental: financeiro, jurídico e policial.

Nesse sentido, ao contrário do proposto por North, o Estado acaba por bagunçar a estrutura social amazônica com a criação de novas institucionalidades – Opondo instituições formais e informais. Enquanto as primeiras eram reforçadas pelo Estado, as segundas decorriam de um processo histórico. Esse movimento governamental criou uma situação em que há má definição do direito de propriedade que é um dos problemas amplamente examinados na literatura agrária da Amazônia, em especial, devido aos conflitos armados e as questões sociais que as disputas de terra portam na região, tendo em vista que a expansão agrária ocorreu a partir dos anos 1960 (KOHLHEPP, 2002; OLIVEIRA, 2008; SCHMINK; WOOD, 2015).

Soma-se ainda ao imbróglio dos fomentos da produção de *commodities*, o aparato legal desenvolvido como o Estatuto da Terra de 1964 (Lei 4.504) e os Decretos-Leis nº 1.164 de 1971 e nº 6.383 de 1976, os quais discriminavam sobre o uso de terras devolutas da União. Tais documentos versam sobre a reforma agrária e a promoção de uma política agrária brasileira. O processo histórico mostra que o Estatuto foi ineficaz no cumprimento da reforma agrária, tendo em vista os contínuos conflitos de terras pelo país, em especial, na Amazônia. Por outro lado, o documento obteve relevante sucesso na política agrária com a transformação do Brasil em grande ofertante de *commodities* e competitivo mundialmente.

Segue que os Decretos-Leis acima citados indicam: 1) a definição de um direito de propriedade formal; 2) o fomento ao desenvolvimento agrário lastreado pelo desmatamento; e 3) a possibilidade de aquisição efetiva da terra. Ou seja, o Estado incutiu as sementes de um mercado de terras com o desmatamento como incentivo, uma vez que o beneficiamento da terra é observado como limpá-la para produção agropecuária.

Ao retomar o debate de Coase e Hardin sobre importância da definição dos direitos de propriedade para o bom andamento econômico, bem como para auxiliar na proteção do meio ambiente temos que a posse de bens (como a terra) é relacionada a um título de posse oferecido pelo Estado. Ou seja, a garantia de posse da terra pela teoria

dos mercados é a melhor maneira controlar a degradação ambiental. Porém, o caso amazônico mostra evidências opostas.

Sobre as razões para o desmatamento nas terras amazônicas alguns trabalhos sugerem a falta da estabilidade institucional para garantia da terra, a questão demográfica e a criação de um mercado de terras como fatores ligados a degradação da floresta (ALENCAR et al., 2016; CARR, 2009; PACHECO, 2009; PARRY et al., 2010). Nessa direção, os incentivos financeiros e legais, assim como a possibilidade de acesso a mercados, somados a constituição do desmatamento como mecanismo que assegura a posse constitui-se como uma institucionalidade por provar que a terra possui uso.

4.2.3 A Mudança institucional e o Papel da Consolidação do Mercado de Terras como Componente Estrutural no Processo de Aprofundamento da Diversidade Territorial da Amazônia no século XX

Como visto anteriormente, com a entrada no século XX, e com a crise da economia exportadora da borracha em 1912, uma reconfiguração territorial se inicia – segundo essa nova interpretação – mesmo que sem mudanças muito profundas no *modo operandi* de todo o sistema de comercialização dos produtos regionais, que continuam basicamente atrelados ao processo de produção agroextrativista.

No entanto, será a partir da segunda metade do século XX que essa macroestrutura institucional começa a ser vista como sendo modificada de maneira mais clara, com o processo de integração da região ao processo de expansão da fronteira agrícola e agropecuária, ambas oriundas das regiões sul e sudeste do Brasil.

No que diz respeito ao regime de propriedade da terra, o que se pode verificar em todo esse período de transição, seria um sistema de produção predominantemente extrativista combinado a um sistema de comercialização com base no aviamento, onde a propriedade jurídica da terra não estava ainda plenamente consolidada e nem representava institucionalmente um empecilho para o desenvolvimento do sistema econômico então vigente.

No que diz respeito ao regime de posse e uso da terra, portanto, afirma-se que grande parte das implicações do sistema de aviamento anterior ao século XX, resultava na pouca operacionalidade do regime de propriedade privada da terra, estando o poder instituído localmente muito mais assentado sobre a capacidade de controle e uso da mão de obra e do poder de exploração dos recursos naturais contidos sobre a terra, do que

propriamente no uso do poder de comercialização relacionado à propriedade jurídica da terra. Ou seja, à terra como uma mercadoria.

No entanto, em regiões próximas à Belém, algum regime de posse e comercialização de terras na Zona Brangantina, principalmente, já era nessa época relevante. O que confirma a ideia da diversidade nos modelos e arranjos institucionais na região, tendo em vista que para grande parte das outras regiões, a propriedade jurídica e formal da terra era bem menos relevante.

Neste contexto, podemos afirmar que os arranjos institucionais que se constituíram em grande parte do território amazônico eram formados por regimes diferenciados de utilização de mão de obra, controle do direito de uso e exploração dos recursos naturais, assim como de propriedade jurídica e formal da terra.

Todos estes modelos, no entanto, sob o comando hegemônico do processo de comercialização com base no sistema de aviação e de produção com base em sistemas agroextrativistas, representam a tônica do ambiente institucional então vigente até então na região.

Será por cima dessa diversidade de formas e arranjos institucionais, combinada com um padrão mais uniforme no regime de propriedade da terra, que se constitui o mosaico territorial amazônico já no início do século XX, que a dinâmica territorial e agrária amazônica irá sofrer mudanças institucionais mais profundas entre o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970.

Por ocasião da tomada do poder político pelos militares, em 1964, o Brasil passou por diversas mudanças no âmbito da gestão e da governança territorial da Amazônia com reflexos diretos nos arranjos institucionais e na territorialidade vigentes até então.

Talvez a região amazônica tenha sido a mais impactada durante esse período, pois, os inúmeros recursos disponibilizados para desenvolver as atividades produtivas e de logística na região transbordaram para além da economia, alcançando as estruturas socioambientais constituídas secularmente, incluso nisso a maneira como os habitantes lidavam com a terra.

É preciso lembrar que a tradicional população amazônica constituiu, ao longo do tempo, uma relação íntima com o bioma de modo que muito da estrutura social, cultural, econômica e institucional deriva dessa relação tacitamente constituída (COSTA, 2012c; LOUREIRO, 1992; RIBEIRO, 2006). Acrescenta-se que o bioma

amazônico não é homogêneo, variando, por exemplo, em tipo de solo e regime pluviométrico, de modo que as relações de cada grupo de habitantes em cada território, tende a ser distinta, assim como as atividades produtivas (COSTA; FERNANDES, 2016; MARGULIS, 2003a; MOLION, 1987; MORAN, 1993).

Deriva destas constatações que as políticas de desenvolvimento agrário para a Amazônia tiveram como foco primário o estabelecimento de novas infraestruturas produtivas e logísticas através da busca pela homogeneização da produção com resultados em ampliação na base produtiva e mudanças institucionais profundas na região.

Sobre a ampliação da base produtiva, podemos nos referir de maneira específica ao incremento ou intensificação da produção de *commodities* voltadas para atender os mercados nacionais e internacionais. Nesse sentido, observa-se que o foco do governo central para as políticas agrárias na Amazônia, durante a segunda metade do século XX, passa a ser a transformação da região em uma produtora de produtos agrários exportáveis, tal como conta no diagnóstico feito pela “Operação Amazônia” (BRASIL, 1966).

Naturalmente, essa proposta se desdobraria em impactos significativos para além da economia, alcançando visivelmente a estrutura secularmente constituída na região. Na prática, seria a substituição da produção voltada para o comércio local ou regional, por uma economia interessada em mercados mais amplos. Com o importante acréscimo da substituição da tradição produtiva historicamente constituída através de uma conjunção de fatores endofoclimáticos, biológicos, culturais e institucionais, em troca da produções de *commodities*. O que sugere um deslocamento da matriz de incentivos, além de relevantes mudanças institucionais (NORTH, 1990; POLANYI, 2000; WILLIAMSON, 1996).

Ocorre que as alterações na base produtiva decorrem do aumento de amplitude e intensidade que a produção de *commodities* poderiam alcançar; o que, por sua vez, dependia da organização de incentivos e de adequações econômicas para que a produção fosse viabilizada, isto é, os fatores produtivos: trabalho, capital e terra. A disponibilidade de fatores de produção é um passo a formação de mercados de fatores, como o de trabalho e o de terras.

Para o interesse da presente investigação a constituição do mercado de terras é o objeto de interesse principal de análise. Destarte, é necessário explicar que a criação do

mercado de terras sugere a descaracterização da posição histórica que esse recurso natural ocupou como componente do estilo de vida na Amazônia e organizado ao longo do tempo como parte da estrutura social da região. Outrossim, a transformação da terra em mercadoria permite observá-la como um ativo, com facilidade de desmembrá-lo por características e precificar com valor presente e futuro.

Na pesquisa de Andrade (2018), a autora examina a formação territorial da região sudeste do Pará, a qual apresenta como fatores do desflorestamento daquela área a constituição de um mercado guiado pelo governo central ao entregar parte do território a empresas e outros agentes econômicos privados, ao passo em que excluiu os atores sociais locais (ANDRADE, 2018).

O repasse de terras a agentes ou entidades privadas está correlacionado ao financiamento de projetos agropecuários, isto é, a produção de madeira, gado e grãos, o que, via-de-regra, na Amazônia, exige o desflorestamento. Na Tabela 1 é apresentada a quantidade de projetos incentivados pela SUDAM nas seis mesorregiões paraenses, entre os anos de 1966 e 1999.

Tabela 1 – Quantidade de Projetos Incentivados por Mesorregião do Pará

Mesorregião	1966-1979	1980-1989	1990-1999
Baixo Amazonas	2	17	4
Marajó	2	30	2
Metropolitana	9	37	6
Nordeste	22	49	18
Sudeste	71	48	18
Sudoeste	-	3	37
Total	106	184	85

Fonte: Andrade (2018, p. 98).

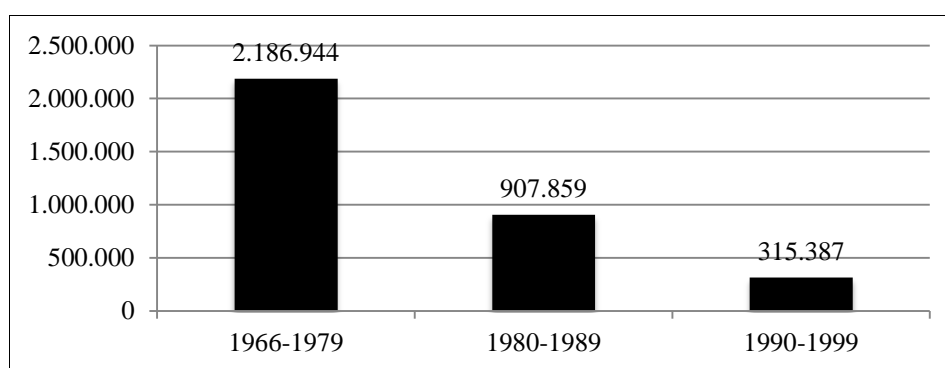
A Tabela 1 está seccionada em três períodos obedecendo às reconfigurações estratégicas para expansão da fronteira agrícola. Assim, o governo central, através da SUDAM definia as regiões para a política de incentivos fiscais. O primeiro período, entre 1966 e 1979, isto é, no período de 14 anos, consta um total de 106 projetos contemplados a maior parte, 71 ou 67% no Sudoeste paraense.

Entre os anos de 1980 e 1989, o caráter intensivo da ocupação territorial mostra o aumento do número de projetos patrocinados pela Superintendência com a elevação do número de contemplados para 184, uma variação de 74%, com significativos incrementos

na quantidade de projetos que aumentaram em todas as mesorregiões. Porém, no último período, entre 1990 e 1999, é observada uma significativa redução dos projetos auxiliados pela SUDAM, em termos absolutos houve um declínio em 99 ou variação negativa de 54%, em que pese o aumento no número de projetos contemplados no sudoeste do Pará.

Soma-se aos incentivos e que mudam a estrutura a amazônica o volume de terras destinados projetos como mostram o Gráfico 1, o qual apresenta a quantidade de terras incentivadas no Pará nos três períodos anteriormente destacados.

Gráfico 1 – Quantidade de Área (Ha) Incentivada por Período no Pará



Fonte: Andrade (2018, p. 98).

Segundo o Gráfico 1, foram destinados mais de 3,4 milhões de hectares para um total de 375 projetos ao longo de 33 anos. A maior parte das áreas, cerca de 2,2 milhões de hectares, no primeiro período. Posteriormente, foram disponibilizadas cerca de 908 mil hectares e, no terceiro período, pouco mais de 315 mil hectares.

A transferência dessas terras para a execução de projetos agropecuários conduz a dois efeitos práticos ou fenômenos inter-relacionados: 1) a transformação da terra em ativo ou mercadoria; e 2) a transformação do espaço amazônico florestado em terras “sem mata” que serviriam no futuro como estoque de terra para a atividade produtiva (tanto da pecuária como da agricultura).

Corrobora aos dados apresentados por Andrade (2018), a evolução do número de estabelecimentos e da área dos estabelecimentos agropecuários existentes nos estados da Amazônia Legal capitados, entre 1970 e 2006, nos censos agropecuários. A Tabela 2 apresenta a quantidade de estabelecimentos agropecuários por Unidade Federativa (UF)

Tabela 2 – Estabelecimentos Agropecuários - Estados da Amazônia Legal (1970-2006)

UF	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Maranhão	396.761	496.737	496.758	531.413	368.191	287.039
Pará	141.442	186.954	223.762	253.222	206.404	222.029
Mato Grosso	46.090	56.118	63.383	77.921	78.762	112.987
Rondônia	7.082	25.483	48.371	80.615	76.956	87.078
Amazonas	85.251	92.741	100.623	116.302	83.289	66.784
Tocantins	-	-	-	47.320	44.913	56.567
Acre	23.102	25.001	27.371	35.049	23.788	29.483
Roraima	1.953	3.019	3.742	6.389	7.476	10.310
Amapá	2.315	4.009	4.304	4.816	3.349	3.527
Total	703.996	890.062	968.314	1.153.047	893.128	875.804

Fonte: Censo Agropecuário – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.
Elaboração Própria.

A Tabela 2 mostra que houve uma quantidade significativa de incrementos consecutivos no número de estabelecimentos censitados em 1975, 1980 e 1985. Porém, em seguida, houve um recuo nessas quantidades nas duas últimas contagens. Em termos segmentados, é observado que a qualquer tempo, o Maranhão e o Pará apresentam as maiores quantidades, assim como a perda de posição do Amazonas, superado no último período pelo Mato Grosso e Rondônia. A continuidade da análise por ser feita pelo volume de terras disponibilizadas para os estabelecimentos agropecuários que são apresentados na Tabela 3.

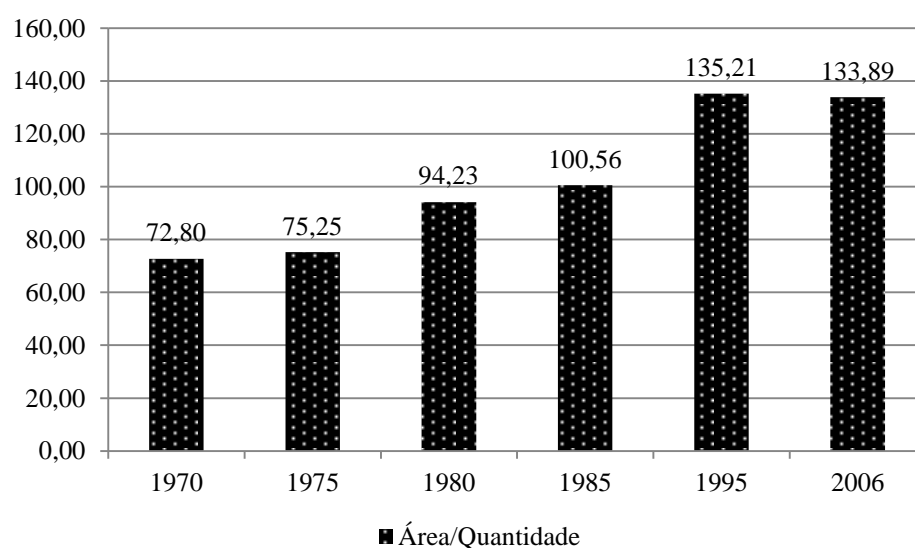
Tabela 3 – Área dos Estabelecimentos Agropecuários (Hectares) - Amazônia Legal (1970-2006)

UF	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Mato Grosso	17.274.745	21.949.146	34.554.548	37.835.651	49.839.631	48.688.711
Pará	10.754.828	16.166.733	20.448.421	24.727.830	22.520.229	22.925.331
Tocantins	-	-	-	17.354.402	16.765.716	14.387.949
Maranhão	10.794.912	12.409.067	15.134.236	15.548.267	12.560.692	13.033.568
Rondônia	1.631.640	3.082.052	5.223.630	6.032.645	8.890.440	8.433.868
Amazonas	4.475.941	6.497.198	7.009.594	5.859.511	3.322.566	3.668.753
Acre	4.122.084	4.291.777	5.679.532	5.234.762	3.183.065	3.528.543
Roraima	1.594.398	1.836.202	2.463.106	2.149.536	2.976.817	1.717.532
Amapá	603.441	742.001	735.128	1.208.020	700.047	873.789
Total	51.251.989	66.974.176	91.248.195	115.950.624	120.759.203	117.258.044

Fonte: Censo Agropecuário – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.
Elaboração Própria.

Na Tabela 3 a quantidade de área disponível para os empreendimentos agropecuários apresentou incrementos sequencialmente até 2006, ano em que apresentou queda de 3%. Nessa Tabela, o Mato Grosso detém a primeira posição em todos os períodos, seguido do Pará (a partir do segundo período). A razão entre o volume de terras (em hectares) e a quantidade de estabelecimentos é apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Razão entre Volume de Terras (em ha) e a Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários (1970-2006)



Fonte: Censo Agropecuário – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.
Elaboração Própria.

Pelo Gráfico 2 é visível a concentração de área entre 1970 e 2006. A razão entre o volume de terras e a quantidade de estabelecimentos agrícolas apresenta tendência de incrementos sequenciais, partindo de 72,8 ha por empreendimento para 135,21, em 1995, um movimento que seguiu até o último período, quando há uma redução para 133,89 ha. Uma análise da relação entre as áreas e os estabelecimentos agropecuários aponta para um comportamento de expansão e contração similar, ao mesmo tempo em que apresenta uma tendência de concentração de terras. Adicionada da caracterização de privatização e mercantilização da terra.

A mercantilização da natureza na Amazônia sucede a transformação da terra em ativo econômico, situação constituída historicamente institucionalizada com o direito de posse vinculado ao desmatamento (ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 2002; ARAUJO

et al., 2009; NEPSTAD et al., 2001a, 2014). Segue que a transformação da terra em ativo cria um mercado que a precifica pelas características como, por exemplo, a existência ou não de mata (COSTA, 2010a, 2017).

Essa conjunção de fatores, direito de posse vinculado ao desmatamento e a maior valorização da terra “sem mata” sugere a formação de um mercado, no qual o desmatamento torna-se uma instituição que valoriza o ativo.

Isso é, o desflorestamento vira uma estratégia de acumulação de capital por parte dos agentes econômicos que imprimem uma dinâmica fundiária de produção de solos “sem mata”, já que essa característica é um item que valoriza o ativo. Nesse sentido, Andrade (2018) coloca que a terra funcionava como objeto meio e fim do processo de acumulação de capital para médios e grandes empresários do setor agropecuário. Pois, ao passo que era um ativo transacionável no presente, ainda, servia como reserva de valor e com a possibilidade de ser objeto de especulação (ANDRADE, 2018; COSTA, 2010a, 2017; COSTA; FERNANDES, 2016; FOWERAKER, 1982).

5 A AMAZÔNIA COMO OBJETO DE ESTUDO ALTERNATIVO À ABORDAGEM DOS MERCADOS: O DEBATE SOBRE AS CAUSAS ESTRUTURAIS PARA O FENÔMENO DO DESMATAMENTO

O objetivo deste capítulo é apontar alternativas teóricas e empíricas à abordagem dos mercados como ferramentas de análise capazes de nos oferecer uma perspectiva histórica de compreensão sobre a dinâmica agrária na Amazônia e, por consequência, do seu processo de desmatamento nas últimas décadas.

Para isso, nos capítulos anteriores foram apresentadas as teorias alternativas que serão aqui utilizadas como referências para uma análise historiográfica capaz de compor um arcabouço teórico que nos permita oferecer uma maior capacidade de compreensão em relação as trajetórias institucionais seguidas pela Amazônia no que se refere às sua dinâmica produtiva e territorial.

Um dos problemas da abordagem dos mercados na capacidade de análise de fenômenos complexos como o desmatamento, neste sentido, como visto anteriormente, é o caráter estático que essa proposta de análise teórica possui como meio de observação do fenômeno desmatamento em si. Essa abordagem possui dificuldades, por isso, em incorporar mudanças estruturais, no processo de compreensão da evolução das trajetórias tecnológicas e institucionais em curso na região.

De outro modo, a abordagem neoclássica busca sempre compreender os fenômenos sociais a partir de um ponto de vista microeconômico, baseado fundamentalmente na noção de agentes representativos com padrão de racionalidade únicos, e sustentado por preceitos metodológicos que seguem o princípio do individualismo metodológico. O que representa uma rigidez na análise, tendo em vista a pouca capacidade de representação do universo de diversidade de agentes e estruturas que hoje compõem o ambiente institucional na Amazônia.

Aqui, a falta de uma noção de tempo histórico, dificulta a apreensão do fenômeno do desmatamento de forma mais profunda, e seguindo os preceitos da leitura dinâmica e da evolução da complexidade do sistema econômico vigente, o qual deve ser observado a partir de ferramentas de análise muito mais robustas.

O estudo do progresso, do crescimento e das mudanças de um padrão ou modelo de funcionamento das instituições, requer a incorporação de aspectos proeminentemente complexos e dinâmicos ao ambiente de análise (MOWERY; ROSENBERG, 2005; NELSON, 2006). Pois, segundo o cerne da abordagem institucionalista, os

acontecimentos de hoje podem ter influências por um longo período no futuro. Até por isso, Douglass North, sustenta que a história importa e que as instituições são as chaves para entender o curso dos acontecimentos hoje e no futuro (NORTH, 1990, 1991, 1994b). Outro ponto importante ressaltado é a necessidade da interação entre as diferentes dimensões de análise. Ao invés de dissociar os elementos econômicos das variáveis socioambientais, institucionais e tecnológicas. Sendo assim, o presente trabalho busca associar as análises históricas à noção de desequilíbrio, seguindo os passos metodológicos iniciais inspirados nas abordagens microeconômicas neoschumpeteriana.

Schumpeter encarou o problema da rigidez estática do sistema produtivo, mostrando que a inovação poderia ser compreendida como um mecanismo utilizado para alterar o equilíbrio do sistema e provocar transformações econômicas e sociais de longa duração. Isto é, Schumpeter e, posteriormente, os seus seguidores neoschumpeterianos relacionam a performance econômica com o processo de evolução das inovações e trajetórias tecnológicas que, por sua vez, possuem relação direta com a dinâmica de crescimento da economia e as possibilidades de transformação estrutural no processo produtivo como um todo (DOSI, 1982; NELSON; WINTER, 2006; SCHUMPETER, 1982).

No contexto em que existem inovações, haveria, portanto, a chance de transformações no sistema produtivo e/ou de repercussões sociais por meio de imitação e de investimentos que moldam as possibilidades econômicas no futuro. Em outras palavras, partindo de um estado hipotético de equilíbrio no sistema econômico, a ocorrência de inovação e suas trajetórias podem gerar uma série de novas alternativas produtivas – possibilidade de várias trajetórias tecnológicas – que competem umas com as outras e que produzem um processo de busca e seleção, que alimenta a formação de sistemas de interação (produção, cooperação e competição) bastante complexos, assim como um trajeto de evolução do sistema econômico potencialmente baseado em diversidade e multiplicidade de arranjos institucionais, com regras de interação bastante variadas (FIANI, 2011; NELSON, 2006).

Em uma análise puramente baseada na ideia estática de mercado em equilíbrio, as definições do resultado das disputas entre unidades produtivas ou trajetórias econômicas dependeriam, sobretudo, do balanceamento da oferta e demanda determinadas pelos preços e quantidades em determinada estrutura de mercado. Porém,

em uma análise realística e dinâmica, a incerteza cumpre um papel da maior relevância, o que nos força a inclusão de diversos e múltiplos outros atores no processo de decisão: como as agências reguladoras, os diferentes padrões de racionalidade dos agentes econômicos, assim como outros órgãos governamentais e não governamentais que junto com leis e outras institucionalidades necessitam ser consideradas para compor um estudo mais próximo da realidade e, dessa maneira, obter maior potência de explicação e capacidade preditiva para o funcionamento das sociedades mercantis atualmente em funcionamento, com base em diferentes modelos de arranjos institucionais na região Amazônica (ANDRADE, 2018; NELSON, 2006; ZELIZER, 1988).

Por isso, o presente trabalho incorpora, com base em Costa (2012; COSTA E Fernandes, 2016), as teorias da economia institucional e da sociologia econômica, em um contexto territorial e histórico específico: a Amazônia Oriental brasileira. A fim de observar o fenômeno do desmatamento como fruto de uma dinâmica estrutural e agrária que decorre de ações de agentes múltiplos movidos por interesses diversos, e que atuam dentro de uma institucionalidade – ou em diferentes modelos ou arranjos institucionais – mudando as regras do jogo do sistema com o fim de atingir seus objetivos estratégicos.

Na Amazônia, seguindo Costa (2012), observamos a existência de agentes ou grupos de agentes que atuam de maneira diversa para alcançar razões e objetivos diferentes, lançando mão de processos, técnicas e estratégias políticas distintas – o que resulta em trajetórias diferenciadas – e, por isso, que competem espacialmente no seu território específico de atuação. Situação que se aproxima da noção de evolução da dinâmica agrária, vista por uma perspectiva inspirada na noção de crescimento desequilibrado de Schumpeter e dos neoschumpeterianos.

No que se refere ao ambiente agrário, portanto, estas diferentes trajetórias podem seguir um processo consorciado à diversidade da natureza e do bioma amazônico, ou a um conjunto de ações deletérias. Sendo essas propostas as que serão mais detidamente estudadas nas seções a seguir em um contexto histórico e institucional específico da região.

Ocorre que a hipótese tratada nessa pesquisa de que o desmatamento tem como uma de suas causas estruturais a constituição e dinâmica de funcionamento do mercado de terras, precisa em algum grau está ligado à forma como conseguimos compreender a evolução das diferentes trajetórias tecnológicas que induzem a retirada da floresta,

incorporando instituições e instrumentos voltados para constituição de um mercado de terras “com mata” ou “sem mata”. Ambos atrelados à arranjos institucionais diferenciados, baseados na diversidade de ambientes territoriais aos quais o papel da pequena propriedade camponesa e dos arranjos orientados por grandes empreendimentos agropecuários, representam componentes da maior relevância para a compreensão da forma como o mercado de terra se institucionaliza, gerando maior ou menor pressão sobre a base florestal em determinado contexto histórico e territorial específico. A investigação segue relacionando os aspectos que auxiliam no fortalecimento do desmatamento, a saber, a dinâmica agrária, as trajetórias tecnológicas e o papel das instituições.

5.1 Dinâmica Agrária, Trajetórias Tecnológicas e as Novas Perspectivas de Leitura sobre o Papel das Instituições e os Processos de Desenvolvimento da Amazônia no século XX

Como visto anteriormente, até a primeira metade do século XX, a Amazônia detinha essencialmente uma estrutura social que consorciava as atividades produtivas e a manutenção da floresta, de modo que as atividades econômicas não comprometiam a resiliência do bioma amazônico (COSTA, 2012c; LOUREIRO, 1992). Tal posicionamento era sustentado por um grande volume de terras sobre uso comum, sem títulos de propriedade, livres de disputas e conflitos, mesmo com irregulares e um forte movimento de imigrações para a região em determinados períodos (LOUREIRO, 1992; LOUREIRO; PINTO, 2005). A respeito da forma de vida existente na região, Loureiro e Pinto (2005) descrevem que:

Os moradores da região consideravam a terra como parte indissociável de suas existências, tendo habilitado nelas por gerações seguidas, sem se terem jamais questionado sobre a existência de donos mais legítimos que eles próprios.

O problema da sobrevivência na Amazônia na maior parte da história foi solucionado através da associação entre a sociedade, economia e o bioma amazônico em um tipo de ligação criada secularmente e concebida por uma ordem espontânea capaz de criar regras e tecnologia que, por séculos, possibilitou a reprodução da vida e manteve a floresta em pé (COSTA, 2012c; LOUREIRO, 1992).

O estilo de vida “tradicional” na Amazônia relaciona as ações econômicas ligadas ao aproveitamento dos recursos naturais, e se assemelha, em grande parte, ao

que se poderia chamar hoje em dia de princípios fundamentais do ideal de um projeto de desenvolvimento sustentável. Pois, garantiu a sobrevivência das gerações atuais por meio de regras, tecnologias e atividades produtivas conservando o meio ambiente, sem comprometer os recursos naturais para as gerações futuras (COSTA, 2012c; LOUREIRO, 1992; PANDOLFO, 1994; RIBEIRO, 2006).

Cabe ressaltar que mesmo as intervenções governamentais, como as instauradas no século XVIII, para incentivar as atividades agropecuárias em detrimento das drogas do sertão, ou a migração de pessoas para extração da borracha (entre o século XIX e a primeira parte do século XX), foram insuficientes para comprometer de maneira decisiva a paisagem amazônica, ainda que tais medidas tenham auxiliado na formação histórica do ambiente institucional e na formação de diferentes arranjos institucionais locais (COSTA, 2012c).

Adicionalmente, é preciso assumir, que as mudanças decisivas com reflexos evidentes na estrutura de vida, bioma e na paisagem da região, foram pavimentados por meio das instituições e dos mecanismos institucionais, os quais passaram a gerar profundas transformações no processo de evolução histórico que passaram a ocorrer de modo determinante a partir da década de 1960.

As mudanças institucionais ocorridas na Amazônia durante esse período, mexeriam drasticamente na estrutura social e nos arranjos institucionais existentes anteriormente na região. A formação de diferentes territórios, neste sentido, foi um dos principais resultados gerados, culminando em alterações na paisagem regional, com impactos significativos na quantidade de atividades econômicas e na gestão dos recursos naturais.

Tais modificações, quando aplicados ao caso específico da Amazônia Oriental Brasileira, e, , por tabela, à região que sofreria maior impacto em relação ao processo de evolução da fronteira agropecuária e de exploração de recursos naturais, tiveram consequências bastante visíveis no longo prazo.

Como salientado anteriormente, na segunda metade do século XX, o governo brasileiro estabeleceu uma relevante mudança institucional criando, podemos assim dizer, o desmatamento como uma instituição que assegurava à posse da terra, além de uma série de mecanismos que auxiliariam no desflorestamento: como crédito subsidiado, renúncia fiscal e incentivos a migração de pessoas para aumentar o contingente brasileiro na região. Ampliar a base produtiva e facilitar a logística entre a

Amazônia e as demais áreas do país (ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 2002; MELLO, 2006; NEPSTAD et al., 2014; RIBEIRO, 2006).

Em suma, o Estado definiu uma política macro que mexeria em toda a matriz institucional através de diversos mecanismos que ampliariam a produção de *commodities* agropecuárias em detrimento às atividades com reduzido impacto ambiental como as coletoras e o agroextrativismo vegetal. O resultado foi o aprofundamento das diversidades institucionais e dos modelos de arranjos institucionais com reflexo no surgimento de trajetórias produtivas e tecnológicas novas, no fortalecimento e/ou refluxo de outras estabelecidas e adaptadas de maneira mais sólida e antigas na região (COSTA, 2012b).

5.1.1 A Dinâmica Agrária na Amazônia Vista a partir da Noção de Trajetórias Tecnológicas

O termo tecnologia se refere à aplicação prática dos conhecimentos e habilidades para viabilizar a transformação de insumos em produtos e serviços (DOSI, 1982; KIM, 2005; MOWERY; ROSENBERG, 2005). Paralelamente, a tecnologia está ligada a mudanças, melhorias e inovações nos produtos e processos com variados objetivos, como a redução de custos e a ampliação do mercado. Dosi (1982) relaciona os procedimentos e a natureza da tecnologia à ciência. Dessa forma, ele sugere que existam conexões entre a noção de paradigmas tecnológicos e paradigmas científicos. Assim, quando uma tecnologia é amplamente disseminada, isto é, o que socialmente se faz é replicar ou copiar o padrão. De modo oposto, ao incrementar uma mudança tecnológica há uma quebra de paradigma.

As mudanças tecnológicas seguem dois caminhos: um das discontinuidades e outro das continuidades. Enquanto as discontinuidades estão ligadas ao surgimento, de um novo padrão; as continuidades das alterações das tecnologias estão associadas ao progresso ao longo de uma trajetória tecnológica que é definida por um paradigma tecnológico (DOSI, 1982). Ocorre que, por esse último, caracterizado pelo processo inovativo unidirecional possui “o mercado” como propulsor principal, ao passo que as discontinuidades explicam melhor o aparecimento de novos padrões de tecnologia (DOSI, 1982; ULHØI; GATTIKER, 2000).

Dosi (1982) define um paradigma tecnológico como um conjunto de procedimentos para a solução de problemas tecnológicos “relevantes” e de

conhecimentos específicos necessários para a solução. De acordo com Dosi (1982) e Costa (2012c) a origem dos novos padrões tecnológicos provém da interação entre avanços científicos, fatores econômicos, variáveis institucionais.

Na prática, o surgimento de novos paradigmas tecnológicos depende do contexto socioeconômico, político e ambiental em que determinados problemas são superados. Ulhoi e Gattiker (2000) colocam que

Os conceitos de paradigmas tecnológicos e trajetórias tecnológicas estão intimamente interligados, ambos focados em prescrições estratégicas e normativas para a direção que a mudança tecnológica deve tomar e as opções tecnológicas que devem ser rejeitadas (ULHØI; GATTIKER, 2000).

Segue que cada paradigma tecnológico influencia fortemente o seu próprio progresso. Dessa maneira, uma trajetória tecnológica indica a direção do progresso dentro de um determinado paradigma tecnológico (ULHØI; GATTIKER, 2000). Costa (2012c, p. 115) caracteriza o paradigma tecnológico:

- a) Detém noção de progresso;
- b) Um conjunto de procedimentos para resolver problemas, ao lado da possibilidade de organização e reprodução social;
- c) Resultado de mecanismos de seleção associados às dimensões política, cultural, social, econômica e científica.

Como foi apresentado ao longo desse trabalho, o estilo de vida da população amazônica possui uma íntima relação com a floresta e os rios, assim, as atividades econômicas e tecnologias para dar suporte a produção regional são, historicamente, vinculadas a Natureza da região. Posto de outro modo, na Amazônia, secularmente, as trajetórias tecnológicas seguiram as soluções propostas em uma relação de interação dos agentes econômicos às condições do bioma local, em um dado contexto político, social, institucional e cultural.

Dessa forma, os paradigmas tecnológicos que imperam no campo da produção agropecuária e extrativista na Amazônia, pelo menos até a primeira metade do século XX, seguia um parâmetro e trajetória institucional que tinha como estratégia o aproveitamento dos recursos naturais regionais, ou seja, um modelo de combinação diversa entre agricultura e extrativismo de maneira a gerar eficiência (COSTA, 2012).

Esse modelo é teoricamente justificado pela NSE e pela NEI, dado os objetivos dos agentes amazônicos que tradicionalmente possuem um comportamento afastado da racionalidade neoclássica, mas, muito próximo dos elementos culturais, sociais e institucionais que foram historicamente constituídos.

O objetivo dos tradicionais habitantes da Amazônia nesse período era sobrevivência e a reprodução familiar, também, expresso na manutenção do estilo de vida. O que é um problema quando se observa certos impasses como a necessidade de ampliação da produção de certas *commodities* como foi o caso da borracha que teve declínio da produção mesmo com o aumento dos preços, como foi mostrado por Costa (2012b, p. 67) e ao longo deste trabalho. Outro exemplo decorre da própria devastação da floresta para produção de madeira e áreas de pasto e plantio que teve a viabilidade, na segunda parte do século XX, por pessoas de fora da Amazônia que detinham outra lógica na relação da vida e da Natureza.

As intervenções governamentais no arranjo amazônico, principalmente, a partir de 1964, fizeram com que a região ganhasse opções de atividades econômicas com a produção de *commodities*: madeireira, a pecuária e os grãos. Em paralelo, o Estado acabou criando novas institucionalidades e trajetórias tecnológicas, até então inexistentes ou pouco desenvolvidas na região, que tradicionalmente detêm atividades ligadas à silvicultura, reduzidas lavouras e criação de animais com o intuito principal de obter a sobrevivência e reprodução familiar, tendo como efeito particular o contexto ecológico e a cultura como elemento decisivo (COSTA, 2012c).

Essas novas trajetórias tecnológicas ao mesmo tempo em que ampliam a possibilidade de produção representaram concorrência às trajetórias já existentes e resultados com efeitos diferentes das atividades tradicionais. Como é o caso do desmatamento, oriundo da necessidade de suprimir áreas de florestas para produção das *commodities* agrárias e surgimento de uma nova dinâmica agrária na Amazônia. O que conduz a questão da dinâmica agrária amazônica escolher entre as trajetórias tecnológicas que desmatam e as que mantêm a floresta (COSTA; FERNANDES, 2016).

As trajetórias tecnológicas amazônicas foram estudadas por Costa (2012c) que aponta a existência – com base na análise dos dados do censo agropecuário de 1995 e 2006 – de sete trajetórias que o autor nomeia e caracteriza da seguinte forma:

- Trajectoria Camponesa T1: Intensificação agrícola com componente da pecuária leiteira, originada nos anos 1980 no Pará e em Rondônia. Foi constituída após a desmobilização dos seringais no território paraense e das colonizações dirigidas a partir das reformas agrárias em Rondônia e no Sudeste do Pará.
- Trajectoria Camponesa T2: É fundamentada na exploração agroflorestal com a constituição de uma economia mista com vista na produção de bens e serviços do bioma, incrementada pelo manejo florestal, agricultura e aquicultura. Essa é a de origem mais remota, provavelmente, surgida a partir da segunda metade do século XVIII, nas regiões Norte, Sul e Sudoeste amazonense, assim como Médio Amazonas; no Nordeste e regiões das ilhas do Pará; no Vale do Acre; nas décadas de 1960 e 1970 no Sudeste e Sudoeste paraense, em razão das estratégias de regeneração de áreas agrícolas.
- Trajectoria Camponesa T3: Com o foco na pecuária de corte tem o embrião na criação de animais na várzea nas regiões de colonização antigas como na T2, como no Vale do Acre; Sudeste paraense; Centro, Sul e Sudoeste amazonense e baixo Amazonas.
- Trajectoria Patronal T4: Caracterizada pela pecuária de corte e beneficiada pelos incentivos fiscais da SUDAM. A origem dessa trajetória remete as décadas de 1960 e 1970 como resultado das políticas de desenvolvimento agrícola. Segue a lógica: exploração de produtos madeireiros, culturas temporárias, pecuária de corte. Sendo ponto focal a pecuária de corte que reinicia o ciclo.
- Trajectoria Patronal T5: Ligada a agricultura permanente com reduzido impacto na degradação florestal, nas emissões de CO₂ e, portanto, compatível com desenvolvimento sustentável e teve crescimento entre o final dos anos 1990 e início de 2000. Porém, essa trajetória assume características de plantation, possuindo lastro histórico as tentativas de incutir grandes produções de commodities regionais, como foi a experiência de Ford com o plantio de seringais. Soma-se a essa trajetória os empreendimentos avicultores. A T5 possui relevância na Região Metropolitana de Belém, no Nordeste e Sudeste paraense, no Sul do Amapá, no Centro do Amazonas e Leste de Rondônia.
- Trajectoria Patronal T6: Possui gênese na década de 1960 através de empresas que objetivavam os incentivos ao reflorestamento e a silvicultura. Assim, a formação de área degradada é nula e o lançamento de carbono é negativo. Há ocorrências no Sul amapaense e Baixo Amazonas (Pará).

- Trajetória Patronal T7: Predominância das culturas temporárias, especialmente da soja, essa trajetória teve crescimento disseminado na região principalmente com o aumento da demanda chinesa no início do século XXI, tendo advindo com a expansão das lavouras do Norte do Mato Grosso em direção ao Tocantins e o Pará.

Notadamente, as trajetórias possuem conformações históricas e institucionais organizadas em determinadas áreas, atendendo à objetivos de certos agentes que a cada momento detêm uma estrutura de incentivos que respaldam as ações cujos resultados, nos seus extremos, podem ser a reprodução da vida com base em uma estrutura e modelo de ação econômica baseado no padrão de racionalidade camponesa, ou com base num padrão de racionalidade econômica de tipo patronal e/ou empresarial. Em quaisquer dos casos as ideias e objetivos direcionam as ações dos agentes (*players*) em um contexto de produção e reprodução onde os diferentes padrões de racionalidade dos agentes econômicos se combinam com as condições tecnológicas e forma de interação técnica do padrão de atividade econômica com o bioma da regional. Nesse sentido, entender as motivações é fator importante para a compreensão das ações e dos resultados do processo de evolução da dinâmica agrária na Amazônia.

5.1.2 Instituições, Trajetórias Tecnológicas e Dinâmica Agrária na Amazônia

O aparecimento de novas trajetórias tecnológicas é o resultado de um longo processo de transformações institucionais, tecnológicas, demográficas e políticas na Amazônia ocorridas, sobretudo, a partir da década de 1960. Até então, as aproximações dos mercados internacionais haviam tido pouca eficiência na transformação do território amazônico e em alterar a dinâmica agrária estabelecida na região secularmente, em um estilo de vida intimamente relacionado com a Natureza que resulta em um regime de partilha dos recursos comuns, o qual manteve a floresta em pé como principal ativo econômico (COSTA, 2012c, 2012b; OSTROM, 1990).

Antes é preciso entender que o arranjo institucional, ou estrutura de governança, sustentado pela NEI é um conjunto de regras que definem as formas dos agentes cooperarem ou competirem (NORTH, 1990; WILLIAMSON, 1996). O sucesso de um arranjo depende dos resultados alcançados pelos agentes que podem manter ou alterar as regras para obter maiores ganhos em cada partida (Objetivo – Ação – Resultado – Objetivo).

Nesse sentido, frente a um problema no arranjo, os agentes procuraram meios de alterar as regras, para superar as questões que travam a obtenção dos ganhos. Ao longo das obras de North, ele informa sobre a formação espontânea de institucionalidades que geram resultados sociais positivos. Porém, o autor salienta que apenas o Estado possui força suficiente para alterar a estrutura de incentivos e, portanto, a matriz institucional para conduzir ao progresso e a evolução histórica daquele arranjo institucional (NORTH, 2003, 1990; NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009). Em outras palavras, o objetivo do desenvolvimento apenas é alcançado mediante às ações estatais e da forma como o regime de incentivos orienta a atuação dos agentes econômicos.

O sentido de desenvolvimento aplicado por North e outros autores institucionalistas da NEI acorrentam o termo a organização social e econômica pró-mercado, movimento similar às explicações neoclássicas. Na prática, o desenvolvimento promulgado pelos novos institucionalistas advoga pela organização eficiente dos mercados, isto é, redução dos custos de transação.

Neste contexto, podemos dizer que foi na segunda metade do século passado, que o governo brasileiro teria agido de modo a aumentar a eficiência do mercado agrícola e agropecuário na Amazônia, com o objetivo de ampliar e melhorar a produção e distribuição *commodities* produzidas na região.

Para atingir o objetivo foi preciso criar uma forte estrutura de incentivos, com disponibilidade de recursos financeiros, logísticos e de comunicações, além da existência de um mercado mundial e oferecimento do direito de propriedade de terras aos produtores de *commodities* (ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 2002; COSTA, 2012a; COSTA; FERNANDES, 2016). Foi preciso estabelecer novas institucionalidades capazes de oferecer vantagens aos produtores para alterar a dinâmica agrária e de produção agroextrativista já característico da Amazônia (borracha, cacau, castanha, etc).

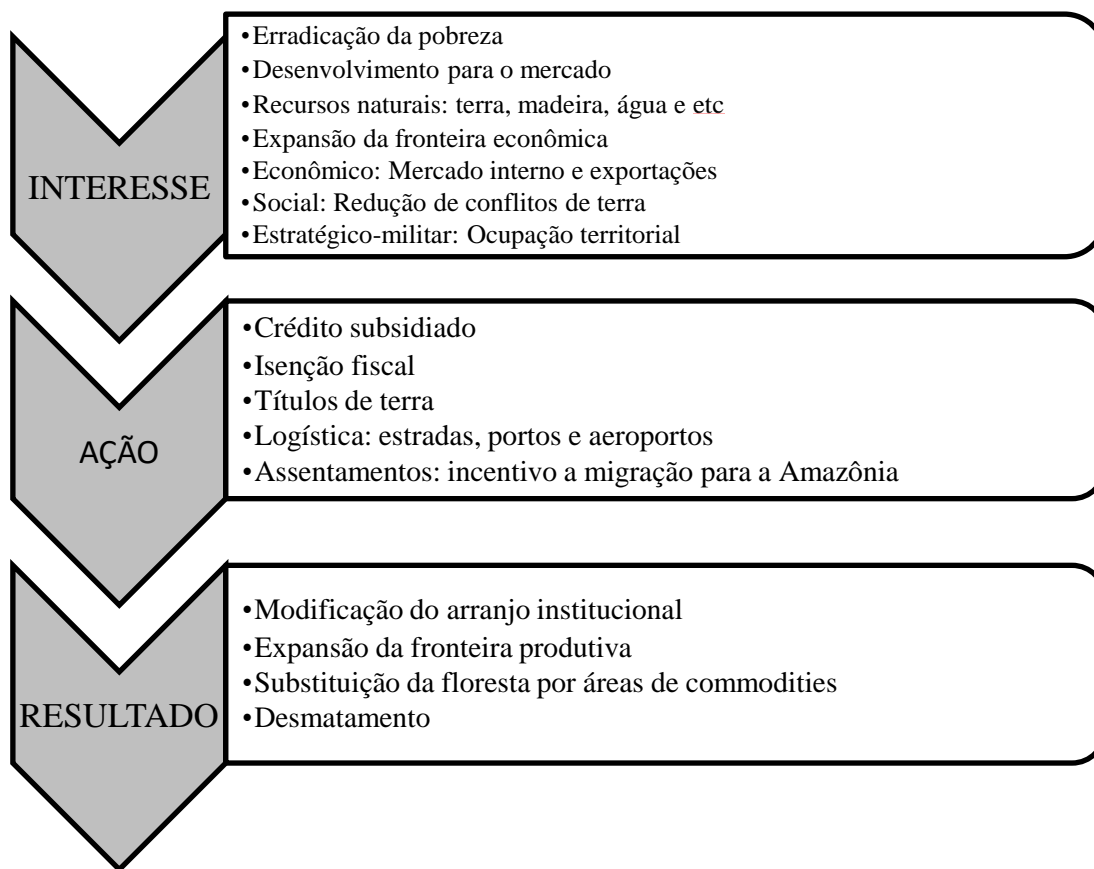
5.2 A Dinâmica Agrária, Questões Estruturais e as Causas do Desmatamento na Amazônia

A dinâmica agrária e territorial da Amazônia é suscetível às demandas nacionais e internacionais, as quais desde a segunda metade do século passado, tem resultado em um acelerado empobrecimento das florestas nativas ou mesmo a substituição destas pela formação de pastos e terras agricultáveis (NEPSTAD; STICKLER; ALMEIDA, 2006).

Com base nos trabalhos de Fearnside (2002, 2008), Loureiro e Pinto (2005), Melo (2006) constituímos a Figura 1, a qual ilustra três etapas do processo econômico que norteiam os agentes econômicos e o Estado na Amazônia desde os anos 1960, desde o interesse ou diagnóstico, perpassando ações para o alcance do interesse, até alguns dos resultados das ações.

Pela Figura 1, o interesse é fundamentado em problemas a serem tratados ou objetivos a serem alcançados, assim, há a erradicação do que se diagnostica como pobreza. Que representa, sobretudo, a procura pela superação da economia de subsistência ou baseada em extrativismo vegetal, bem como a migração dessa para o desenvolvimento de uma economia voltada ao mercado e ao aproveitamento dos abundantes recursos naturais amazônicos (como minério, água, madeira e terra); expansão da fronteira econômica (esse objetivo mais voltado para transformação do território amazônico em uma área atraente para o capital especulativo); o componente mercadológico é voltado para as possibilidades de lucros e o atendimentos das demandas dos mercados internos e externos; social: tem a ver com os conflitos por terras em outras regiões que seriam diminuídos com a migração de parte da população para a Amazônia; e o interesse estratégico militar que era o maior adensamento populacional da região com um contingente populacional brasileiro.

Figura 1 – Interesse, Ações e Resultados da Política de Terras



Fonte: Elaboração própria.

As ações destacadas na Figura 1 se remetem aos mecanismos usados para alcançar os objetivos, nesse caso o crédito subsidiado e as isenções fiscais foram fundamentais para que o grande capital adentrasse na Amazônia; assim como os títulos de terra que asseguravam o uso da terra teria segurança institucional; a constituição de assentamentos de terra constitui um passo relevante à migração de contingentes populacionais de outras regiões para o Norte do país; o investimento em logística, também, é um fator fundamental para assegurar que a produção seja viável e atinja os mercados consumidores.

Os resultados dos interesses e mecanismos foi, principalmente, a reconfiguração do território ou do arranjo institucional amazônico; a expansão da fronteira produtiva brasileira para a Amazônia cujo resultado é a substituição de áreas de floresta por produção de *commodities*: madeira, gado e grãos; e, ao menos, o desmatamento como externalidades negativa.

Buscando apresentar a trajetória tecnológica como um conceito operacional, Costa (2012b, p. 133) aponta que o “paradigma tecnológico agropecuário” que pressupõe a transformação da Natureza originária. Muito dessa visão de mundo incute, em tal processo, a noção de progresso, em detrimento ao “paradigma tecnológico extrativista”. Costa, ainda, ressalta que os critérios privados nas disputas entre as trajetórias podem ocasionar em resultados sociais ruins. Visto que há diferenças significativas entre os ganhos privados (receitas e lucros), balizados pela noção de progresso e modernidade, em relação ao conjunto da sociedade marcada por relações históricas, culturais e de sustentabilidade.

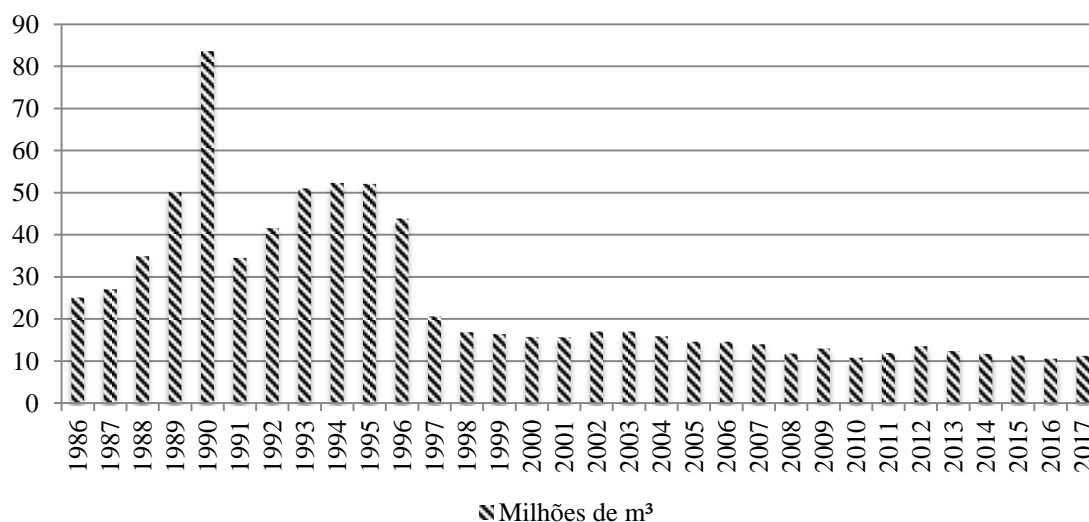
As trajetórias agropecuárias se tiveram os fundamentos em uma matriz de incentivos que privilegiava a supressão da Natureza e as instituições pró-mercado. Nesse sentido, essas trajetórias tecnológicas passaram a dar condições para uma estrutura de mercado que unisse a demanda de *commodities* à oferta desses produtos oriundos do território amazônico, entre os quais se destacam a produção de madeira, de carne de gado e grãos, como milho e soja. Assim, a continuidade dessa seção segue analisando a conversão dos recursos naturais em produtos para o mercado.

A madeira em tora³ é, historicamente, um dos artigos mais valiosos da Amazônia devido à grande demanda nacional e estrangeira por madeira de alta qualidade que chega ao mercado como uma *commodity*. Ainda que se trate de unidades amplamente distribuídas pela região amazônica, a existência dessas árvores possui forte participação da organização do bioma (CHAKRAVARTY et al., 2012; Van Solingue, 2010). O Gráfico 3 apresenta a quantidade de extraída de madeira em tora da Amazônia Legal⁴, em milhões de metros cúbicos, entre os anos de 1986 e 2017. É verificado que nos primeiros anos da série, até 1996, os volumes são bem superiores aos dos anos seguintes quando os volumes extraídos ficaram abaixo de 21 milhões de m³.

³ De acordo com o IBGE é o tronco de árvore de espécies nativas cortado em toras roliças com casca, serrado nas extremidades e utilizado para fabricação de móveis, obras de marcenaria e etc. Adicionalmente, são descartadas nessa contagem as madeiras de espécies plantadas.

⁴ Amazônia Legal conta com os estados da Região Norte e do Maranhão e do Mato Grosso.

Gráfico 3 – Quantidade produzida de Madeira em tora (milhões de m³) – nos Estados da Amazônia Legal.

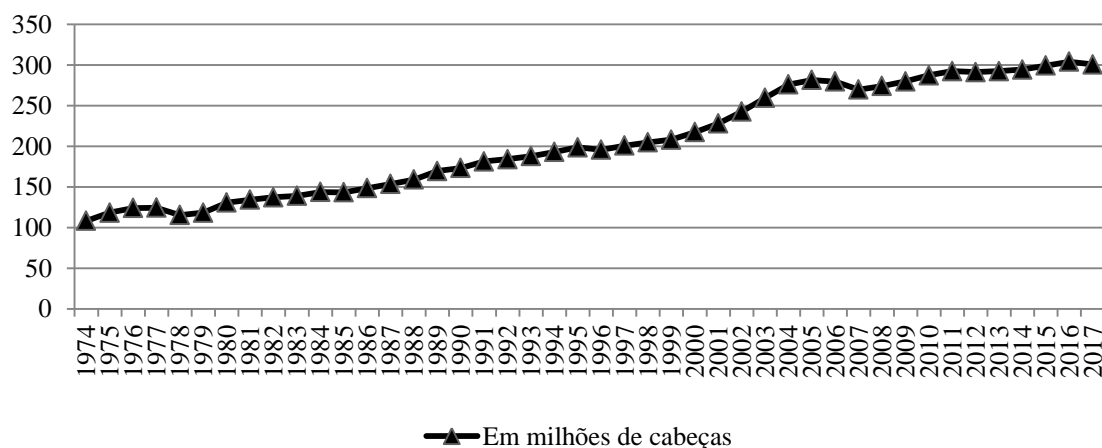


Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

Elaboração Própria.

Para além da produção de madeira em tora, uma parte significativa do desflorestamento é uma transformação ou preparação da terra para a produção bovina, sendo o gado é um dos principais produtos da Amazônia com mercados internos e externos, além de ser visto em muitas oportunidades como uma poupança, ao mesmo tempo em que assegura o uso da terra (FREITAS; RIVAS, 2014). O Gráfico 4 apresenta a evolução da produção bovina a partir de 1974, em milhões de cabeças.

Gráfico 4 – Produção Bovina (Milhões de cabeças) – Amazônia Legal (1974-2017)

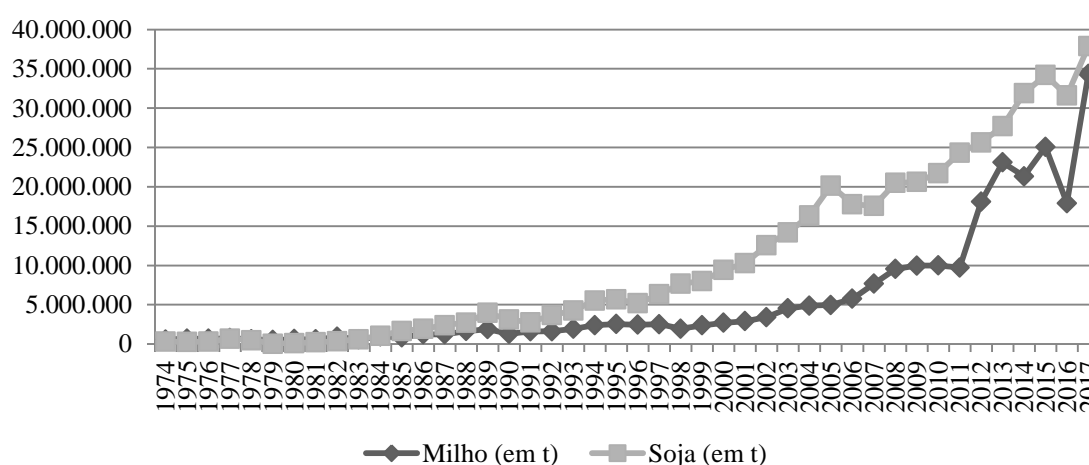


Fonte: Produção Pecuária Municipal (PPM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

Elaboração Própria.

A produção de gado na Amazônia seguiu uma tendência de crescimento quase linear, entre 1974 e 1986 os valores alcançados variaram entre 100 e 148 milhões de cabeças, a partir de 1987 o volume ultrapassou 150 milhões, em 1998 os valores extrapolou mais de 200 milhões, em 2003 o número de bovinos excedeu 250 milhões e passou de mais de 300 milhões de cabeças nos dois últimos períodos da série. Outra trajetória ligada a agropecuária é a produção de grãos. O Gráfico 5 traz a produção de milho e soja, em toneladas, na Amazônia, entre 1974 e 2017.

Gráfico 5 – Produção de Milho e Soja na Amazônia Legal (em toneladas) entre 1974 e 2017



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

Elaboração Própria.

Pelo Gráfico 5 é observado que entre 1974 e 1993 os dois produtos apresentavam quantidades produzidas inferiores a cinco milhões de toneladas. Em 1994 a soja inicia um comportamento de crescimento vigoroso que seguirá contínuo até 2005 quando esse grão ultrapassa a marca de 20 milhões de toneladas, após dois anos de resultados mais baixos, em a produção sojeira ampliou os patamares de produção excedendo a quantidade de 25 milhões de toneladas em 2012 e de 30 milhões em 2015. O milho percorreu uma trajetória mais equilibrada entre 1974 e 2005, até então a produção ficou aquém de cinco milhões de toneladas. Todavia, entre 2006 e 2012 a trajetória desse produto superou a barreira dos 10 milhões em 2012, de 20 milhões em 2013 e de 30 milhões em 2017.

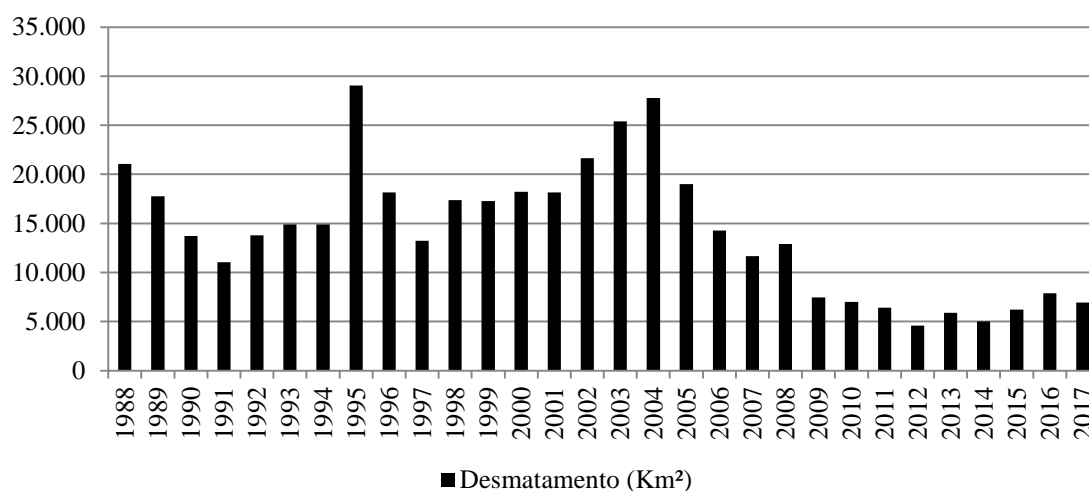
De maneira macroeconômica as condições iniciais é preciso ressaltar o papel das interconexões entre a produção de *commodities*, em especial, de grãos e a de gado com o desmatamento. Por outro lado, as condições microeconômicas iniciais dessa análise é que existe uma demanda por madeira, gado e grãos. A oferta desses produtos depende de certas condições, tais como a disponibilidade de fatores de produção, os quais foram obtidos com os incentivos governamentais como já mencionados ao longo desse trabalho.

Segue que as relações de oferta e demanda de cada produto acabam por constituir um arranjo, ou seja, um mercado com características peculiares com variantes territoriais, as quais serão mais bem exploradas mais a frente, com o estudo das trajetórias. Entretanto, esses mercados usam estruturas comuns como estradas, portos e até atuam em áreas próximas, ao passo que podem constituir certa interdependência.

A possibilidade de relações econômicas interdependentes entre as produções de *commodities* explica como uma atividade como a madeireira abre caminho para produção de pastos e criação de gado, ao passo que esta última possibilita a entrada da soja sendo que a expansão da sojicultura “empurra” o gado para outras regiões, um movimento que, indiretamente, estimula o desmatamento (NEPSTAD; STICKLER; ALMEIDA, 2006; RUDORFF et al., 2011; SOLER; VERBURG; ALVES, 2014).

O fenômeno do desmatamento é quantitativamente apresentado no Gráfico 6, o qual mostra, em quilômetros quadrados, o desflorestamento na Amazônia Legal entre 1988 e 2017.

Gráfico 6 – Desmatamento na Amazônia Legal – 1988 e 2017 (em Km²)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 6, de maneira descritiva, após o primeiro ano, o desmatamento possui tendências de declínio nos primeiros períodos, posteriormente houve elevação a partir de 1992 até 1995 (ano de pico), seguido por dois anos de declínio e incremento no desflorestamento entre 1998 e 2004. Entre 2005 e 2012 as taxas foram reduzidas obtendo aumentos nos anos seguintes. Verificamos ciclos nas taxas de desmatamento, assim, como um achatamento das taxas a partir de 2004.

Como já foram sinalizadas, as relações entre a produção de *commodities* (madeira, gado e grãos) com o desmatamento possui forte respaldo acadêmico. Porém, essa posição apenas apresenta de maneira superficial ou pode ser vista com um resultado de um conjunto complexo de ações orientadas com o objetivo de atender a interesses econômicos, mas que ganham respaldo institucional e histórico com a organização de um mercado de terras que operaria no sentido de permitir a expansão dessas atividades produtivas, mas que, em si, já representa um processo de estímulo ao avanço do desmatamento na região.

Nesse contexto, o desmatamento vira uma instituição que a segura a propriedade da terra e a valoriza enquanto um ativo econômico a ser utilizado como fator produtivo e em quanto um meio de especulação. De modo que a terra desflorestada, vale mais do que a florestada. O que ressalta ainda mais a relação com as práticas modernizadoras atreladas as trajetórias agropecuárias. Bem como explica a expansão do desmatamento sem necessariamente contar com respaldo produtivo.

Ocorre que, como foi apontada anteriormente, a “fabricação de terras”, em algum grau, conta com o aparato das trajetórias tecnológicas que competem entre si. Costa (2010a, 2012c) e Costa e Fernandes (2016) mostram a existência de sete trajetórias na Amazônia que englobam dois grandes grupos: Trajetórias Tecnológicas Camponesas e Trajetórias Tecnológicas Patronais, as quais conjugam atores, institucionalidades e estruturas produtivas que direcionam o aproveitamento dos fatores de produção: terra, trabalho, capital físico e financeiro.

De maneira clara as trajetórias camponesas apresentam-se mais diversas e adaptadas às condições ambientais da Amazônia. Ao passo que as trajetórias patronais tendem a dedicar-se a uma única atividade, o que revela um elevado grau de especialização produtiva, somado a necessidade de homogeneização do território implicando na conversão das áreas florestadas em pasto ou campos agricultáveis. A partir do trabalho de Costa e Fernandes (2016), o Quadro 4 apresenta as sete trajetórias

particionadas entre os grupos de Camponeses e Patronais para a região da Amazônia Legal por número de estabelecimentos e tamanho médio; além da porcentagem das principais atividades e tamanho da terra.

Quadro 4 – Trajetórias Tecnológicas e Estabelecimentos na Amazônia a Partir do Uso da Terra (1995 e 2006)

Estabelecimentos e Uso da Terra	Trajetórias Camponesas			Trajetórias Patronais			
	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7
Censo de 1995							
Estabelecimentos	171.292	130.593	109.405	27.831	4.444	3	-
Tamanho médio (ha)	54	23	62	1.196	473	413.682	-
Pecuária Leite	39%	6%	19%	32%	4%	0%	-
Pecuária Corte	13%	2%	12%	70%	3%	0%	-
Ext. Não-Mad.	20%	60%	12%	6%	1%	0%	-
Ext. Madeira	46%	23%	4%	25%	2%	0%	-
Silvicultura	1%	1%	0%	1%	0%	97%	-
Cult. Perm.	49%	22%	11%	6%	11%	0%	-
Cult. Temp.	31%	23%	32%	13%	1%	0%	-
Total de terras	17%	5%	12%	60%	4%	2%	-
Censo de 2006							
Estabelecimentos	69.568	156.728	203.544	10.115	989	1.901	1.770
Tamanho médio	66	44	104	1.251	1.850	2.247	2.337
Pecuária Leite	7%	9%	72%	9%	0%	1%	1%
Pecuária Corte	5%	6%	41%	34%	4%	5%	4%
Ext. Não-Mad.	5%	90%	4%	1%	0%	1%	0%
Ext. Madeira	3%	82%	8%	0%	5%	1%	1%
Silvicultura	4%	37%	19%	2%	1%	35%	0%
Cult. Perm.	26%	42%	26%	1%	4%	0%	0%
Cult. Temp.	26%	35%	21%	5%	1%	0%	11%
Total de terras	8%	12%	38%	23%	3%	8%	7%

Fonte: Costa e Fernandes (2016)

_____ Como foi salientado nesse trabalho, uma parcela relevante da dinâmica agrária na Amazônia está ligada aos incentivos fundiários e creditícios que ganharam impulso pelas características de certas trajetórias que permitem o desenvolvimento de atividades que tem como foco a produção de commodities, com destaque para o gado que além ocupar a terra desmatada, ainda, pode desempenhar o papel de “poupança” do pecuarista, de modo que é de se esperar que as trajetórias patronais se fundamentassem na produção bovina para organização de um arranjo produtivo mais complexo.

Assim, é notório como mostra com o Quadro 4, no censo de 1995, a T4 está ligada justamente a produção de gado de corte em regiões a parte ocidental do Tocantins e o Sudeste do Pará. Os dados dão conta que essa trajetória detinha 60% das terras, tendo apenas 27.831 estabelecimentos e registrando 70% das instalações de gado de corte. No censo seguinte essa trajetória apresentou significativa diminuição do espaço ocupado, declinando para 23%, bem como um declínio no número de estabelecimentos para 10.115, uma variação negativa superior a 60%.

Deriva desse comportamento que entre os censos que outras trajetórias passaram a ocupar o espaço da T4 tanto do lado de algumas trajetórias empresariais quanto camponesas. Notadamente, a partir do censo de 2006, se verifica a emergência da T7, que traz consigo a produção de grãos, em especial, de milho e soja; e a T6 que traz a questão do reflorestamento empresarial. Ao que se refere à transferência de terras da T4 para as trajetórias camponesas Costa e Fernandes (2016) assinalam que essa migração de terras ocorreu por via de reforma agrária, ainda que atendendo a produção de gado camponesa (T1 e T3), o que explica o contínuo crescimento da criação bovina na região. Tal dinâmica pode ser visualizada na Tabela 4, a qual trata das regiões Ocidental do Tocantins e Sudeste Paraense em 1995 e 2006.

Tabela 4 – Dinâmica de Concorrência de Trajetória nos Territórios T4 – Valor Bruto da Produção (1995 e 2006)

Regiões	Trajetórias	1995	2006%
Ocidental do Tocantins	T3	20%	46%
	T4	77%	39%
	Outras	3%	15%
Sudeste Paraense	T3	17%	32%
	T4	50%	39%
	Outras	33%	31%

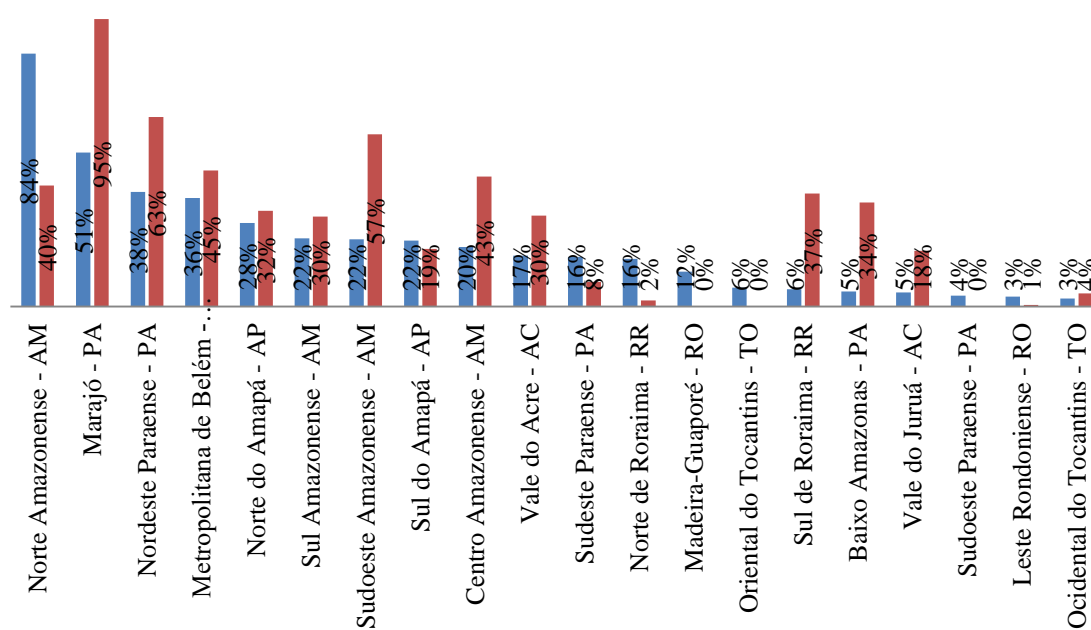
Fonte: Costa e Fernandes (2016)

A Tabela 5 destaca o valor bruto da produção das trajetórias T3 e T4 que mesmo estando inseridas, respectivamente, no conjunto camponês e patronal, ambas lidam com gado e apresentam comportamentos contrapostos, visto que parte das perdas de participação de T4 são absorvidas por T3 tanto na região Ocidental Tocantins, quanto na do Sudeste Paraense.

Em que pese à relevância econômica da produção de *commodities*, bem como os impactos das mudanças das trajetórias tecnológicas nos variados territórios amazônicos ao longo dos anos, o desmatamento é um fenômeno atrelado à substituição da floresta por áreas para atividades agropecuárias. Contraponto a essa “ordem” a T2 vem apresentando substanciais incrementos possibilitando novas oportunidades de negócios dentro de um contexto sustentável.

Costa e Fernandes (2016) salientam que a T2 e seus arranjos são de origem que remontam o século XVIII. Essa trajetória se fez por meio do manejo florestal, agricultura e aquicultura, ainda é relevante ressaltar que essa trajetória está relacionada a terra compartilhada – recursos comuns. Como mostra o Quadro 5, entre os censos de 1995 e 2006, o número de estabelecimentos saltou de 130.593 para 156.728; o total de terra foi ampliado de 5% para 12%. Soma-se ainda que o valor bruto de todas as produções ganharam incremento na comparação entre os censos, o que pode ser observado de maneira agregada pelo Gráfico 7.

Gráfico 7 – Evolução da importância da T2 nas mesorregiões entre 1995 e 2006 (% da T2 no total do VBP)



Fonte: Costa e Fernandes (2016).

Pelo Gráfico 7, é verificado que das 20 mesorregiões analisadas 12 apresentaram incremento de valor bruto da produção de produtos ligados a T2. Deriva desse panorama geral que as trajetórias patronais e camponesas concorrem no espaço amazônico. A evolução de cada trajetória está atrelada aos fatores produtivos, as instituições, as restrições e as matrizes de incentivo.

Segue que as trajetórias patronais tem por característica a necessidade de transformar o território, o que, naturalmente, torna essas trajetórias, assim como os incentivos delas, responsáveis pelo desmatamento, pois, tais opções precisam homogeneizar o espaço. Contudo, por outro lado, o exame histórico, realizado ao longo desse ensaio, aponta que o bioma amazônico, assim como os habitantes sempre apresentam soluções técnicas e ecológicas para os problemas de produção, o que segure ser uma falácia que a pobreza na região induzir ao desmatamento; a produtividade ser restrita pelos índices pluviométricos, impondo a pecuária extensiva e a necessidade de mais áreas desflorestadas; e a necessidade de se impor os direitos de propriedade para se evitar o oportunismo e a tragédia dos comuns.

Uma alternativa para explicação do desmatamento, levando em conta as trajetórias tecnológicas é explorada na seção a seguir, a qual pretende testar a hipótese de que a transformação da terra em um ativo, valorizado por estar “sem mata” e capaz de ser estocado para especulação é a principal razão o desmatamento e consequente avanço da fronteira agrícola na Amazônia.

5.3 Uma Alternativa as Explicações Tradicionais para o Desmatamento: a Constituição e Dinâmica de Funcionamento do Mercado de Terras

As explicações tradicionais das causas do desmatamento na Amazônia apontam as análises por dois principais pontos: as motivações (matriz de incentivos) e os mecanismos. Como motivadores destacam-se aspectos sociais, naturais e de mercado que interagindo entre si, assim como as condições endofoclimáticas para continuidade da expansão da pecuária, ao passo que teve o Estado como agente condutor do processo de substituição da área florestada em espaços produtores *commodities*, (BINSWANGER, 1991; DINIZ, 2018; HARGRAVE; KIS-KATOS, 2013; MARGULIS, 2003a; VERBURG et al., 2014).

Do lado da visão habitual das razões motivadoras do desflorestamento atentam para as causas apontadas no documento “Operação Amazônia”, o qual aponta

justamente a existência de pobreza na região, o elevado volume de recursos naturais, bem como o distanciamento a entre a produção agrícola regional dos principais mercados nacionais e internacionais (BRASIL, 1966; LOCATEL, 2012; MACIEL; FILHO; SOUZA, 2014). Ao passo que outras justificações, também, foram usadas como subterfúgio de um amplo programa de colonização na Amazônia, como a redução dos conflitos por terras em outras regiões brasileiras, a ocupação de um território demograficamente pouco habitado e o aumento do contingente populacional na região (MELLO, 2006; OLIVEIRA, 2008; RIBEIRO, 2006).

Por outro lado, uma série de mecanismos financeiros, deslocamento de força de trabalho, infraestrutura logística e estabelecimento de institucionalidades foram decisivas para oferecer a viabilidade econômica a empreendimentos rurais cujas consequências estão o desmatamento (FEARNSIDE, 2005; NEPSTAD et al., 2014; NEPSTAD; STICKLER; ALMEIDA, 2006). Dessa forma, do ponto de vista histórico e institucional, tais mecanismos auxiliaram na aproximação do Amazônia ao mercado nacional e internacional (COSTA, 2012a; POLANYI, 2000). O que teria ocasionado a constituição de trajetórias tecnológicas, desmatamento e de mercados de fatores, incluso nestes últimos a terra, em contextos produtivos e especulativos.

A formação do mercado de fatores produtivos é óbvia, a constituição de uma estrutura de oferta e de demanda de trabalho, máquinas e equipamentos, recursos financeiros e naturais. Por outro lado, o mercado especulativo de fatores é latente, pois, se trata de expectativas futuras ou mesmo apostas com variados graus de riscos em razão da dependência de outras variáveis ou da conjuntura econômica. A hipótese trabalhada neste ensaio avalia justamente a constituição do mercado de terras com fator preponderante para ocorrência da expansão da fronteira agrícola e do desflorestamento na Amazônia, nessa direção, torna-se um resultado da constituição do mercado de terras que opera tanto na ótica produtiva, quanto especulativamente (ANDRADE, 2018; COSTA, 2010a, 2017; COSTA; FERNANDES, 2016).

Neste sentido, é atentar para a compreensão dos diferentes perfis de racionalidade especulativa, produtiva (patronal ou camponesa) e comportamentos econômicos diferenciados que atuam em contextos ambientais de diversidade estrutural e de maneira ao mesmo tempo articulada e independente entre si, formando diferentes padrões e perfis de arranjo institucional e escala micro e meso-regionais (COSTA, 2010, 2012).

Comportamentos que acabariam por interferir, por hipótese alternativa ao modelo teórico neoclássico, na formação destes diversos mercados como variável endógena (e não exógena), explicada a partir de diferentes contextos sociais e históricos, impulsionados por uma dinâmica agrária de alto conteúdo e especificidade territorial. Diversidade estrutural impulsionadora de um determinado ritmo e evolução das principais atividades econômicas produtivas e especulativas que movimentam hoje em dia grande parte da base produtiva e da dinâmica agrária da região. Sendo, portanto, parte de um mesmo processo, indivisível, das diversas relações institucionais entre agentes e estruturas que se articulam, por hipótese, às atividades produtivas e a formação especulativa do mercado de terras como principais motores da dinâmica do desmatamento.

Ao contrário disso, para as abordagens teóricas tradicionais, a decisão de desmatar é deduzida teoricamente a partir de modelos microeconômicos baseados em padrões de racionalidade que os fazem atuar segundo um modelo heurístico de explicação do comportamento dos agentes econômicos apartado do contexto social concreto e diverso em que o mesmo está inserido. Estando completamente desconectado teoricamente do ambiente e arranjo institucional específico que, em princípio, poderia servir como fundamento da avaliação estrutural das condições pelas quais parcelas significativas das regras que orientam o funcionamento de suas ações foram e continuam sendo operacionalizadas numa perspectiva *path dependence*.

Sem fazer conexões claras entre a possibilidade de se antever qualquer dinâmica de mercado que derive da noção de diversidade estrutural como fundamento teórico-indutivo do processo de formação histórico de uma ampla diversidade territorial na região, estes modelos teóricos pecam por não permitirem a visualização dos efeitos de retroalimentação entre os diferentes padrões de atividade produtiva e o nível racional da atividade especulativa que os acompanha como realidade estrutural.

De acordo com a perspectiva tradicional, a ação racional dos agentes é compreendida independentemente da dinâmica histórica que orienta o processo de evolução e conflito entre diferentes trajetórias tecnológicas no setor agropecuário e da formação de um conjunto de arranjos institucionais que compõem, em realidade, uma situação de diversidade estrutural profunda, completamente ignoradas nos modelos neoclássicos (COSTA, 2012c).

Sendo assim, estas abordagens “pecam” por não conseguir compreender de maneira profunda os movimentos de oscilação nos níveis de desmatamento, que ocorrem muitas vezes como resultado da própria dinâmica endógena dos ciclos de oscilação do mercado de terras. Dinâmica endógena que, por sua vez, podem vir a acompanhar de maneira indireta a evolução das atividades agropecuárias mais intensivas na utilização do fator terra como fundamento produtivo associado a determinado padrão e/ou trajetórias tecnológicas em específico.

Dessa forma, este trabalho procura enveredar por uma fresta na qual o desmatamento se estabelece como instituição, um tipo de enraizamento social constituído em tempos recentes com impactos socioambientais importantes e majoritariamente negativos, já que os ganhos privados e as externalidades são sociais, mas que por estar atrelado a interesses de agentes com relevante capacidade de atuação e poder de imposição nas decisões das ações, as quais tendem a serem focadas nos resultados econômicos.

O resultado prático das ações voltadas para a economia é a formação de mercados de fatores e, no caso da terra, este ativo passa a ter valor monetário, mais valorizado quando a terra é desflorestada. Quer dizer, a constituição de trajetórias agropecuárias e da terra em quanto um ativo econômico leva a formação de mercados de terras. A valorização da terra é dada pela melhor característica que esse fator pode possui ao mercado que é estar pronta para o uso agropecuário, o que implica no desmatamento.

Decorre que como consequência prática desse movimento histórico e institucional é existência da floresta na terra é um problema tanto na valoração do ativo, quanto para expansão da trajetória e da produção agropecuária. Assim, o desmatamento é uma instituição que valoriza a terra, ao passo que induz a expansão da fronteira agrícola, não necessariamente produtiva, já que a terra pode ser desflorestada para servir de objeto de especulação até a realização da demanda desse ativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo deste trabalho, tradicionalmente os estudos sobre o desmatamento – organizados a partir de um referencial teórico baseado na chamada abordagem dos mercados – focaliza sua análise, não em bases estruturais orientadas por diversidade de agentes, mas sim a partir de alguns princípios teóricos gerais, baseados em noções como a de *homoeconomicus*. Onde qualquer relação econômica (ou do mercado) é vista como tributária de uma ação de agentes representativos, que orientam suas ações padronizadoras, movidas por regras e leis gerais do sistema econômico.

Estas ações, por sua vez, são vistas como estando balanceadas por mecanismos de preços e busca pela alocação ótima de recursos, determinando uma dinâmica de escolha e um padrão de resposta dos agentes aos estímulos do mercado de commodities. O que limita, segundo hipótese principal apresentada neste trabalho, sua capacidade de explicação econômica para a diversidade de padrões e ritmos do fenômeno do desmatamento, tal como o mesmo tem se apresentado na dinâmica agrária da Amazônia nas últimas décadas.

Isto é, por um lado, estas abordagens consideram que os indivíduos detêm comportamentos racionais e maximizadores; por outro lado, entendem que a interação entre as pessoas que buscam seus interesses racionais, se dê basicamente por meio de relações de compra e venda de mercadorias fictícias, ou seja, por relações sociais atomizadas comandadas por interesses “egoístas” de indivíduos que interagem entre si, apenas por intermédios das “leis” de mercado (as quais são transformadas heurísticamente em relações simples de oferta e demanda). Por fim, estes agentes são considerados, em última instância, movidos por regras institucionais formais orientadas pelo Estado, onde: o papel de definição e garantia de direito de propriedade; e o papel de *enforcement* das regras legislativas, através de política de comando e controle, representam os únicos componentes institucionais a serem avaliados.

De acordo com a perspectiva teórica tradicional, portanto, os agentes econômicos são compreendidos como atores atomizados e homogêneos, sem conexões institucionais e histórica com o ambiente territorial em que o mesmo se encontram inseridos. Movendo-se apenas conforme estímulos de preços e lucros (em geral visto apenas por seus efeitos de curto prazo); seguindo regras institucionais mais ou menos restritas e críveis do ponto de vista de sua atuação em relação ao poder estatal de

regulação (e *enforcement*) das políticas de comando e controle. Dessa forma agiriam, esses atores indesejáveis (moral e/ou tecnologicamente), de modo a evitar as sanções do Estado e buscando sobreviver de maneira, a mais eficiente possível, na busca por lucratividade e seguindo os limites de sua capacidade de reprodução social. Sendo o mercado de terras um componente completamente reflexo, sofrendo de maneira marginal com as influências dos componentes estruturais de longa duração (como seria o caso aqui dos componentes estruturais ligados à grilagem e aos altos níveis de concentração fundiária e seus efeitos sobre a formação de um amplo mercado de terras para fins de fornecer insumos para as atividades agropecuárias). Mas sem nenhum poder de influências sobre o ritmo e direção do desmatamento no médio e longo prazo.

Neste contexto, a demanda de mercado por produtos como madeira, soja e carne (em contraposição à valorização de produtos florestais não madeireiros), combinadas a um baixo nível de regulação do Estado (baixo nível de regularização fundiária e poder de *enforcement* das políticas de comando e controle), seriam – segundo esta interpretação mais tradicional – os principais motores e causas da dinâmica do desmatamento na região (ARIMA et al., 2014; FEARNSIDE, 2008; MARGULIS, 2003a; NEPSTAD et al., 2002; WALKER; MORAN; ANSELIN, 2000). Sendo o mercado de terras e seu grau de concentração fundiária vistos como instâncias e componentes institucionais completamente marginais e delas derivados apenas.

Sendo assim, como antídoto, o Estado deveria apenas agir de maneira a inibir a ação racional oportunista e “ilegal” de agentes econômicos movidos por interesses imediatos. Agentes que, no entanto, do ponto de vista social, representariam ações de baixa condição de produtividade econômica e com efeitos externos negativos de grande intensidade, gerados pelo aumento nos níveis de desmatamento associado a um problema crescente de pobreza e baixa capacidade de produção. Ao mesmo tempo em que deveria procurar estimular processos de valorização alternativos de mercado de produtos florestais para efeito de diminuição do custo de oportunidade de toda a ação de comando e controle do Estado.

De acordo com esta perspectiva, portanto, o papel dos fundamentos históricos e estruturais que influenciam no processo de evolução da dinâmica agrária na Amazônia – como o mercado de terras para fins especulativos e concentração fundiária – têm pouca relevância teórica no sentido de tentar explicar o ritmo e o sentido do movimento que induz a ação racional de atividades econômicas “não produtivas” como parte do arranjo

institucional presente de maneira bastante ativa ainda hoje na região.

O que se buscou mostrar ao longo de todo esse trabalho, é que essa perspectiva, em geral, representa uma abordagem bastante limitada do ponto de vista teórico e empírico. Neste contexto, todas as consequências das ações individuais racionais são compreendidas como associadas ao funcionamento de relações “estritamente de mercado” em sua perspectiva desenraizada socialmente, movidas com base em ações de indivíduos “padrão” (agentes representativos), que se movem em ambientes institucionais homogêneos e voltados para estratégias de curto prazo. Ao passo que assumem que o problema ambiental é uma questão, portanto, em geral, de mau funcionamento desses mercados. Muito em função do problema da má definição de direitos de propriedade, assim como da criação de regras institucionais formais de uso da terra reconhecidamente ineficientes do ponto de vista do controle das externalidades geradas pelo problema da má especificação dos contratos de definição de direito de propriedade (teorema e Coase).

Tudo se passa como se o problema da má definição do direito de propriedade pudesse ser pensada, do ponto de vista teórico, como um problema de má especificação de contratos apenas (NORTH, 1990; WILLIAMSON, 1996). Segue que grande parte dos economistas tradicionais que operam teoricamente com base nestes princípios do atomismo racionalista e do individualismo metodológico; sustentam em geral a premissa de que o sistema econômico se restringe à lógica de mercados autorreguláveis totalmente desenraizados socialmente. E que, a partir do funcionamento destes mercados, a existência de degradações ambientais são entendidas como um problema de externalidades; que, por sua vez, aumentam os custos de transação gerando um passivo ambiental que só poderia ser mitigado ou pela criação de mercados mais eficientes (privatização dos ativos ambientais) ou pela atuação do Estado com agente regulador, o qual teria a função de garantir o *enforcement* das regras institucionais e da definição mais eficiente das regra de direito de uso formal e de propriedade da terra em condições de oferta de um bem público.

Num ambiente onde a regra institucional não é cumprida (tanto no sentido do funcionamento da terra como um bem público ou privado), o resultado da atuação do sistema de preços das *commodities* sobre as condições de oferta e demanda, geram incentivos naturais de mercado para o aumento da produção agropecuária em áreas de baixo controle do *enforcement* e/ou má definição da regra de direito de propriedade da

terra e, portanto, a elevação das taxas de desflorestamento e a substituição de floresta por pasto e/ou lavouras temporárias. Dessa forma, o mecanismo de preço, e o sistema de mercado num ambiente institucional onde as externalidades negativas não são mensuráveis e/ou bem reguladas, seria o condutor principal do sistema e arranjo institucional que levaria, por fim, ao desmatamento da Amazônia.

Assim, podemos afirmar que é devido ao impulso externo gerado pela demanda por carne, grãos e madeira – que existem como forças externas às dinâmicas institucionais internas da dinâmica agrária na região – que o fenômeno do desmatamento se desencadeia. Portanto, à medida que a demanda externa cresce, há necessidade de serem incorporadas novas áreas produtivas, o que levaria a novos desmatamentos em área de baixa regulação no mercado de terras ou em decorrência de má gestão e controle do uso dos recursos naturais disponíveis.

Nesse sentido, uma degradação ambiental, como o desmatamento, é compreendida como uma externalidade a ser combatida pelo *enforcement* das leis que, por hipótese, impediriam que ações racionais – consideradas legítimas do ponto de vista de uma teoria baseada em princípios do individualismo, mas inadequadas aos interesses coletivos e de princípios de boa gestão e eficiência no uso dos recursos naturais – fossem executadas de modo a gerar uma baixa nos níveis de bem-estar social da sociedade como um todo.

Neste contexto, os principais antídotos para o controle do desmatamento seriam: por um lado, a inibição do mercado ilegal; e, por outro, o desestímulo à produção e venda da produção agropecuária na Amazônia por meio de mecanismos de mercado (como o sistema de crédito, consumo consciente, etc.) além da busca pela solução de problemas de externalidades e demais falhas de mercado.

As análises sobre os mecanismos de desmatamento que possuem um viés territorial e institucional – como foi proposto neste trabalho – ao contrário da versão da teoria neoclássica tradicional, levam em conta fatores históricos (diretos e indiretos) que reforçam a ideia de que a dinâmica agrária, o mercado de terras e o papel da Amazônia no sistema como fronteira livre de exploração de recursos naturais, são os principais responsáveis estruturais para o problema do desmatamento na região. Estando a mesma diretamente relacionada à ótica de que o mercado de terra e as atividades agropecuárias fazem parte de um processo histórico em que os “mercados” de produtos agropecuários e, principalmente, o “mercado de terras”, são os principais fatores que geram o

desmatamento e, portanto, não podem ser compreendidos sem a ideia de que os mesmos são fenômenos imersos em relações sociais, historicamente determinadas.

É nesse contexto que esta nova abordagem nos ajudaria a compreender como os fatores históricos impulsionam a dinâmica agrária na região, conduzindo um processo de expansão da fronteira e um aumento nos indicadores de desmatamento a partir dos anos de 1960. Ao mesmo tempo em que explicam, também, o seu arrefecimento à medida em que o estoque de terras “sem mata” se tornam suficientes para atender o ritmo e crescimento da demanda, sem, no entanto, ser eliminado por completo devido à interesses especulativos que permanecem sempre em atividade; respondendo, esse sim, à capacidade e aumento do poder de *enforcement* e das políticas de *Comando e Controle* por parte do Estado.

Uma dinâmica de *stop and go* aqui parece se institucionalizar, no sentido de que mesmo quando as políticas de comando e controle se efetivam de maneira eficiente (*enforcement* eficiente), como a partir dos anos de 2004, o caráter cíclico de evolução da dinâmica do desmatamento permanece. Neste contexto, ocorre apenas um processo de prolongamento do ciclo de baixa no desmatamento, tendo em vista a inibição momentânea da especulação fundiária e do desmatamento em momentos onde o estoque de terra sem mata se apresenta ainda em grande quantidade em relação às necessidades do mercado para fins de produção agropecuária (lavoura e pasto), o que, por fim, acaba por contribuir com a diminuição da transformação de terra em mercadoria (grilagem) e da terra “com mata” em “terra sem mata” (desmatamento). Sem que, no entanto, consigam inibir por completo o caráter cíclico e endógeno do fenômeno do desmatamento na região.

O argumento é o de que com o esgotamento do estoque de terras disponível em vários momentos do ciclo histórico do desmatamento, o preço da terra e a pressão sobre o desmatamento voltam a crescer (como a partir de 2013 e 2014). Dai em diante a pressão sobre a transformação da terra “com mata” em terra “sem mata” geram expectativas de ganhos e arbitragem imediatos, causando forte apelo político para o relaxamento das amarras e restrições para a transformação da terra em mercadoria e da terra com mata para terra sem mata. As alterações do código florestal e o enfraquecimento das políticas de comando e controle seriam nesse sentido consequências e não causas do aumento da pressão sobre o desmatamento.

Movimentos nesse sentido podem ser observados a partir de 2013, quando o

ritmo do desmatamento parece começar a sinalizar um refluxo e o início a uma nova onda de crescimento nos níveis de desmatamento na região. O que, ao mesmo tempo, parece iniciar um movimento de articulação política que levaria, anos mais tarde ao processo de mudança no código florestal. Objeto de análise que necessita de maiores estudos para que se mostre capaz, ou não, de fundamentar de maneira mais detalhada e clara o potencial de explicação de nossas hipóteses aqui elaboradas de maneira ainda não completamente demonstradas para esse ponto e período de maneira mais específica.

A hipótese principal da tese, neste sentido, nos remete à períodos um pouco mais longos, e a ideia de que nas regiões onde a terra como mercadoria se implantou de maneira mais intensiva, a partir dos anos de 1960, o processo de desmatamento alcançou nas últimas décadas os índices mais elevados em séculos (COSTA, FERNANDES, 2016). Ao contrário, durante todo o período histórico anterior à década de 1960 – ou em regiões onde o mercado de terras não se consolidou como regra institucional hegemônica ainda hoje – uma boa parte da diversidade da floresta amazônica se manteve (ou ainda se mantém) em condição de preservação, apesar de visivelmente ameaçadas pelo crescimento e expansão do mercado de terras e da dinâmica do desmatamento para regiões ainda relativamente preservadas (como, por exemplo, a região do Xingu) que têm sido alvo crescente da atuação de grileiros e produtores agropecuários.

Todo esse processo se explicaria, segundo o ponto de vista teórico que foi apresentado neste trabalho, a partir da perspectiva da existência de uma diversidade institucional e estrutural que comanda e condiciona a ação microeconômica dos agentes econômicos nas diversas regiões de fronteira na Amazônia. Configurando uma dinâmica agrária e agropecuária composta por diferentes trajetórias tecnológicas que, por sua vez, comandam os territórios e suas formas de governança e gestão do uso do solo, a partir de modelos institucionais alternativos de exploração econômica de seus recursos naturais.

Dessa maneira, o que se defende como hipótese principal neste trabalho de tese é que, ao contrário da abordagem tradicional, existe uma forte correlação entre determinadas atividades econômicas que se fundamentam em arranjos institucionais e trajetórias tecnológicas demandantes de um grande volume de terra para fins produtivos e especulativos. Ao mesmo tempo em que existem arranjos institucionais, historicamente constituídos, e ainda fortemente presentes na região, com perfil menos dependente do uso e transformação da terra como mercadoria; estando estes últimos, em geral, menos

atrelados a padrões tecnológicos de homogeneização da produção agropecuária e, portanto, também menos atrelados a seus níveis mais elevados de desmatamento.

Do ponto de vista estrutural, portanto, o que se quer salientar é o papel decisivo que um determinado padrão de formação histórico-institucional do mercado de terras – associado à consolidação de uma dinâmica agrária impulsionada pelo desenvolvimento de determinadas trajetórias tecnológicas intensivas na utilização do fator terra, por exemplo – pode vir a representar para o desenvolvimento e o ritmo do desmatamento em uma determinada região.

De acordo com essa hipótese alternativa, portanto, o desmatamento pode ser induzido também de maneira indireta, e com determinado nível de defasagem temporal (cíclica) associado ao desenvolvimento e formação de um estoque de terras que acompanha a ação e o ritmo da demanda: tanto por “terra com mata” (especulativa e fonte secundária e indireta de desmatamento); como por “terra sem mata” (para fins de produção agropecuária e fonte primária e direta de desmatamento) associada, em grande medida, ao volume de demanda por terra derivado diretamente do crescimento de atividades agropecuárias que utilizam o fator terra como um de seus principais insumos produtivos (COSTA, 2010a, 2012a).

Assim, uma das principais premissas deste trabalho de tese é a ideia de que o fenômeno do desmatamento na Amazônia tem nos determinantes estruturais o resultado histórico do desenvolvimento de determinados processos econômicos (tanto produtivos, como especulativos) que, em grande parte, foram incentivadas originalmente pela ação do Estado; e que, por meio de mecanismos *path dependence* combinada mais recentemente com políticas de *Comando e Controle* mais ou menos eficientes acabam por determinar um ritmo de *stop and go* para o fenômeno do desmatamento na Amazônia nas últimas décadas.

Junto a esses aspectos estruturais, podemos acrescentar ainda, em termos conjunturais – e de maneira esta sim exógena – os ciclos de variação de preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional; as quais acabam por intensificar ou amenizar (a depender do contexto) as variações movidas por causas estruturais endógenas ligadas à oscilação no mercado de terra, como visto anteriormente (COSTA, FERNANDES, 2016).

Com base nessa premissa principal, o trabalho busca demonstrar, do ponto de vista histórico, de que forma o processo de formação da dinâmica agrária na Amazônia

acabou por substituir um modelo institucional anterior (baseado no sistema de aviamento) de produção agroextrativista; que, até os anos 1960, exercia o papel hegemônico na região. Sendo substituído em sua hegemonia por um novo padrão de organização institucional do uso e posse da terra que irá favorecer o aquecimento do processo de especulação de terras, de maneira a estimular os ganhos financeiros associados à atividade de desmatamento.

No tradicional sistema de aviamento, ao contrário, o mercado de terras cumpria papel secundário e quase inexistente na dinâmica agrária da região, o que garantiu em quase toda a região, os seus baixos níveis de desmatamento. Um modelo que, no entanto, vinha sendo combatido desde o período pombalino (século XVIII), tendo seu padrão de influência sobre o Estado finalmente substituído de maneira hegemônica a partir da segunda metade do século XX, quando um novo ciclo de intervenção nacionalista e desenvolvimentista sobre a região trouxe um novo ritmo de ocupação da fronteira amazônica, desencadeando forte e avassalador processo de desmatamento e aquecimento do mercado de terras.

Sendo assim, e seguindo a ideologia de modernização que se coloca em contraposição ao modelo institucional agroextrativista anterior, se consolida na Amazônia a partir da década de 1960, portanto, um modelo institucional dito “desenvolvimentista” que finalmente consegue colocar em cheque de maneira mais efetiva o domínio das instituições tradicionais de aviamento e a lógica da valorização econômica das atividades extrativistas; em prol de um novo modelo econômico onde o valor da terra passa a ter um peso estrutural bem mais significativo no arranjo institucional, impulsionando um novo padrão de acumulação de capital e evolução da dinâmica agrária de maneira bastante específica na região.

Um movimento de transformação estrutural e institucional profundo que tem como efeito colateral um amplo processo de devastação florestal que se inicia do ponto de vista histórico de maneira mais efetiva a partir dos anos de 1960. Onde os recursos florestais não madeireiros (extrativos) passam a ser desconsiderados cada vez mais como ativos de interesse dos mercados de commodities que se expandem em um mercado global de produtos agropecuários; impulsionando o crescimento de trajetórias intensivas em tecnologias homogeneizadoras e, por isso, fortemente causadoras do crescimento intenso no ritmo de desmatamento.

Sendo assim, um novo ambiente institucional, lastreado em profunda

transformação estrutural sobre a dinâmica agrária, se forma na Amazônia a partir dos anos de 1960. Onde as regras de uso do solo, em termos formais e informais, passam a impulsionar a dinâmica do desmatamento em detrimento das trajetórias de produção de valores de uso e de troca baseadas em valorização econômica da floresta e de sua ampla biodiversidade. Movimento que, ao mesmo tempo, passa a desvalorizar, do ponto de vista institucional, o processo de produção de riquezas baseada em conhecimentos tácitos e tradicionais (cada vez mais entendido como sinônimo de atraso).

Neste contexto, a terra – antes vista basicamente como “bem comum”³, sem possibilidade ou interesse de venda (por falta de bases institucionais que a pudesse fazer valer como meio de troca) e, em geral, concebida no sentido de valor de uso para fins de reprodução ampliada da vida de populações tradicionais (ou, no máximo, direcionado para fins de exploração comercial dos recursos naturais nela contidos) se altera, principalmente no território da Amazônia Oriental brasileira. Transformando-se, a partir daí como mercadoria, passível de compra e venda para fins produtivos e, também, de especulação para valorização e venda futura. O que irá ampliar de maneira profunda e estruturalmente definitiva a associação (direta e indireta) entre a dinâmica cíclica (endógena) do mercado de terras (subdividido em termos qualitativos entre os diferentes perfis de mercados de “terras com mata” e “terras sem mata”) e os níveis médios de desmatamento na região.

7 REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A. et al. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, tendências e oportunidades**. Brasília: IPAM, 2016.
- ALIER, J. M.; JUSMET, J. R. **Economia Ecológica y Política Ambiental**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- ALSTON, L. J.; LIBECAP, G. D.; MUELLER, B. **Titles, Conflict, and Land Use: The Development of Property Rights and Land Reform on the Brazilian Amazon Frontier**. Michigan: University of Michigan Press, 2002.
- AMAZONAS, M. C. **O que é a Economia Ecológica**. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/sobre/a-ecoeco>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- ANDRADE, R. A. DE. **Imersão Social e o Papel das Reses e Instituições para a Construção do Mercado de Terra na Região do Sudeste Paraense: Uma análise sobre o papel dos agentes na configuração da política de incentivos fiscais para a Amazônia entre os anos de 1966 e 1979**. [s.l.] Universidade Federal do Pará, 2018.
- ARAUJO, C. et al. Property rights and deforestation in the Brazilian Amazon. **Ecological Economics**, v. 68, n. 8–9, p. 2461–2468, 2009.
- ARIMA, E. Y. et al. Public policies can reduce tropical deforestation: Lessons and challenges from Brazil. **Land Use Policy**, v. 41, p. 465–473, 2014.
- ARNDT, H. W. **Economic Development: A Semantic History** **Economic Development and Cultural Change**, 1981.
- AUTY, R. M. **Sustaining development in mineral economies: The resource curse thesis**. London: Routledge, 1993. v. 20
- BARRO, R. J. Economic Growth in a Cross Section of Countries. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 106, n. 2, p. 407, 1991.
- BECKER, B. K. Gestão do Território e Territorialidade na Amazônia: A CRVD e os garimpeiros em Carajás. In: **Amazônia: A fronteira Agrícola 20 anos depois**. Belém: CEJUP, 1992.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia : é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, v. 12, n. 12, p. 135–159, 2001.
- BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas New territorialities in the Amazon: a challenge to public policies. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, n. 1, p. 17–23, 2010.

- BECKER, B. K. A Amazônia como um Território Estratégico e os Desafios e as Políticas Públicas. In: **Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.
- BECKER, G. S. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. **The Journal of Political Economy**, v. 70(5), p. 9–49, 1962.
- BINSWANGER, H. P. Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon. **World Development**, v. 19, n. 7, p. 821–829, jul. 1991.
- BOYCE, J. R.; HERBERT EMERY, J. C. Is a negative correlation between resource abundance and growth sufficient evidence that there is a “resource curse”? **Resources Policy**, v. 36, n. 1, p. 1–13, 2011.
- BRANDO, P. M. et al. Ecology, economy and management of an agroindustrial frontier landscape in the southeast Amazon. **Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences**, v. 368, p. 20120152, 2013.
- BRASIL. **Operação Amazônia**. Brasília: Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais - MERCOR, 1966.
- BRASIL. **Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Volarização Econômica da Amazônia**. Belém: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, 1954.
- BRUNNSCHWEILER, C. N.; BULTE, E. H. Economics. Linking natural resources to slow growth and more conflict. **Science (New York, N.Y.)**, v. 320, n. 5876, p. 616–617, maio 2008.
- BUENO, N. P. Possíveis contribuições da nova economia institucional à pesquisa em história econômica brasileira: uma releitura das três obras clássicas sobre o período colonial. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 34, p. 777–804, 2004.
- CARR, D. Population and deforestation : why rural migration matters. **Progress in Human Geography**, v. 33, n. 3, p. 355–378, 2009.
- CARVALHO, A. C. **Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal Na Amazônia Paraense**. [s.l.] Universidade de Campinas (UNICAMP), 2012.
- CARVALHO, A. C. Da Fronteira Agropecuária E a Dinâmica Do Desmatamento Florestal Na Amazônia Paraense. **Amazônia em Foco**, v. 2, n. 3, p. 373, 2013.
- CAVALCANTE, C. M. A Economia Institucional e as Três Dimensões Institucionais. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 373–392, 2014.

- CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. **O Avanço da Fronteira na Amazônia: do Boom ao colapso**Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. [s.l: s.n.].
- CHAKRAVARTY, S. et al. Deforestation : Causes , Effects and Control Strategies, Global Perspectives on Sustainable Forest Mangement,. **Sustainable Forest Management**, p. 3–29, 2012.
- CHANG, H.-J. **Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva história**. São Paulo: UNESP, 2004.
- CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 21, n. 2, p. 11–45, 2013.
- CINTRA, J. P. As capitânicas hereditárias no mapa de Luís Teixeira. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, n. 2, p. 11–42, 2015.
- COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, v. 4, p. 386–405, 1937.
- COASE, R. H. **The Problem of Social Cost**The **Journal of Law and Economics**, 1960.
- COMMONS, J. **Legal foundations of Capitalism**. New York: The Macmillian Company, 1925.
- COMMONS, J. R. Institutional economics. **American Economic Review**, v. 21, n. 4, p. 648–657, 1931.
- COSTA, F. D. A. Mercado e produção de terras na Amazônia : avaliação referida a trajetórias tecnológicas. **Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi - Ciências Humanas**, v. 5, n. 1, p. 25–39, 2010a.
- COSTA, F. D. A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. **Nova Economia**, v. 20, n. 1, p. 167–206, 2010b.
- COSTA, F. D. A. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 245–273, 2012a.
- COSTA, F. D. A. Dinâmica Fundiária na Amazônia: Concorrência de trajetórias, incertezas e mercado de terras. In: MALUF, R.; FLEXOR, G. (Eds.). . **Questões agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 52–71.
- COSTA, F. DE A. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 131–156, 2005.
- COSTA, F. DE A. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012b.

- COSTA, F. DE A. **Formação Rural Extrativista na Amazônia: Os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA, 2012c.
- COSTA, F. DE A.; FERNANDES, D. A. Dinâmica Agrária, Instituições e Governança Territorial para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 3, p. 517–518, set. 2016.
- COSTANZA, R. Ecological Economics: reintegrating the study of humans and nature. **Ecological Applications**, v. 6, n. 4, p. 978–990, 1996.
- COVALESKI, M. A.; DIRSMITH, M. W.; SAMUEL, S. Changes in the institutional environment and the institutions of governance: Extending the contributions of transaction cost economics within the management control literature. **Accounting, Organizations and Society**, v. 28, p. 417–441, 2003.
- DALY, H.; FARLEY, J. **Ecolomia Ecológica: Princípios e aplicações**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- DEQUECH, D. Instituições e a relação entre economia e sociologia. **Revista Estudos Econômicos**, v. 41, n. 3, p. 599–619, 2011.
- DINIZ, M. B. et al. A Amazônia (Legal) Brasileira: Evidências de uma Condição de Armadilha da Pobreza? In: **As Amazonas do Século XXI**. Belém: ADUFPA, 2008. p. 125–154.
- DINIZ, M. B. et al. Causas do desmatamento da Amazônia: Uma aplicação do teste de causalidade de Granger acerca das principais fontes de desmatamento nos municípios da Amazônia Legal brasileira. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 121–151, 2009.
- DINIZ, M. B. **Desmatamento e Ausência de Riqueza na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2018.
- DOSI, G. Technological Paradigms and Technological Trajectories: A suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, v. 11, n. 3, p. 147–162, 1982.
- DURKHEIM, É. **Da Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EMMI, E. F. **Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. Belém: Edufpa, 1988.
- ESPINO, J. A. **Instituciones y Economía: Una introducción al neoinstitucionalismo económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- FAUCHEUX, S.; NOËL, J.-F. **Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FEARNSIDE, P. M. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. **Environmental Conservation**, v. 28, n. 1, p. 23–38, 2001.

FEARNSIDE, P. M. Can pasture intensification discourage deforestation in the Amazon and Pantanal regions of Brazil? In: FLORIDA, U. P. OF (Ed.). . **Deforestation and land use in the Amazon**. Gainesville: University Press of Florida, 2002. p. 385.

FEARNSIDE, P. M. **Deforestation in Brazilian Amazonia: History, rates, and consequences** *Conservation Biology*, 2005.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica**, v. 36, n. 3, p. 395–400, 2006.

FEARNSIDE, P. M. The roles and movements of actors in the deforestation of Brazilian Amazonia. **Ecology and Society**, v. 13, n. 1, p. 23, 2008.

FERNANDES, M. **Donos de Terra: Trajetórias da União Democrática Ruralista - UDR**. Belém: NAEA, 1999.

FIANI, R. Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas. p. 55, 2013.

FIANI, R. **Cooperação e Conflito: instituições e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FIANI, R. Tendências da Regulação Econômica no Caso Brasileiro : Uma Reflexão a Partir do Debate Internacional. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 5, n. 1, p. 155–177, 2001.

FLIGSTEIN, N. Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Market Institutions. **American Sociological Review**, v. 61, n. 4, p. 656–673, 1996.

FLIGSTEIN, N. **The Architecture of Markets: An Economic Sociology of Twenty-First-Century Capitalist Societies**. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 61–80, 2007.

FOWERAKER, J. **A Luta pela Terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FREITAS, J. S.; RIVAS, A. F. Unidades de Conservação promovem pobreza e estimulam agressão à natureza na Amazônia. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 18–34, 2014.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

FURTADO, C. **Economia do Desenvolvimento: Curso Ministrado na PUC-SP em**

- 1975/Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- GIBBS, H. K. et al. Brazil's Soy Moratorium. **Science**, v. 347, n. 6220, p. 377–378, jan. 2015.
- GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. **Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **The American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360–1380, 1973.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481, 1985.
- GRANOVETTER, M. S. Economic institutions as social constructions: a framework for analysis. **Acta Sociológica**, v. 35, n. 1, p. 3–11., 1992.
- GUEDES, S. Lei e ordem econômica no pensamento de John R. Commons. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 2, p. 281–297, 2013.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. December, p. 1243–1248, 1968.
- HARGRAVE, J.; KIS-KATOS, K. Economic Causes of Deforestation in the Brazilian Amazon: A Panel Data Analysis for the 2000s. **Environmental and Resource Economics**, v. 54, n. 4, p. 471–494, 2013.
- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Agricultural Development: An international perspective**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1971.
- HODGSON, G. M. Institutional economic theory: the old versus the new. **Review of Political Economy**, v. 1, n. 3, p. 249–269, 1989.
- HODGSON, G. M. **Evolution and Institutions: On Evolutionary Economics and the Evolution of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.
- HODGSON, G. M. What Are Institutions? **Journal of Economic Issues**, v. XL, n. 1, p. 1–25, 2006.
- HUGON, P. História das Doutrinas Economicas. p. 447, 1969.
- HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1970.
- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2017>>. Acesso em: 14.01.2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Pecuária Municipal (PPM). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>>. Acesso em: 14.01.2018

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 14.01.2018.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html>>. Acesso em: 14.06.2018.

JEPSON, W. Private agricultural colonization on a Brazilian frontier, 1970-1980. **Journal of Historical Geography**, v. 32, p. 839–863, 2006.

KATZMAN, M. The Brazilian Frontier in Comparative Perspective. **Comparative Studies in Society and History**, v. 17, n. 3, 1975.

KIM, L. **Da Imitação à Inovação: A dinâmica do aprendizado tecnológico na Coreia**. Campinas: Unicamp, 2005.

KNIGHT, F. H. **Risk, Uncertainty and Profit**. New York: Augustus M. Kelley, 1964.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 37–61, 2002.

KOOPMANS, T. C. On the Concept of Optimal Economic Growth. **The Econometric Approach to Development Planning**, p. 225–300, 1965.

LOCATEL, C. Tecnificação dos territórios rurais no Brasil: políticas públicas e pobreza. **Scripta nova**, v. 16, n. 418, 2012.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia Estado Homem e Natureza**. 1. ed. Belém: CEJUP, 1992.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 107–121, 2002.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. v. 19, n. 54, p. 77–98, 2005.

MACHADO, L. D. O. R. Desflorestamento na amazônia brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 115–147, 2009.

- MACIEL, R.; FILHO, P.; SOUZA, E. Distribuição de Renda e Pobreza na Floresta Amazônica: um estudo a partir da Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes. **Revista de Estudos Sociais**, v. 16, n. 32, p. 136–153, 2014.
- MADDALA, G. S.; MILLER, E. **Microeconomics: Theory and applications**. Singapore: McGraw-Hill, 1989.
- MARGULIS, S. **Causes of Deforestation of the Brazilian Amazon**. Danver: World Bank, 2003. Disponível em: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/book/10.1596/0-8213-5691-7>>.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MCADAM, D.; FLIGSTEIN, N. **A Theory of Fields**. New York: Oxford University Press, 2012.
- MEADOWS, D. . et al. The Limits to Growth. **Chelsea**, v. 205, p. 205, 1972.
- MEHLUM, H.; MOENE, K.; TORVIK, R. Institutions and the Resource Curse*. **The Economic Journal**, v. 116, n. 508, p. 1–20, jan. 2006.
- MELLO, N. A. DE. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- MENARD, C.; SHIRLEY, M. **Handbook of New Institutional Economics**. Dordrecht: Springer, 2005.
- MILLER, R. L.; BENJAMIN, D. K.; NORTH, D. C. **The Economics of Public Issues**. 16. ed. Boston: Addison-Wesley, 2010.
- MILONAKIS, D.; FINE, B. **From Political Economy to Economics: Method, the social and the historical in the evolution of economic theory**. New York: Routledge, 2012. v. 20
- MINCER, J. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **The Journal of Political Economy**, v. 66(4), p. 281–302, 1958.
- MISES, L. VON. **O Mercado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- MITCHELL, W. The Rationality of Economic Activity. **Journal of Political Economy**, v. 18, n. 2, p. 97–113, 1910.
- MITCHELL, W. Human Behavior and Economics: A Survey of Recent Literature. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 29, n. 1, p. 1–47, 1914.
- MOLION, C. L. B. Climatologia Dinâmica da Região Amazônica: Mecanismos de precipitação. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 2, p. 107–117, 1987.
- MOOG, C. V. **Bandeirantes e Pioneiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1957.

- MORAES, O. J. DE. **Economia Ambiental: Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Centauro, 2009.
- MORAN, E. F. Deforestation and Land Use in the Amazon. **Ecological Economics**, v. 21, n. 1, p. 1–21, 1993.
- MOTTA, R. S. DA. **Manual Para Valoração Econômica de Recursos Ambientais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- MOWERY, D. C.; ROSENBERG, N. **Trajetórias da Inovação: A mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX**. Campinas: Unicamp, 2005.
- MUELLER, C. C. Dinâmica, Condicionantes e Impactos Socioambientais da Evolução da Fronteira Agrícola no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 26, n. 3, p. 64–87, 1992.
- MUELLER, C. C. **Os Economistas e as Relações Entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente**. Brasília: UNB, 2007.
- MUELLER, C. C. Crise Econômica, Fronteiras de Recursos e o Desmatamento na Amazônia: O Caso da expansão da agropecuária no estado do Mato Grosso. In: **Desafios e Potencialidades para a Amazônia do Século XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2011.
- NAFZIGER, E. W. **Economic Development**. [s.l: s.n.].
- NATIONS. Annex III: Non-legally binding authoritative statement of principles for a global consensus on the management, conservation and sustainable development of all types of forests. **Report of the United Nations Conference on Environment and Development**, v. III, n. June, 1992.
- NELSON, R. R. **As Fontes do Crescimento Econômico**. Campinas: Unicamp, 2006.
- NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica**. Campinas: Unicamp, 2006.
- NEPSTAD, D. et al. Road Paving, Fire Regime Feedbacks, and the Future of Amazon Forests. **Forest Ecology and Management**, v. 524, p. 1–13, 2001a.
- NEPSTAD, D. et al. Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests. **Forest Ecology and Management**, v. 154, n. 3, p. 395–407, dez. 2001b.
- NEPSTAD, D. et al. Frontier Governance in Amazonia. **Science**, v. 295, n. January, p. 629–631, 2002.
- NEPSTAD, D. et al. Amazon drought and its implications for forest flammability and

- tree growth: A basin-wide analysis. **Global Change Biology**, v. 10, n. 5, p. 704–717, 2004.
- NEPSTAD, D. et al. Slowing Amazon Deforestation Through Public Policy and Interventions in Beef and Soy Supply Chains. **Science**, v. 344, n. 6188, 2014.
- NEPSTAD, D. C. et al. Responding to climate change and the global land crisis: REDD+, market transformation and low-emissions rural development. **Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences**, v. 368, n. 1619, p. 20120167, jun. 2013.
- NEPSTAD, D. C.; STICKLER, C. M.; ALMEIDA, O. T. Globalization of the Amazon soy and beef industries: Opportunities for conservation. **Conservation Biology**, v. 20, n. 6, p. 1595–1603, 2006.
- NORTH, D. Understanding the Process of Economic Change. ... **on the Role of Institutions in Promoting Economic ...**, 2003.
- NORTH, D. C. **Structure and Change in Economic History**. New York: W.W Norton & Company, 1981.
- NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge & New York: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97–112, 1991.
- NORTH, D. C. **Economic Performance Through Time** *American Economic Review*, 1994a.
- NORTH, D. C. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359–368, 1994b.
- NORTH, D. C. Institutions. v. 5, n. 1, p. 97–112, 2008.
- NORTH, D. C.; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. R. **Violence and Social Orders**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- OLIVEIRA, J. A. P. Property rights, land conflicts and deforestation in the Eastern Amazon. **Forest Policy and Economics**, v. 10, n. 5, p. 303–315, abr. 2008.
- OLIVEIRA, R. C. et al. Desmatamento e Crescimento Econômico no Brasil: uma análise da Curva de Kuznets Ambiental para a Amazônia Legal. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 49, n. 3, p. 709–739, 2011.
- OSTROM, E. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: University Press, 1990.

- PACHECO, P. Smallholder Livelihoods , Wealth and Deforestation in the Eastern Amazon. **Human Ecology**, v. 37, n. 1, p. 27–41, 2009.
- PANDOLFO, C. **Amazônia Brasileira Ocupação, Desenvolvimento e Perspectivas Atuais e Futuras**. Belém: CEJUP, 1994.
- PAPYRAKIS, E.; GERLAGH, R. Resource abundance and economic growth in the United States. **European Economic Review**, v. 51, n. 4, p. 1011–1039, 2007.
- PARRY, L. et al. Drivers of rural exodus from Amazonian headwaters. **Population and Environment**, v. 32, n. 2, p. 137–176, 2010.
- PARSONS, T.; SMELSER, N. J. **Economy and Society: A Study in the Integration of Economic and Social Theory**. London: Routledge & Kegan Paul, 1956.
- PFÄFF, A. et al. Road Investments, Spatial Intensification and Deforestation in the Brazilian Amazon. **Journal of Regional Science**, v. 47, n. 1, p. 109–123, fev. 2007.
- PINTO JR, H. Q. et al. **Economia da energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. Os Mercados e a Teoria Econômica das Instituições. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 2, p. 317–350, 2010.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C.; PEARSONS, H. **Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory**. Chicado: Henry Regnery Company, 1957.
- PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAUSCH, L. L.; GIBBS, K. H. **Property Arrangements and Soy Governance in the Brazilian State of Mato Grosso: Implications for Deforestation-Free ProductionLand** , 2016.
- RAYMUNDO, L. DE O. O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos Índios (1755-1757). **Almanack Braziliense**, n. 3, 2006.
- REARDON, T.; VOSTI, S. Links between rural poverty and the environment in developing countries. **World Development**, v. 23, n. 9, p. 1495–1506, 1995.
- RIBEIRO, N. DE F. **A Questão Geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Belém: Edufpa, 2006.

- RIVERO, S. et al. Pecuária e desmatamento: Uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 41–66, 2009.
- RUDORFF, B. F. T. et al. The soy moratorium in the Amazon biome monitored by remote sensing images. **Remote Sensing**, v. 3, n. 1, p. 185–202, 2011.
- SACHS, J. D.; WARNER, A. M. The curse of natural resources. **European Economic Review**, v. 45, n. 4–6, p. 827–838, maio 2001.
- SACK, R. D. Human Territoriality: A Theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 73, n. 1, p. 55–74, 1983.
- SANTOS, D. B. DOS. **Economia Madeireira: Dificuldades de regulação e efeitos sobre quilombolas no arquipélado do Marajó**. [s.l.] Universidade Federal do Pará, 2015.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: Edufpa, 2015.
- SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.
- SCHULTZ, T. W. **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHUMPETER, J. A. **História da Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SIMMEL, G. **The Philosophy of Money**. London: Routledge, 1978.
- SIMÕES, A. M. D.; RODRIGUES, J. A. A abordagem da velha economia institucional na investigação em contabilidade e controlo de gestão contributos teóricos. **RIGC**, v. X, n. 19, p. 1–24, 2012.
- SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. Introducing Economic Sociology. In: **The Handbook of Economic Sociology**. 2. ed. New Jersey: Princeton University Press, 2005.
- SOLER, L.; VERBURG, P.; ALVES, D. Evolution of Land Use in the Brazilian

- Amazon: From Frontier Expansion to Market Chain Dynamics. **Land**, v. 3, p. 981–1014, 2014.
- SOLOW, R. A. A contribution of the theory of economic growth. **Quartely Journal of Economics**, v. 70, p. 65–94, 1956.
- STEINER, P. Une histoire des relations entre économie et sociologie. **L'Économie politique**, v. 12, n. 4, p. 32–45, 2001.
- STEINER, P. **La sociología económica**. [s.l.] Editorial Síntesis, 2015.
- STIJNS, J.-P. Natural resource abundance and human capital accumulation. **World Development**, v. 34, n. 6, p. 1060–1083, 2006.
- SWEDBERG, R. **Principles of Economic Sociology**. New Jersey: Princeton University Press, 2003.
- TURNER, F. J. The Significance of the Frontier in American History. **Wisconsin Journal of Education**, p. 1–9, 1893.
- TURNER, F. J. The Problem of the West. **The Atlantic Monthly**, v. LXXVIII, n. CCCCXII, p. 289–297, 1896.
- TURNER, F. J. **The Frontier in American History**. New York: Henry Holt and Company, 1921.
- ULHØI, J. P.; GATTIKER, U. E. The Nature of Technological Paradigms: A Conceptual Framework John. In: DORF, R. C. (Ed.). **The Techlonogy Management Handbook**. Boca Raton: CRC Press, 2000. p. 21–93.
- VAN SOLINGE, T. B. Deforestation Crimes and Conflicts in the Amazon. **Critical Criminology**, v. 18, n. 4, p. 263–277, 2010.
- VEBLEN, T. Why is Economics not an Evolutionary Science? **The Quarterly Journal of Economics**, v. 12, n. 4, p. 373–397, 1898.
- VEBLEN, T. The Limitations of Marginal Utility. **Jornal Of Political Economy**, v. 17, n. 9, p. 620–636, 1909a.
- VEBLEN, T. Fisher's Rate of Interest. **Political Science Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 296–303, 1909b.
- VEBLEN, T. **Teoria da Classe Ociosa: Um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- VELHO, O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VERBURG, R. et al. The impact of commodity price and conservation policy scenarios

on deforestation and agricultural land use in a frontier area within the Amazon. **Land Use Policy**, v. 37, p. 14–26, 2014.

VON BERTALANFFY, L. **General System Theory**. New York: George Braziller, 1969.

WALKER, R.; MORAN, E.; ANSELIN, L. Deforestation and cattle ranching in the Brazilian Amazon: External capital and household processes. **World Development**, v. 28, n. 4, p. 683–699, 2000.

WEBER, M. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WILLIAMSON, O. E. Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. **The Journal of Law and Economics**, v. 22, n. 2, p. 233, 1979.

WILLIAMSON, O. E. **The Mechanisms of Governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future (The Brundtland Report). **Medicine, Conflict and Survival**, v. 4, p. 300, 1987.

ZELIZER, V. **Morals and Markets: The Development of Life Insurance in the United States**. New York: Columbia University Press, 1979.

ZELIZER, V. **The Purchase of Intimacy**. New Jersey: Princeton University Press, 2005. v. 53

ZELIZER, V. A Economia do Care. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, p. 376–391, 2010.

ZELIZER, V. A. Beyond the polemics on the market: Establishing a theoretical and empirical agenda. **Sociological Forum**, v. 3, n. 4, p. 614–634, 1988.

ZELIZER, V. A. Dualidades perigosas. **Mana**, v. 15, n. 1, p. 237–256, 2009.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: Edufpa, 2015.

WILLIAMSON, O. E. Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. **The Journal of Law and Economics**, v. 22, n. 2, p. 233, 1979.

WILLIAMSON, O. E. **The Mechanisms of Governance**. New York: Oxford University Press, 1996.